Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 811
13 de Julho de 1989
Preço: 60$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Entrevista com Álvaro Cunhal

Na sequência da visita do camarada Álvaro Cunhal à Checoslováquia, à Hungria, à Polónia e à RDA, o secretário-geral do PCP concedeu ao «Avante!» uma entrevista de particular interesse, não apenas para os membros do Partido, mas para a opinião pública portuguesa em geral.

*Págs. 1 a 7/***Em Foco**

Câmara Municipal de Lisboa

Coligação PS/CDU é uma hipótese de trabalho

Págs. 6 e 7/**Semana**

RN, Metro, função pública, médicos, professores, EFFAs, corticeiros

Trabalhadores respondem à letra à ofensiva do Governo

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**

festa!

- KASSAV
- RAY LEMA
- SALIF KEÏTA
- MAHLATHINI AND THE MAHOTELLA QUEEN'S
- TSHALA-MWANA

EUROPEAN TOUR
AFRICAN MUSIC SAFARI
OLIVIER JOUAN PRESENT
SEPTEMBER · 89

festa!
LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

festas
Avante!
LOURES 8-9-10-SETEMBRO

Avante!
Director
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 2
13 de Julho de 1989
Não pode ser vendido separadamente

Editorial

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 811
13 de Julho de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

«Factos políticos» e uma política para Lisboa

A derrota da direita nas «europeias» de 89 e a clara rejeição popular das ilusórias teses de bipolarização da política nacional, a que o êxito notável da CDU nas eleições emprestou uma expressão relevante, agitaram as águas estagnadas das ideias feitas sobre o processo político português na hora actual e provocaram nas cabeças esquentadas dos arquitectos e ideólogos do restauracionismo monopolista em Portugal alguns surtos de pânico.

De um momento para o outro, perante os resultados de 18 de Junho e na perspectiva das novas batalhas políticas que se avizinham, as actividades da direita cavaquista e das forças a quem a aritmética do voto surpreendeu entraram em ebulição. A grave situação social que se vive no País adensa ainda mais as dificuldades e preocupações do cavaquismo governante.

Tornou-se-lhes imperioso embaralhar de novo as cartas. A dança das sondagens públicas e secretas recomeçou. No «reprocessamento de dados» novos factores imprevistos tiveram de ser introduzidos. Soluções antes excluídas da estratégia política da direita tiveram de ser encaradas a nova luz.

Uma delas, porventura das mais dolorosas, ganhou prioridades nas ordens-do-dia dos estados-maiores do restauracionismo monopolista: a necessidade de uma reformulação da política de alianças.

O 18 de Junho revelou fraquezas preocupantes e inesperadas para a direita cavaquista. Os barões do PSD, que com o PS tinham arrumado cerca de um mês antes a marchas forçadas a revisão da Constituição no plenário da Assembleia da República — a operação a que Cavaco Silva chamou de «reforma das reformas» — acusaram o toque da perda de 750 000 votos no espaço de dois anos na sua base eleitoral.

Provavelmente os responsáveis da operação tinham julgado que o interregno de um mês faria esquecer aos eleitores potenciais os aspectos mais negativos e controversos da revisão constitucional e das obscuras motivações de um compromisso «contra-natura» entre o PS e o PSD que permitira introduzir na Lei Fundamental do país alterações globalmente negativas atentatórias da sua genuinidade democrática — um compromisso que acaba afinal de renovar-se na bipartidarização do Tribunal Constitucional.

Os resultados desfavoráveis do 18 de Junho para os partidos da direita trouxeram visivelmente para primeiro plano a necessidade de um reajustamento táctico às novas condições políticas na perspectiva das eleições autárquicas do mês de Dezembro.

A reconstituição da antiga «AD» para a primeira autarquia do País — Lisboa — foi o passo imediato daquela reformulação das alianças. O nome desacreditado de Abecasis foi substituído pelo do antigo «fabricante de factos políticos» da AD, Marcelo Rebelo de Sousa.

A reconstituição — aliás previsível — da «AD» para a disputa da capital do País colocou todos os democratas portugueses e as suas forças mais representativas diante de sérias responsabilidades. Também às forças democráticas se colocava desde logo a uma luz nova a política de alianças, a necessidade de uma resposta unida às maquinações da direita.

As eleições autárquicas diferem das «europeias» pelo que tocam de maneira muito directa os interesses e problemas vitais das populações.

No conjunto das autarquias, no activo de trabalho em benefício das populações, os autarcas da CDU, que detêm a presidência de um grande número de concelhos e freguesias, não temem confronto com as restantes forças políticas.

As alianças entre o PS e o PSD (e em numerosos casos com o CDS), que nas eleições anteriores ganharam em algumas autarquias CDU, não conseguiram alterações significativas no panorama autárquico do País.

A CDU era e continua a ser uma força insubstituível do Poder Local democrático com um papel determinante na solução dos problemas populacionais.

Desde longos meses e anos o PCP tem tentado um entendimento com o PS e as restantes forças democráticas para uma política autárquica ao serviço do povo.

Todavia os esforços do PCP têm esbarrado com a sistemática recusa do PS que entretanto se tem aliado com o PSD e mesmo com o CDS para tirar ou tentar tirar à CDU a maioria das autarquias que dirige.

Neste momento ainda o PS continua apostado numa aliança não-democrática com os partidos da direita para as eleições de Dezembro, apesar de o PSD se propor como objectivo, só ou em aliança com o CDS, desalojar o PS da presidência de 38 concelhos do Continente.

No município de Lisboa, onde a acção nefasta de Abecasis tem contado com o apoio dos vereadores socialistas, a CDU obteve nas últimas eleições autárquicas 27,5% dos votos contra 17,9% do PS; detém a presidência de 12 das 53 freguesias do concelho enquanto o PS não tem nenhuma. A CDU é a segunda força do primeiro concelho do País. A CDU avançou já e tem em marcha uma candidatura à Câmara: a de Ruí Godinho.

A direita pode ser derrotada em Lisboa se o PS se dispuser em coligação com a CDU a um entendimento para uma alternativa à AD.

O PCP desde há meses tem insistido com o PS para um entendimento que desaloje a direita da direcção da capital onde a gestão autárquica de Abecasis tem afectado numa escala sem precedentes os interesses da população citadina.

Uma mudança de atitudes e de comportamento é essencial para uma alteração decisiva no panorama autárquico nacional.

A decisão do secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, de se candidatar à presidência da Câmara Municipal de Lisboa constituiu um «facto político» inesperado que surpreendeu todos os observadores e analistas.

A sua anunciada disposição de se aliar com outras forças democráticas, designadamente a CDU, para derrotar a direita na capital do País, introduziu um factor novo que pode criar condições favoráveis para uma alternativa democrática à «AD» em Lisboa e mesmo noutras importantes autarquias controladas pela direita no território nacional.

A reabertura de conversações com o PCP com vistas à elaboração de uma lista democrática conjunta em Lisboa para as eleições de Dezembro é um facto positivo de grande significado que pode abrir portas para um entendimento mais vasto entre os dois principais partidos da oposição democrática.

Esse entendimento não pode, contudo, obter-se sem uma consideração objectiva das questões emergentes e principalmente sem o decidido abandono de preconceitos hegemónicos.

É de toda a evidência que o PS e Jorge Sampaio não podem sozinhos aspirar à vitória sobre a AD, como ainda anteontem declarou aos órgãos de comunicação social.

A vitória sobre a direita só pode ser alcançada na base do reconhecimento objectivo das realidades actuais do Poder Local em Lisboa e de formas de entendimento que assentem numa consideração democrática e realista das relações de força na área da capital. Sem isso será uma nova derrota.

O PCP está aberto a esse entendimento na base de uma coligação formal e de uma plataforma que respeite a identidade e a dignidade das forças capazes de viabilizar uma alternativa democrática à direita na gestão de Lisboa.

Seria lamentável que à designação pelo PSD do antigo fabricante de «factos políticos» da «AD», Rebelo de Sousa, como cabeça de lista da direita, se «fabricasse» agora à volta de Jorge Sampaio um outro e artificial «facto político».

Aos «factos políticos» é indispensável opor uma política para Lisboa: uma política autárquica que resolva os graves problemas da capital; que a recupere da desastrosa gestão de Abecasis; que ponha no centro os interesses dos lisboetas, da sua população laboriosa; que a dignifique como a capital do País.

Possibilidades para isso ficaram agora abertas. Sem cedências nem exigências, indignificantes, não as fechemos.

Resumo

5
Quarta-feira

Greve dos trabalhadores da Rodoviária Nacional paralisa a maioria dos autocarros da empresa. A adesão à greve atingiu os 95 por cento em termos nacionais ■ A comissão eleitoral da CDU do Barreiro anuncia os cabeças-de-lista da coligação para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal nas próximas eleições — serão respectivamente Pedro Canário e Hélder Madeira ■ JCP alerta para o facto de que são apenas 21 mil as vagas no ensino superior público. O número geralmente referido de 30 mil vagas engloba as universidades privadas às quais «só tem acesso quem puder pagar ■ O novo embaixador da República Popular de Angola em Lisboa, Rui Mingas, afirma que o acordo de Gbadolite significa a aceitação do plano de paz angolano, a que se comprometeu Jonas Savimbi. Rui Mingas acrescenta que o governo de Angola não vai fazer a integração da Unita, «mas dos elementos da Unita» ■ Oliver North, operacional do Irangate é condenado em Washington a três anos de prisão com pena suspensa e ao pagamento de uma multa de 150 mil dólares. Para o juiz, North «executou ordens de alguns superiores cínicos».

6
Quinta-feira

Regressa a Lisboa a delegação do PCP que visitou a Hungria, Checoslováquia, Polónia e RDA. Álvaro Cunhal afirma à chegada a «confiança em que o socialismo nestes países será a saída para as dificuldades actuais ■ O secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, anuncia a sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa ■ Partindo do pressuposto de que só uma aliança que envolva o PCP e o PS poderá derrotar a candidatura PSD/CDS os comunistas desafiam o PS para a imediata reabertura de conversações com vista ao entendimento para a Câmara Municipal de Lisboa ■ Prossegue a greve dos trabalhadores da Ponte 25 de Abril, com a adesão de cerca de de 100 por cento. Também com níveis próximos dos 100 por cento os trabalhadores dos STCP cumprem mais uma paralisação de duas horas ■ Em Estrasburgo, perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o presidente soviético Mikhail Gorbatchov insiste na necessidade de pôr termo à guerra fria que fez da Europa «uma arena de confrontação» ■ Com 77 anos de idade morre em Budapeste Janos Kadar, dirigente do Partido Operário Socialista Húngaro de 1956 a 1988.

7
Sexta-feira

Reagindo à designação de Jorge Sampaio para cabeça-de-lista do PS à Câmara Municipal de Lisboa, o PCP declara que se os socialistas estão interessados em chegar a um entendimento com os comunistas «não têm o direito de unilateralmente decretar» quem preencherá esse lugar ■ O Presidente da República promulga a Lei de Revisão da Constituição aprovada pela AR em 1 de Junho ■ A administração norte-americana e a NATO rejeitam as novas propostas de desarmamento apresentadas em Estrasburgo, no Conselho da Europa, por Mikhail Gorbatchov. Bush e a NATO não aceitam a negociação de mísseis nucleares tácticos antes de estar em vigor um tratado sobre a redução de forças armadas convencionais ■ Em Bucareste, capital da Roménia, tem início uma cimeira dos países membros do Tratado de Varsóvia ■ O Tribunal Militar condena em Havana o ex-general das Forças Armadas de Cuba e três outros acusados à pena de morte.

8
Sábado

Delegações do PCP e do PS reúnem em Lisboa, na sede dos socialistas, debatendo as perspectivas de um entendimento eleitoral para a Câmara Municipal da capital. Novo encontro terá lugar na terça-feira dia 11. Comentando o encontro, Luís Sá considera-o um facto «em si mesmo, positivo» ■ Reúne no Porto o Conselho Nacional do PSD, marcado por uma série de discursos em torno da remodelação do Governo, e por críticas à actuação de alguns ministros do PSD ■ O presidente angolano José Eduardo dos Santos declara em Luanda que Portugal pode desempenhar «um papel importante no processo de paz angolano». Na mesma ocasião o presidente da RPA reafirmou a fidelidade do seu governo aos acordos de Gbadolite ■ Após a cimeira de dois dias em Bucareste, os países membros do Tratado de Varsóvia aprovaram uma declaração em que propõem a criação de um centro para redução do perigo militar e prevenção de um ataque de surpresa na Europa.

9
Domingo

O candidato do PPM à Câmara Municipal de Lisboa, Ribeiro Teles demarca-se do acordo PSD/CDS, afirmando «não poder estar na nova AD» ■ O presidente dos Estados Unidos George Bush inicia em Varsóvia uma visita oficial à Polónia durante a qual falará perante o Parlamento. Nesta estada na Europa George Bush visitará também oficialmente a Hungria ■ O novo governo grego, constituído por uma coligação entre a Nova Democracia e a coligação de Esquerda e do Progresso recebe um voto de confiança do Parlamento com 174 votos em 300 possíveis. Este governo vigorará três meses e tem como objectivo levar perante a justiça os acusados de corrupção praticada durante os anos de governo do PASOK ■ O Partido Comunista do Chile anuncia o seu apoio ao dirigente democrata-cristão Patrício Alwin como candidato único da oposição nas eleições presidenciais chilenas de Dezembro próximo.

10
Segunda-feira

A greve dos professores do ensino superior atinge níveis de adesão de 100 por cento em vários estabelecimentos de ensino, paralisando a actividade lectiva e inviabilizando a realização da maioria das provas específicas de acesso ao ensino superior ■ Jorge Sampaio afirma que o seu partido está disposto a enfrentar a direita unida, desafiando-a sozinho nas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa ■ O CDS, através dos seus órgãos distrital e concelhio de Lisboa, propõe ao PSD a retomada imediata das negociações entre os dois partidos, para formalizar um acordo até ao fim deste mês ■ O Instituto Nacional de Estatística anuncia que a inflação aumentou 12,6 por cento nos meses de Janeiro a Maio deste ano, quando comparada com o mesmo período de 1988 ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros e responsáveis da defesa de 22 Estados africaos, reunidos na Tanzânia, consideram que o plano de paz para a Namíbia está atrasado e que a África do Sul não cumpriu a sua parte nos acordos ■ Em Lusaka, o porta-voz do ANC considera que não passa de «exercício de relações públicas» o encontro entre Pieter Botha e Nelson Mandela ■ O Partido Trabalhista de Israel pronuncia-se pela ruptura da coligação com o Likud, o que poderá levar à queda do governo de Israel.

11
Terça-feira

Delegações do PCP e do PS encontram-se na sede do PCP, na Soeiro Pereira Gomes, para a negociação de uma eventual coligação para a Câmara Municipal de Lisboa; esta reunião foi antecedida de uma outra no sábado passado, na sede do PS, tendo sido anunciados novos encontros, sem data ainda marcada ■ Morre, aos 82 anos e durante o sono, o actor britânico Lawrence Olivier ■ O presidente norte-americano, George Bush, inicia uma visita oficial de dois dias à Hungria ■ Cerca de 10 000 trabalhadores de 60 portos britânicos iniciam uma greve ilimitada contra a decisão do governo de Margaret Thatcher que anula os seus contratos de trabalho, transformando-os em contratos privados ■ Segundo o diário espanhol «El País», vários jornalistas britânicos demitiram-se nos últimos tempos dos seus cargos por discordarem das constantes interferências dos donos dos grupos proprietários de jornais na sua actividade profissional; as acusações vão sobretudo contra o «News Corporation», o grupo de Robert Murdoch, e o grupo «Lonhro», proprietário desde 1981 do semanário «Observer»

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
ALTERAÇÕES DE ULTIMA HORA Tel. 90 00 44
Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88
Tiragem média do mês de Junho: 23 840

Semana

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 811
13 de Julho de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Aumento do salário mínimo é positivo mas insuficiente diz a CGTP

«O aumento intercalar dos salários mínimos hoje decidido pelo Governo é uma medida positiva e vem dar razão às reivindicações da CGTP-IN, muito embora o seu valor seja insuficiente» — afirma-se num comunicado de imprensa distribuído pela central na passada quinta-feira.

Nesse dia o Governo deliberou elevar, com efeito retroactivo a 1 de Julho e sem prejuízo da normal actualização anual, os valores do salário mínimo nacional numa percentagem de cinco por cento, para 31 500 escudos na indústria e serviços, 30 mil escudos na agricultura e 24 mil escudos no serviço doméstico.

A CGTP afirma que **«com este aumento intercalar não é reposto o desgaste sofrido pelos salários mínimos em 1988 e 1989»**, situação agravada pelo facto de que **«tudo indica que a inflação no final de 1989 não será inferior a 13 por cento, situando-se assim 7 pontos acima dos 6% previstos pelo Governo».**

Esta decisão do Governo — no entender da CGTP-IN — **«comprova a necessidade do reajustamento intercalar dos restantes salários, tendo em conta o desfasamento entre a inflação prevista e a real, dando satisfação às reivindicações que nesse sentido os trabalhadores e a CGTP-IN têm vindo a fazer».**

Há dinheiro!

Existe suporte financeiro para a actualização intercalar das pensões mínimas – lembra a Comissão Executiva da CGTP-IN que considerou, na sua reunião de anteontem, ser **urgente** aumentar aquelas reformas com efeitos a 1 de Julho.

«Os reformados estão a sofrer as consequências da erosão das suas pensões, e não podem esperar pelo fim do ano, altura das eleições autárquicas, para verem minorados os efeitos dessa erosão» – sublinha a CGTP-IN.

A Executiva da Inter informa que **«existem saldos positivos do orçamento da segurança social de 1988 – 34 milhões de contos, e dos juros dos depósitos a prazo – 6,5 milhões de contos».** Além disso, «em 1988 o Governo gastou indevidamente 40 milhões de contos da segurança social em acções de formação profissional e afectou 18 milhões de contos a encargos com a acção social, o que em números redondos dá 98,5 milhões de contos disponíveis».

Reformas

A Intersindical Nacional lembra, a concluir, que **«da mesma forma é indispensável e urgente que o Governo proceda ao aumento intercalar das pensões de reforma».** A CGTP-IN exige que o valor da pensão mínima do regime geral (auferida por mais de 60 por cento dos pensionistas) passe para 18 100 escudos em vez dos actuais 14 600.

Rodoviária parada

Depois da greve de dia 5, que teve uma adesão de 95 por cento, segundo a FESTRU, os trabalhadores da Rodoviária Nacional voltam a parar hoje, durante todo o dia, concentrando-se às 15 horas junto às instalações do conselho de gerência.
Desde amanhã e até dia 21 o pessoal da RN recusará o trabalho suplementar e exigirá o cumprimento estrito dos períodos máximos de condução e dos descansos estabelecidos como mínimos.

No passado dia 7 a comissão negociadora sindical (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) deslocou-se ao local destinado à realização das negociações do acordo colectivo de trabalho. Mas os representantes do conselho de gerência da RN não apareceram. De seguida, os membros da CNS dirigiram-se à sede da empresa, mas não foram recebidos.

Um plenário de sindicatos da FESTRU, reunido dia 6, considerou a greve do dia anterior como demonstrativa da «grande unidade dos trabalhadores». A Federação tem denunciado «a prepotência e o desprezo pelos trabalhadores e pela população em geral, manifestamente demonstrados» pelos gestores da RN e pelo Governo, «quando, apenas com quatro reuniões de negociações, deram estas por encerradas, contrariando as normas mínimas de negociação e de diálogo».

«O Governo precisa de impor baixos salários para destruir e privatizar a RN, afectando o serviço social, pondo em causa o passe social, querendo dar lucros chorudos aos *seus amigos*» – afirma a FESTRU num comunicado à população em que explica a situação na empresa e os motivos que levam os trabalhadores a parar: por aumentos salariais justos, por uma RN ao serviço das populações.

Metro: amanhã

O Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Urbanos de Lisboa (TUL) convocou para amanhã, dia 14, uma greve de 24 horas do pessoal de tracção e movimento do Metropolitano de Lisboa, como resposta à «atitude provocatória e irresponsável» do conselho de gerência da empresa, em particular por «deturpar e não dar seguimento aos compromissos que assumiu em relação à matéria das horas extraordinárias» – segundo um comunicado da direcção do TUL.

Este problema já levou o CG do Metropolitano a tribunal; em 1986 foi condenado e teve de pagar mais de 500 contos a um trabalhador; mais tarde fez um acordo com alguns trabalhadores que recorreram à via judicial pelo mesmo motivo. Mas, depois de, desde Julho de 1988 ter feito várias propostas, o CG veio agora recusar-se novamente a aplicar esse acordo a todos os trabalhadores.

«A isto chama-se provocar, gozar e ser irresponsável» – afirma o TUL, sublinhando que para os trabalhadores «as duas folgas são uma conquista de que não abdicaremos».

Função Pública exige resposta

Os trabalhadores da função pública exigem que o Governo, na reunião marcada para segunda-feira, dia 17, com a frente comum de sindicatos, apresente uma proposta «credível» de revisão salarial, «incluindo a definição do salário mínimo» dos funcionários, e se disponha a recomeçar as negociações da reforma do regime remuneratório no sector.

Caso não vejam satisfeitas estas reclamações, aqueles trabalhadores — que realizaram já grandes jornadas de luta, em ampla unidade, nos dias 31 de Maio e 14 e 15 de Junho — levarão a cabo uma **semana de luta entre 24 e 28 de Julho**, que poderá incluir greves sectoriais, vigílias junto da residência oficial do Primeiro-Ministro e acções dirigidas à opinião pública.

Estas foram, no fundamental, as decisões do plenário nacional de trabalhadores da administração central e local realizado na passada quinta-feira em Lisboa, junto ao palácio de São Bento.

Os encarregados, fiscais e portageiros da **Ponte 25 de Abril** aderiram praticamente a cem por cento às paralisações efectuadas durante a semana passada por períodos de duas horas — de acordo com o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

Estes trabalhadores exigem do Governo e da presidência da Junta Autónoma de Estradas a revalorização das suas carreiras profissionais, a atribuição aos encarregados e fiscais do abono para falhas, o pagamento correcto do subsídio de almoço (em dívida desde 1984) e do trabalho prestado em dias feriados e de descanso semanal, e a efectivação dos tarefeiros ao serviço há vários anos.

A Federação da Função Pública informou entretanto que também os **guardas florestais** da Direcção-Geral de Florestas podem recorrer brevemente a formas de luta, «incluindo a greve, ainda durante o mês de Agosto».

A Federação Nacional dos **Professores**, por seu turno, reuniu anteontem o seu Secretariado para, entre outras questões, estudar «tomadas de posição para o prosseguimento da luta» dos docentes do ensino superior, que exigem do Governo estabilidade na carreira e a manutenção do paralelismo com a carreira da magistratura. A Fenprof saudou como **um êxito** a greve destes docentes dia 10.

***Plenário nacional** da função pública ao pé do Primeiro-Ministro e da AR*

Para ontem estava convocada uma conferência de imprensa da Federação Nacional dos **Médicos**, cujo Conselho Nacional, reunido dia 10, pediu uma reunião urgente com a ministra da Saúde para discutir o processo negocial em curso e mandatou a comissão executiva para «estudar o lançamento de eventuais formas de luta».

edições Avante!
Lê e divulga
O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
À VENDA

a Talhe de FOICE

Acidental

Em declarações aos jornalistas após a audiência da semana passada com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro referiu a tragédia de Barqueiros de um ponto de vista surpreendente.

Para Cavaco Silva há algo de «lamentável» nos acontecimentos ocorridos há cerca de três semanas na pequena localidade minhota, mas quando toda a gente esperava, no desenvolvimento de tão óbvia adjectivação, que as lamentações do chefe do Executivo mitigassem a dor estupefacta duma comunidade e a incompreensão chocada de todo o País pela morte de um jovem absurdamente abatido a tiro pela GNR quando se encontrava no meio de uma população pacífica e desarmada cuja única infracção é habitar um sítio que não quer ver mais poluído, o Primeiro-Ministro desenvolveu um raciocínio tão diverso quão inesperado.

Para ele, o «lamentável» é que «a Comunicação Social não tenha realçado, da mesma forma, a morte acidental» ocorrida em Barqueiros e a «morte de um GNR pouco tempo depois, quando enfrentava um criminoso».

Registe-se, em primeiro lugar, a perspectiva mediática utilizada pelo Primeiro-Ministro na análise dos problemas nacionais. Construir a apreciação de acontecimentos a partir, já nem sequer da divulgação que deles faz a Comunicação Social mas, tão só, dum juízo de valor sobre o seu tratamento informativo, é coisa que ninguém espera de qualquer responsável governativo, quanto mais de um Primeiro-Ministro. A ligeireza atinge o absurdo quando ainda por cima se trata de um Primeiro-Ministro que, assumidamente, afirma «não ler jornais». O que nos força a algumas reflexões sombrias.

Uma, a de que o Primeiro-Ministro não vê factos mas notícias e, das últimas, só aceita as que lhe agradam.

Outra, e decorrente da primeira, a de que, se tal atitude explicita o desprezo do governante pelo trabalho dos jornalistas subjacente à confissão de que «não lê jornais», por outro lado concretiza algo mais grave: o seu desprezo pela informação plural e livremente expressa.

Depois temos a estranha filosofia do chefe do Executivo que coloca no mesmo plano (e portanto merecedoras de igual destaque informativo) uma «morte acidental» e «a morte de um GNR quando enfrentava um criminoso».

Levando a sério este raciocínio, basta morrer para se ser notícia. Mais: todas as mortes merecem igual relevo e pública referência, sejam encontradas num estúpido acidente de viação ou resultantes de um acto corajoso, no âmbito de uma missão cívica arriscada, como é o caso do combate policial ao banditismo.

O que coloca em pé de igualdade o herói e o cobarde, o agressor e a vítima, o intrépido e o timorato, o deliberado e o acidental, o constante e o fortuito, o lógico e o inesperado, o irrelevante e o meritório, o culpado e o inocente, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso. Desde que esteja tudo morto, primeira página com eles.

É claro que se trata de um raciocínio viciado e deliberadamente falacioso. O Primeiro-Ministro sabe muito bem que a morte do jovem de Barqueiros não foi «acidental», exactamente porque não foi fortuita a presença da GNR em Barqueiros, a ocupação militar da vila e o clima de tensão, artificial e perigosa, que tais decisões foram construindo até desembocar na tragédia.

Escrevemos há 15 dias nesta coluna e exactamente sobre a questão de Barqueiros que se é fácil identificar a GNR como protagonista directa da tragédia, convém igualmente não esquecer que as actuações policiais nunca são de geração espontânea. Por trás delas há uma ordem de marcha sempre ditada por alguém e parâmetros de actuação que orientam e legitimam os procedimentos subsequentes. Por isso os tiros de Barqueiros começaram a ser disparados no Ministério da Administração Interna. Por isso é ao Governo do País que se tem de pedir explicações.

É para fugir a essas explicações que Cavaco Silva considera «acidental» a morte do jovem de Barqueiros, procurando assim ilibar-se a si próprio na absolvição que faz do acto cometido pela GNR sob as ordens do seu Governo. E, para dar consistência à tese, não hesita em misturar, numa equiparação grosseira, dois actos de carácter flagrantemente oposto cometidos por elementos da mesma corporação — um atacando gratuitamente uma população pacífica, outro defendendo corajosamente a sociedade de criminosos perigosíssimos.

O Primeiro-Ministro acaba assim a ofender tudo e todos: a vítima e a população de Barqueiros, a GNR e o seu elemento morto no combate ao banditismo, a honorabilidade de si próprio, do País e das instituições que representa.

■ **H. C.**

Trabalhadores

Sumário sindical

Na Covina *os trabalhadores comemoraram os 14 anos da nacionalização*

Covina — Por iniciativa da comissão de trabalhadores da Covina, realizou-se na segunda-feira, dia 10, um almoço e uma sessão solene comemorativos do 14.º aniversário da nacionalização daquela companhia vidreira. Na altura foram homenageados os trabalhadores que completam 25 anos de trabalho na empresa.

Coimbra — Reuniu na quinta-feira passada o plenário distrital da União dos Sindicatos de Coimbra, que apreciou o actual momento político, sindical e social. O plenário decidiu promover junto dos trabalhadores a discussão e o esclarecimento sobre o Decreto-Lei 64-A/89 (lei dos despedimentos), no seguimento dos pedidos de ratificação apresentados pelo PCP e pelo PS. Na reunião foi marcado para 10 e 11 de Novembro o **2.º Congresso da USC.**

Sudão — Reagindo ao golpe militar de 30 de Junho, que depôs no Sudão o governo de Sadeq Al-Mahdi, a CGTP-IN divulgou uma nota de imprensa em que manifesta a sua «preocupação pelas decisões tomadas pela Junta Militar ao interditar todas as organizações sindicais, bem como os partidos políticos e outras associações populares». A CGTP considera que «a pacificação do Sudão, bem como a resolução dos seus gravíssimos problemas económicos e sociais, passa por uma política de participação e acordo global com todas as forças políticas e sociais do país e pelo estreito respeito pelos direitos democráticos e sociais do povo e das suas organizações». Por fim, a central expressa a sua «solidariedade aos trabalhadores e ao movimento sindical sudanês, apoiando a sua luta pelo reconhecimento e respeito de todos os seus direitos».

O SIESI *completou meio século de actividade em defesa dos trabalhadores das indústrias eléctricas do Sul e regiões autónomas*

SIESI — Uma sessão solene na Casa do Alentejo, em Lisboa, assinalou na semana passada o 50.º aniversário do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. Na cerimónia, a que assistiram sócios antigos, dirigentes, activistas e funcionários do SIESI e sindicalistas da região de Lisboa, intervieram o historiador Canais Rocha, o presidente do SIESI, José Churra Brita, Júlia Marques, da assembleia de delegados sindicais, Fernando Morais, da comissão executiva da FSTIEP (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal), e o coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva.

Aveiro — Também o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro reuniu recentemente; do plano de actividades aprovado para o último semestre de 1989 fazem parte as comemorações dos 19 anos da CGTP-IN, em 1 de Outubro, a eleição da direcção distrital da Interjovem e a realização de um seminário sobre os direitos das mulheres e outro sobre segurança social.

CGTP-IN e PCP *reuniram sexta-feira*

CGTP-IN — A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional tem efectuado vários encontros com órgãos de soberania, representantes de partidos políticos e outras entidades, para divulgação das conclusões do 6.º Congresso da central, que decorreu em Lisboa de 17 a 20 de Maio. Na passada sexta-feira (foto) uma delegação da Inter foi recebida no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Artur Vidal Pinto, suplente do Secretariado. Integravam a delegação da CGTP-IN o coordenador, Manuel Carvalho da Silva, e José Luís Judas, Fernando Loureiro e Emídio Martins, membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional.

Assembleia da República

Regime jurídico das Associações de Municípios

Na sequência de um recuo governamental que se traduziu na apresentação de propostas de alteração ao seu projecto inicial, os municípios portugueses viram atendidas parte das suas reivindicações no que diz respeito ao regime jurídico das Associações de Municípios, de acordo com o debate produzido sobre esta matéria passada na semana.

Inicialmente, recorde-se, o Governo propunha-se reduzir a composição dos órgãos das associações de municípios e, bem assim, não atender às justas reivindicações destes órgãos quanto aos quadros de pessoal, a par da sua não desistência em interferir e impor a sua vontade nas questões estatutárias dos municípios.

Apesar dos recuos observados, persiste no entanto por resolver uma questão central, a qual se prende com a obrigação das associações de municípios terem de se adaptar no prazo de um ano ao novo regime jurídico estabelecido pela proposta de lei.

Entretanto, no decorrer do debate, instado por Cláudio Percheiro (PCP), o secretário de Estado presente não respondeu concretamente ao problema da adaptação dos quadros existentes de certas associações — casos da LIPOR e da Associação de Municípios do Distrito de Beja —, estruturas de tipo especial cujos operadores não têm correspondência na carreira da Administração Local.

De referir ainda que as propostas oriundas dos partidos da oposição visando maior democraticidade e pluralidade nas associações de municípios não tiveram acolhimento.

Trabalhadores

Corticeiros podem parar outra vez

Dirigentes dos sindicatos corticeiros manifestaram-se satisfeitos com a adesão dos trabalhadores à greve de segunda e terça-feira pela actualização dos salários, com redução da diferença entre os vencimentos pagos a homens e a mulheres, por um «verdadeiro subsídio de refeição», pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais.
Para ontem à tarde estava marcada uma reunião entre os representantes do patronato e a comissão negociadora sindical (sindicatos do Norte, Sul e Portalegre). «Naturalmente que proporemos outras formas de luta se esta não surtir efeito» — disse ao «Avante!» Manuel Pimenta, da direcção do SOCN (Norte).

Actualmente a tabela salarial para o sector obriga ao pagamento de 42 790 escudos aos trabalhadores do grupo 14 e 32 690 escudos aos do grupo 16. Estes grupos abrangem a grande maioria dos cerca de 15 mil trabalhadores do sector (98 ou 99 por cento, segundo Luís Guerreiro, coordenador do sindicato do Sul).

A grande diferença é que no grupo 16 está a maioria das mulheres. Com o objectivo de reduzir esta diferença, os sindicatos reclamam para este grupo um aumento salarial superior aos restantes.

Enganam-se e querem enganar-nos

Nas vésperas desta greve a Corticeira Amorim e a Amorim & Irmãos, tentando desmobilizar os trabalhadores, prometeram aumentos salariais de 15 por cento para os homens e 17 para as mulheres. Outras empresas estão igualmente a pagar acima da tabela, embora continuem por satisfazer outras reivindicações dos operários, como a semana de 40 horas ou o subsídio de alimentação.

As associações patronais, contudo, mantinham até à reunião de ontem uma proposta de 12,5% de actualização salarial e o valor de 80 escudos (oitenta!) para o subsídio de refeição. Aliás, este subsídio foi conquistado só no ano passado, depois de uma luta de mais de 10 anos — como fez questão de sublinhar Luís Guerreiro.

Pedimos-lhe para comentar o facto de haver empresas com representantes nas organizações patronais que pagam mais que aquilo que estas afirmam aos sindicatos ser o máximo possível no sector. «Eles enganam-se uns aos outros, é a concorrência, e querem enganar também os trabalhadores» — foi a resposta daquele dirigente sindical.

Tanto Luís Guerreiro, como Manuel Pimenta, manifestaram a opinião de que o facto de haver empresas que pagam já salários superiores aos acordados mostra, na realidade, que é possível uma actualização justa dos vencimentos, «sem esquecer as outras reivindicações».

EFFAs — *Concentração dia 18*

Os organismos representativos dos cerca de 10 500 trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas convocaram para terça-feira, dia 18, uma concentração junto do Ministério do Emprego e Segurança Social, na Praça de Londres, em Lisboa.

Com esta acção pretendem os trabalhadores dos EFFAs exigir a audiência que já solicitaram «inúmeras vezes» ao ministro, sempre sem resposta, para discutir o processo de legalização do seu sindicato.

«Não é admissível, a nenhum título, que se continue a impedir a publicação dos Estatutos, situação que põe em causa toda a actividade e liberdade sindical destes trabalhadores» – afirma-se no comunicado do Sindicato onde se anuncia a decisão dos ORTs, depois de sublinhar que o Provedor de Justiça, a Procuradoria Geral da República, o Ministério Público, a Comissão de Assuntos Constitucionais da AR, o Tribunal Constitucional e a Organização Internacional do Trabalho já se pronunciaram «no sentido de que os trabalhadores dos EFFAs têm direito ao seu sindicato e que o processo de constituição do mesmo está conforme a lei».

36 horas na Saúde

Vitória em Castelo Branco

Durante a paralisação da passada quinta-feira a direcção distrital de Castelo Branco do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores foi informada de que, em reunião de encarregados do sector com a administração, foi solicitada a apresentação, até dia 20 deste mês, de um esquema de horários de 36 horas para aplicar a partir de Agosto no hospital distrital.

Esta notícia, para os dirigentes sindicais, «é já uma estrondosa vitória da luta desencadeada pelos trabalhadores, unidos em torno do seu sindicato».

A luta pela aplicação do horário semanal de 36 horas levou, naquele estabelecimento hospitalar, a um processo de luta que culminou na realização de greves de 24 horas durante 3 dias e mais duas greves de duas horas.

Num plenário realizado no dia 6 foi criada uma comissão de trabalhadores para estudar, com o sindicato, uma proposta de horários a propor à administração do hospital.

Sublinhando que «sempre afirmámos que era possível, pela via do diálogo, uma solução para o problema», a direcção distrital do sindicato repudia a atitude intransigente da administração e afirma que «será possível encontrar uma solução a curto prazo» para os 9 trabalhadores, de 62 tarefeiros despedidos, a quem ainda não foi renovado o contrato.

Denunciando o facto de os novos contratos, contudo, estarem a ser firmados por prazos mais curtos, a direcção do STFPSA recorda que «melhores condições de trabalho são factores de maior produtividade» e afirma que «todos os trabalhadores, sem excepção, são necessários ao bom funcionamento» do hospital distrital de Castelo Branco.

A Federação da Função Pública, por seu turno, anunciou que **de 15 de Julho a 31 de Agosto, os trabalhadores da saúde, das carreiras operárias e dos serviços gerais, vão realizar vários períodos de greve** em datas a definir.

Estas lutas destinam-se a exigir a aplicação do horário de 36 horas semanais e terão particular incidência nos hospitais situados nas zonas litorais (costa do Algarve, Setúbal, Lisboa, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Espinho, Viana do Castelo) que ainda não aplicam aquele horário de trabalho.

A Federação sublinha que «num grande número» de estabelecimentos hospitalares vigora já a semana de 36 horas.

Entretanto, devido aos «cortes orçamentais» e à «deficiente política de gestão de recursos humanos do Ministério da Saúde» — refere a FNSTFP — «muitos dos hospitais estão a trabalhar com um número de trabalhadores inferior ao necessário».

Telecomunicações em debate

Lei do Governo não serve o País

O projecto de lei de bases das telecomunicações apresentado pelo Governo não serve os interesses nacionais — esta foi a conclusão consensual a que se chegou durante um colóquio promovido pela FCT (Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações).

No documento que fez chegar ao «Avante!», a Federação enumera as razões fundamentais que justificam aquela conclusão.

O projecto do Governo «refere-se apenas às telecomunicações e não a todas as comunicações, como seria indispensável para garantir o desenvolvimento harmonioso do sector». Por outro lado, «não prevê o controlo democrático do sector pela **sociedade civil** (em particular pelos consumidores), nem pelos trabalhadores».

A «condução do sector» das telecomunicações é entregue ao mercado, «retirando ao controlo do Estado as alavancas fundamentais para garantir um desenvolvimento planeado e integrado» — constataram os participantes no debate. Entretanto, o possível agravamento das assimetrias regionais e o enfraquecimento da capacidade para preservar a identidade e os interesses económicos nacionais ganham força: **o Governo**, neste projecto, **«não dá às empresas operadoras, designadamente às que assegurarão a prestação dos serviços básicos, a possibilidade de continuarem a prestar serviços de carácter social com qualidade e em igualdade de circunstâncias para todos os utilizadores».**

Uma outra crítica feita no colóquio da FCT ao projecto governamental de lei de bases das telecomuniações alerta para o facto de o diploma não salvaguardar a soberania nacional nesta área estratégica, uma vez que, «admitindo a entrada de capital privado nas empresas do sector, não poderá impedir a possibilidade de todo o capital dessas empresas vir a ser estrangeiro a partir de 1993».

Outro motivo para considerar que este projecto não serve é a ausência de «quaisquer garantias de viabilidade financeira às empresas que assegurarão a implementação e a gestão da rede básica de telecomunicações». De acordo com a informação fornecida pela FCT, a lei do Governo «é ambígua em relação ao que acontecerá a serviços que sem dúvida virão a sê-lo no futuro, como por exemplo o serviço de telefone móvel».

No colóquio — que reuniu no dia 1 de Julho, no Forum Picoas, as deputadas Ilda Figueiredo (PCP) e Leonor Coutinho (PS), quadros dos CTT e trabalhadores de dirigentes sindicais de todas as organizações sindicais da FCT — foi também criticada a falta de debate público na elaboração desta lei.

***A lei dos despedimentos** e o restante pacote laboral levaram a CGTP-IN a reunir, na sexta-feira e sábado passados, cerca de 400 juristas, dirigentes e outras personalidades ligadas ao meio sindical que, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, discutiram aquela legislação e as suas implicações nas relações de trabalho*

Assembleia da República

Sinistralidade rodoviária

Governo opta pela penalização em detrimento da prevenção

Agravamentos substanciais das multas para os infractores do código da estrada, tal é o que resulta no fundamental da legislação que o Governo foi autorizado a elaborar na passada semana a partir de uma proposta de lei que contou na sua aprovação apenas com os votos favoráveis do PSD e a abstenção das restantes bancadas parlamentares.

Num quadro caracterizado por um preocupante número de acidentes e onde têm faltado as medidas de fundo que resolvam o problema da sinistralidade nas nossas estradas, dir-se-ia, à primeira vista, estarmos perante um ensejado conjunto de soluções que a todos competiria saudar e apoiar.

Só que, ponderadas as coisas, facilmente se concluirá que nos estritos contornos da resposta governamental nos moldes em que foi feita o problema da sinistralidade rodoviária, infelizmente, estará condenado a persistir.

Isto porque, se se afiguram louváveis os propósitos enunciados pelo Executivo — «atenuar o elevado nível de sinistralidade nas estradas portuguesas», nas palavras do ministro dos Transportes, Oliveira Martins —, a verdade é que as medidas práticas tendentes à sua aplicação pecam pela penalização em detrimento da prevenção.

Multas mais pesadas e mesmo prisão em certos casos, eis, pois, com o que a partir de agora terão de contar os prevaricadores. Para os estacionamentos proibidos, a título de exemplo, a multa oscilará entre os dois e os dez contos enquanto a condução sem cinto de segurança poderá ser penalizada com 7500$00. O automobilista que exceda a velocidade estipulada, por sua vez, incorre em multa até 25 mil escudos e o condutor com excesso de alcoolémia no sangue não se livra na melhor das hipóteses de uma multa que vai até 200 contos e penas de prisão até um ano.

Não discutindo a eficácia de tais penalizações na diminuição da sinistralidade nas estradas, o que todavia subsiste, não podendo deixar de ser assinalado, é a ausência de medidas de prevenção no articulado das soluções agora propostas pelo Governo. É que, como salientou no debate a deputada comunista Odete Santos, só as medidas de prevenção, essas sim, poderão atacar o «cerne da questão».

Na sua intervenção, a parlamentar do PCP não se eximiu a expô-las, chamando a atenção para o muito que ainda há a fazer no plano da circulação rodoviária, como é o caso, citou, das passagens de nível sem guarda, a degradação do parque automóvel, a necessidade de libertar a GNR e a PSP de obrigações burocráticas com vista a atenderem às verdadeiras acções de prevenção ou ainda a correcta formação dos condutores.

Deputadas soviéticas

Encontra-se no nosso País desde a passada segunda-feira uma delegação de mulheres deputadas da União Soviética, visita que retribui uma outra efectuada no ano passado por parlamentares portuguesas.

A delegação é chefiada por Valentina Fedotova, directora da revista «Mulher Soviética» e membro da presidência do Comité do Partido de Leninabad, no Tadjiquistão, Bikhadjal Rakhimova, a escritora Tanzia Zamakulova (República Autónoma de Khabardino-Balcaria, no Cáucaso), a directora de um kolkhoz ucraniano, Anna Chust, e a médica siberiana, Galina Baranova.

Durante a sua estada, que se prolongará até à próxima segunda-feira, a delegação efectua uma deslocação ao Porto, bem como visitas turísticas a Braga, Coimbra, Nazaré, S. Martinho do Porto, Óbidos e Sintra.

No programa constam ainda audiências com o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República e encontros com o Conselho Consultivo da Condição Feminina, a subcomissão parlamentar para a Igualdade de Direitos e a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação.

Infracções fiscais

O crime compensa?

«O crime compensa.» A asserção, definida como um «dos piores princípios imagináveis», empregou-a José Magalhães para caracterizar o que a seu ver decorre da aplicação do conteúdo da proposta que autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionário das infracções cambiais. Uma proposta que estabelece que em matéria de infracções fiscais deixará de haver crimes e que o deputado do PCP não hesitou em classificar de mais um «aborto legislativo».

No fundo, como foi lembrado, trata-se de uma versão em tudo idêntica a outras anteriormente ensaiadas tendentes a despenalizar as infracções nos domínios monetário, financeiro e cambial.

Para a bancada comunista é tão errado dizer que em matéria de infracções fiscais tudo deve ser crime como dizer que nada deve ser crime. «Há situações de infracção — frisou José Magalhães — em que se justifica plenamente a manutenção do instrumento crime como forma de atacar determinadas condutas lesivas da economia nacional.»

O deputado comunista defendia assim uma perspectiva distinta da que esteve subjacente à proposta governamental e que Rui Machete resumiu ao afirmar que de acordo com o caminho aberto pelo Mercado Interno «é mais consentâneo, é mais adequado, em matéria de infracções cambiais, escolher claramente o regime das contra-ordenações do ponto de vista da punição do que o regime criminal».

A maioria não escondia assim a sua opção, caminho que no entender do PCP representa claramente uma «amnistia geral, indiscriminada e incondicional», a qual, como fez notar José Magalhães, «não exclui sequer na primeira parte, os promotores da exportação ilícita e outras formas de tráfico cambial, de valores pertencentes a terceiros, incluindo operações sobre o ouro e a importação e reexportação de moeda e títulos».

Por força desta disposição, na mira do Executivo, está, pois, segundo a bancada comunista «despenalizar» e aplicar mesmo aos casos pendentes (cerca de 300) este normativo despenalizador.

José Magalhães chamou ainda a atenção para a circunstância da proposta em apreço implicar que a Polícia Judiciária deixe de ser entidade competente para investigar as infracções mais graves ou as qualificadas como crimes.

«Isto é positivo, do ponto de vista da punição efectiva e da investigação? — interrogou a propósito, para logo responder: «não, isto é negativo! Alivia a PJ, mas, seguramente, também alivia os traficantes...!»

Indústria petrolífera

Governo legisla em cima do joelho

O acesso e exercício da actividade petrolífera em Portugal constituiu uma das matérias sobre as quais o Governo foi autorizado a legislar a partir de uma proposta de lei aprovada numa das sessões plenárias da última semana.

No essencial, de acordo com os fundamentos expostos pelo Executivo, trata-se de criar novas condições para o investimento numa área geológica considerada de elevado risco e para a qual é necessária uma informação fiável quanto ao potencial das bacias sedimentares portuguesas.

Definindo a posição do PCP sobre este assunto, Ilda Figueiredo começou por lamentar que a autorização legislativa tenha sido feita «um pouco em cima do joelho e de uma forma bastante precipitada e pouco cuidada», verbarando, por outro lado, que não «tenham sido salvaguardados alguns aspectos importantes» e, bem assim, que não tenha sido prestado um «esclarecimento maior».

Precisando melhor o objecto da sua crítica, a deputada comunista referiu-se às questões relacionadas com áreas como o regime fiscal a praticar, bem como quanto às efectivas medidas de salvaguarda dos interesses nacionais, questões relativamente às quais, frisou, não foram prestados os devidos esclarecimentos por parte do Governo.

Manuais escolares

PCP defende preços máximos

Os livros e manuais escolares vão deixar de estar submetidos à imposição dos preços mínimos actualmente em vigor, de acordo com uma proposta de lei aprovada em plenário que autoriza o Governo a alterar as normas sobre práticas restritivas de concorrência.

«Impedir que práticas que adulteram a sã prática da concorrência» possam originar custos desnecessários, constituiu, pode dizer-se, segundo as palavras do próprio ministro do Comércio e Turismo, a principal razão que moveu o Governo a apresentar esta iniciativa legislativa, apostada assim, foi dito, em não lesar o consumidor.

Apesar de recolher a concordância dos partidos da oposição, que em conformidade a votaram favoravelmente, a proposta não deixou de merecer alguns reparos. Jorge Lemos, em nome da bancada comunista, colocou sobretudo o acento tónico na necessidade de serem definidos preços máximos para o livro escolar, uma vez que se trata de uma matéria que tem a ver com a escolaridade obrigatória e com o acesso dos cidadãos à política educativa. A este propósito, o deputado comunista estranhou também que, sendo esta uma matéria que diz directamente respeito à área da educação, não tenha contado com a intervenção deste Ministério.

Jorge Lemos observou ainda que o pedido contido na autorização legislativa contraria o que tem sido a filosofia do Governo, porquanto, salientou, em vez de definir preços máximos para, em termos desses valores, definir as comparticipações, o que o Governo veio pedir é que seja o **«mercado a resolver esses problemas»**.

António Barreto, do PS, por sua vez, colocou o problema dos hipermercados poderem vir a colocar os manuais escolares a preços bastante mais baixos do que as livrarias, assim originando novos problemas a estas últimas.

Assembleia da República

Evolução económica do País

Agravamento dos problemas desfaz miragem das promessas

«Há fortes razões para que os portugueses se preocupem seriamente com a evolução económica interna», alertou Octávio Teixeira na semana finda, em plena sessão plenária na Assembleia da República, mais precisamente no decorrer de uma intervenção onde não se limitou a pôr a nu os desaires do Governo em matéria económica, antes apontando, simultaneamente, as direcções que do seu ponto de vista permitirão implementar uma adequadà estratégia de desenvolvimento capaz de resolver os problemas com que o País se defronta.

Problemas que a avaliar pelas palavras do deputado comunista, corroboradas de resto por organizações internacionais como a OCDE e a Comissão das Comunidades, têm sofrido um acentuado agravamento, sobretudo nas contas externas e na inflação, consideradas precisamente as componentes prioritárias da estratégia económica do Governo consubstanciada no PCEDED (Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego).

Octávio Teixeira referiu mesmo que são as próprias alterações recentemente introduzidas pelo Governo nas projecções macroeconómicas que, de forma significativa, disse, «mostram a degradação que se registou em aspectos fundamentais da economia portuguesa».

Fundamentando a sua afirmação, o deputado do PCP foi buscar em primeiro lugar o caso das **contas externas**, cujas previsões governamentais apontam para défices quatro vezes superiores aos inicialmente projectados. Por outras palavras, os 1800 milhões de dólares em 1989 e os 1250 milhões em 1992 inscritos nas previsões iniciais do PCEDED de défices da **balança de bens e serviços**, passam agora espectacularmente, para défices de 5000 e de 6600 milhões de dólares, respectivamente.

Melhor sorte, ao que se sabe, não se espera, por outro lado, para a **Balança de Transacções**, cujos défices de 300 e 200 milhões de dólares inicialmente previstos no PCEDED para o corrente ano e para 1992, são agora substituídos por previsões de 1500 e 3000 milhões de dólares, respectivamente.

«Tudo isto — recordou Octávio Teixeira — na sequência do profundo descalabro registado nas contas externas em 1988, apesar de o Governo ter beneficiado, designadamente, de uma factura petrolífera ainda mais favorável que a de 1986 e de os fluxos dos fundos comunitários terem ultrapassado em muito o anteriormente previsto».

Quanto à **inflação** — «cuja reaceleração iniciada há um ano não dá sinais de inversão», as palavras são do deputado comunista — a miragem de uma taxa de inflação de 4 por cento no ano corrente esfumou-se completamente, situando-se agora a dura realidade a um nível três vezes superior ao prometido.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, o «marketing» governamental mostra-se assim já «incapaz de esconder a cada vez maior divergência existente, gerando problemas e riscos acrescidos para a economia portuguesa», de que dão público testemunho, igualmente, o **endividamento público** que sobe já a 80 por cento do PIB e a cada vez maior insuficiência do **crédito interno** disponível para o sector empresarial.

Todos estes factores, ainda na opinião de Octávio Teixeira, «são sinais claros da persistência e agravamento de deficiências estruturais da economia portuguesa que a política económica do Governo não só não combateu como alimentou».

Daí que, defendeu, a estratégia a seguir para superar os problemas actuais, passe por um «grande esforço de investimento produtivo», esforço este que, a seu ver, é «componente indispensável e insubstituível de uma política de crescimento económico sustentado, acompanhado da superação dos constrangimentos estruturais da redução dos défices externos, da dívida pública, dos níveis de inflação e de taxas de juro». Um esforço de investimento que se enquadre, garantiu mais adiante, numa estratégia nacional de defesa e de desenvolvimento de uma economia portuguesa, no essencial com os seus centros de decisão em Portugal e nas mãos dos portugueses.

Nesta ordem de ideias, Octávio Teixeira chamou também a atenção para a circunstância de que esta estratégia de crescimento terá de ser «necessariamente acompanhada de um alargamento do mercado interno, através de uma mais justa repartição dos rendimentos», o que exige designadamente, sublinhou, «uma participação crescente dos salários nos ganhos de produtividade e dos termos de troca».

Instituição policial e o seu futuro

Duas concepções em confronto

A irreversibilidade do processo tendente à sindicalização da PSP, a necessidade imperiosa do Governo rever vários propósitos sob pena de manter uma situação de conflitualidade da sua inteira responsabilidade e a adopção de uma amnistia para as infracções relacionadas com a luta pelo sindicalismo policial, constituem três das conclusões a tirar do debate travado sobre o direito dos profissionais da PSP a constituirem associações sindicais, matéria que ocupou na íntegra a sessão plenária realizada faz hoje oito dias.

No essencial, as posições em confronto no debate pouco adiantaram ao já anteriormente defendido pelas diferentes forças políticas, mantendo-se basicamente duas concepções distintas quanto à configuração da instituição policial e seu futuro.

De um lado, onde claramente se situaram a maioria e o Governo, persistiu a tese inaceitável que os deputados comunistas João Amaral e José Manuel Mendes definiram como a que advoga uma «polícia fechada sobre si mesma, separada dos cidadãos, abúlica e funcionando como um autómato», o que inevitavelmente se traduz por direitos diminuídos.

Do outro, os que concebem o exercício da função policial como uma actividade eminentemente democrática e responsável, que implica «numa sociedade moderna e democrática uma nova mentalidade e um novo comportamento nas relações entre a polícia e a comunidade», sinónimo obrigatório, como acentuou João Amaral, de uma «progressiva aproximação ao regime geral de direitos, liberdades e garantias, no quadro da garantia do exercício eficaz das funções que desenvolvem».

Escusado será dizer que foi neste último terreno que se situou a bancada comunista, trazendo para o debate um projecto próprio cuja matriz assenta numa concepção civilista e não militarizada da PSP.

Diferenciados em variadíssimos aspectos do projecto do PS — onde subsistem na opinião do PCP «limitações excessivas» e «proibições insustentáveis» — as soluções preconizadas no projecto comunista, e que decorrem do exercício de função pública de que são investidos os profissionais da PSP, apontam para a «aplicação do regime de direitos, liberdades e garantias de que gozam os trabalhadores da Função Pública e do mesmo regime disciplinar que impende sobre estes».

Neste contexto, como tratou de explicar João Amaral, as limitações específicas a impor aos profissionais da PSP respeitam os «apertados limites do artigo 18.° da Constituição da República», havendo portanto restrição no exercício do direito de greve —que no entanto é reconhecido) e no direito de uso de uniforme, no quadro da garantia plena da segurança e ordem pública».

Quanto à questão dos militares a desempenhar funções na PSP, o deputado comunista recusou-se a considerá-la sequer como passível de polémica, porquanto, mesmo a esse nível, mesmo na questão do regime dos direitos, liberdades e garantias, se existe polémica, ela coloca-se nos mesmos moldes, observou, «entre os que querem manter as Forças Armadas como uma estrutura de casta e os que advogam, como no Relatório de Peters, aprovado no Parlamento Europeu, que o militar é antes de tudo um cidadão — um cidadão de uniforme».

Sobreviventes do 18 de Janeiro

A justa homenagem

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um projecto de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP que atribui uma subvenção vitalícia aos cidadãos que participaram na Revolução de 18 de Janeiro de 1934.

Embora pecando por tardia, tratou-se de repor a justiça a quantos deram um contributo inestimável à luta pela liberdade e pela democracia.

Na Marinha Grande, como lembrou Jerónimo de Sousa, restam oito sobreviventes, cujas idades oscilam entre os 73 e os 83 anos e que somam ao todo cerca de 70 anos de prisão, setenta anos de «perdas irreparáveis».

O significado e alcance desta iniciativa, ultrapassa assim claramente qualquer carácter economicista para se situar, na perspectiva do deputado comunista, no domínio do mais elementar sentido de justiça democrática e humanista.

Procedendo a uma breve retrospectiva histórica do que foi esse movimento que culminou no 18 de Janeiro e que teve a sua expressão mais significativa na Marinha Grande, Jerónimo de Sousa qualificou-o como um gesto de «revolta contra a asfixia das liberdades sindicais e democráticas que o regime fascista impunha a todo um povo e particularmente aos trabalhadores».

Por esse motivo, acentuou, foi também um gesto que os «algozes da liberdade não perdoaram, apressando a abertura do campo de concentração do Tarrafal, decapitando a organização do movimento operário através das prisões dos seus dirigentes e punindo cruelmente os participantes mais activos no movimento de 18 de Janeiro».

«Mas se as consequências da repressão que se abateu sobre o movimento operário foram duras e fizeram recuar o calendário da retoma da liberdade – como fez notar Jerónimo de Sousa –, o 18 de Janeiro constitui também um exemplo exaltante, uma lição e um ensinamento para aqueles que, como nós, ainda antes do 25 de Abril, nos inserimos na luta sindical e antifascista».

Temporais de Junho

PCP advoga medidas de apoio

No sentido de minorar os efeitos negativos resultantes dos temporais que assolaram em Junho último algumas regiões do País, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução no qual se estabelece designadamente a concessão aos agricultores atingidos de um subsídio a fundo perdido em função dos danos concretos registados e das respectivas receitas não realizadas.

Na resolução, que prevê com carácter de urgência o levantamento dos prejuízos (assinale-se que os serviços do Ministério da Agricultura quinze dias depois da tragédia ainda não tinha procedido a esse levantamento ou visitado sequer os locais atingidos), fixa-se igualmente o deferimento pelo período de dois anos, sem juros, do pagamento dos débitos contraídos pelos agricultores junto de empresas públicas ou outras na aquisição de factores de produção relativos às culturas agora atingidas, sub-rogando o Estado os créditos das empresas em causa.

Com milhares de agricultores confrontados com o espectro da miséria, esta iniciativa dos parlamentares comunistas afigura-se assim como importante e oportuna. Com efeito, caso não sejam adoptadas medidas de emergência que reparem ou no mínimo compensem os prejuízos verificados, a verdade é que para estes agricultores o futuro poderá querer dizer no imediato a completa ruína.

Esta é, de resto, a opinião dos que tiveram oportunidade de testemunhar directamente nas zonas atingidas os efeitos das intempéries, como é o caso dos deputados do PCP Lino de Carvalho e Álvaro Brasileiro.

Documentando a situação dramática que se viveu no concelho de **Armamar**, este último, ao intervir em plenário sobre esta matéria, recordou que houve áreas onde a chuva chegou a atingir cerca de 50 litros por metro quadrado, com ventos ciclónicos e o granizo a derrubarem árvores, destruírem telheiros de instalações agrícolas e deitaram a perder culturas como a vinha, olivais, milho, árvores de fruto, melão e tomate.

Outro tanto sucedeu noutras regiões do País, com os prejuízos a ascenderem a muitas centenas de milhar de contos, lembrando Álvaro Brasileiro os casos do **Redondo** (mais de 30 mil contos), **Chaves** (perto de um milhão), **Meda, Pinhão, Pinhal, Penalva do Castelo, Oliveira do Hospital, Coimbra, Lezíria de Vila Franca de Xira, Sanfins, Valpaços**, entre muitos outros.

Poder Local

Câmara de Lisboa

Coligação PS/CDU uma hipótese de trabalho

Como é sabido, uma delegação do Partido Socialista composta por **Ferro Rodrigues, António Costa, João Proença** e **Vasco Franco** deslocou-se anteontem à sede central do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, para um encontro com uma delegação do Partido Comunista Português integrada por **Luís Sá**, membro da Comissão Política, **Francisco Lopes**, suplente do Secretariado e **António Andrez**, do CC do PCP, na sequência de anteriores contactos entre os dois partidos e no quadro das conversações presentemente em curso com vista a um eventual acordo de coligação para a Câmara Municipal de Lisboa no escrutínio de Dezembro próximo. Houve duas notas salientes neste encontro. Uma foi a novidade de o PS admitir, finalmente (tendo embora reafirmado a candidatura unilateral de Jorge Sampaio), uma «coligação formal com o PCP, o que implica que haja acordo quanto a regras fundamentais de funcionamento dessa eventual coligação» (segundo a breve declaração política lida no final por Ferro Rodrigues), indo assim ao encontro da posição definida pelo PCP logo a seguir ao anúncio da nova estratégia do PS para a Câmara de Lisboa (e que considerava uma «coligação formal designadamente entre o PCP e o PS» a «única forma admissível de convergência eleitoral entre grandes forças políticas e uma proposta essencial para viabilizar com mais segurança a derrota da direita e uma gestão democrática na Câmara Municipal de Lisboa» (como frisou de novo Luís Sá, na declaração feita também após este encontro). A outra nota importante foi a da disposição afirmada pelas duas partes de prosseguirem as conversações, tendo Luís Sá explicitado que uma coligação entre o PCP e o PS para a Câmara de Lisboa continua a ser «uma hipótese de trabalho» e Ferro Rodrigues afirmado que «com o PCP as conversações progridem» e «há avanços significativos». Recorde-se, entretanto, que na sequência da intenção manifestada anteontem em nota da Comissão Política do CC do PCP de propor encontros a um conjunto de forças políticas sobre a eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, foram marcados os seguintes encontros do PCP: para ontem, com o Partido «Os Verdes», na Soeiro Pereira Gomes; para hoje, com a «Intervenção Democrática», na Soeiro Pereira Gomes, e com o PRD na sede deste último, na Travessa do Fala Só, em Lisboa.

Na sua declaração feita de improviso para os jornalistas no final do encontro de anteontem com a delegação do PS, Luís Sá afirmou:

«É do conhecimento público que o PCP, em 24 de Janeiro, dirigiu uma proposta de coligações com o Partido Socialista, não apenas em Lisboa, mas num conjunto de municípios em que os dois Partidos em conjunto têm a maioria mas em que o presidente da Câmara é de direita. Estas propostas foram recusadas na época. Congratulamo-nos que neste momento tenha sido admitida como hipótese de trabalho a questão de haver uma coligação para bater a direita na cidade de Lisboa.

«Já tomámos posição pública acerca da apresentação unilateral da candidatura do dr. Jorge Sampaio, dizendo que, naturalmente, não era favorável ao entendimento das forças democráticas para bater a direita e construir uma alternativa para a cidade de Lisboa. Entretanto, da mesma forma que o PS admitiu, finalmente, o princípio da coligação formal com o PCP, nós admitimos também como hipótese de trabalho que o dr. Jorge Sampaio seja o cabeça de lista à Câmara Municipal de uma coligação integrando os comunistas. Trata-se de uma hipótese de trabalho, há muitas questões em aberto, vamos continuar a trabalhar intensamente nos próximos dias para ver se é efectivamente possível chegar a um acordo.

«Em toda esta matéria move-nos um motivo, que é um profundo amor a Lisboa e a convicção de que é necessária uma alternativa para a capital. Isto significa, naturalmente, termos que analisar em conjunto questões de projecto, de programa, questões de participação numa tal coligação aos vários níveis da administração municipal, com a ideia que o PCP e as forças que estão na CDU, pela grande implantação que têm na cidade de Lisboa, pelo facto de terem desempenhado ao longo destes anos um papel importantíssimo na Câmara, na Assembleia Municipal e nas Freguesias, têm uma contribuição insubstituível a dar a qualquer alternativa que possa, efectivamente, bater a direita.

«Vamos continuar a trabalhar, com a certeza de que, até a um eventual acordo, a candidatura do engenheiro Rui Godinho à Câmara Municipal e a candidatura de José Saramago como cabeça de lista à Assembleia Municipal se manterão. Admitimos, naturalmente, que em caso de acordo estas candidaturas se venham a integrar numa coligação mais vasta, com ainda mais possibilidades que a CDU de bater a direita.»

Proposta do PCP

As reuniões entre delegações do PCP e do PS actualmente em curso e com vista a uma eventual coligação para a Câmara Municipal de Lisboa, foram desencadeadas por uma proposta concreta do PCP nesse sentido apresentada em conferência de imprensa há exactamente uma semana onde, após se historiar as sucessivas recusas do PS em encarar uma proposta de coligação interpartidária apresentada pelo PCP em 24 de Janeiro último, e respondendo a várias declarações recentes de dirigentes do PS admitindo contactos com o PCP e a CDU para uma solução alternativa, o PCP propunha ao PS «**a imediata reabertura de conversações** que possam permitir uma coligação com vista à conjugação de esforços para bater a direita na cidade de Lisboa». Propunha-se também «um **programa mínimo para criar condições para defender e reconstruir a cidade, melhorar a qualidade de vida e resolver de forma acelerada os seus gravíssimos problemas e para a devolver aos seus habitantes**». E já nessa altura o PCP advertia:

«Insistimos em que o acordo tem que ser consubstanciado numa coligação, única forma aceitável de expressar a convergência eleitoral entre grandes partidos. Voltamos a não colocar qualquer outra questão prévia, designadamente em relação à lista e cabeça de lista ou à rectificação da política de alianças do PS com a direita num número considerável de autarquias.»

E frisava-se:

«No caso de o PS inviabilizar uma vez mais uma coligação ganhadora, a CDU confirmar-se-á como a força melhor colocada para enfrentar a direita. Tal facto resulta designadamente da sua implantação eleitoral, do conhecimento dos problemas de Lisboa, das suas propostas e das provas dadas ao longo dos anos. As candidaturas da CDU são integradas por candidatos para trabalharem por Lisboa, ligados à sua população. Temos propostas, temos candidatos, temos programa, temos a possibilidade de aglutinar em torno deles não só os partidos que dão suporte jurídico à CDU, mas outros sectores e democratas com e sem partido.

«Queremos declarar que a candidatura de Rui Godinho a presidente da Câmara de Lisboa é a candidatura da seriedade, do rigor, da competência, do amor a Lisboa, constitui a alternativa à política de direita, não tem carácter precário, não se destinou a obter espaço político em eventuais negociações. É uma candidatura dirigida à população de Lisboa e susceptível de ganhar o seu apoio.»

O desenvolvimento

Logo no dia seguinte — sexta-feira — o PS anunciou a candidatura do seu secretário-geral, Jorge Sampaio, para encabeçar uma lista do PS à Câmara de Lisboa, mostrando-se igualmente disponível para contactos com outros partidos, nomeadamente o PCP. Uma declaração do PCP responderia de imediato e no mesmo dia a esta evolução do PS, reafirmando o que já havia declarado na conferência de imprensa do dia anterior, de que «a realização de uma coligação formal envolvendo designadamente o PCP e o PS, sobretudo tendo em conta o anúncio de uma possível coligação PSD/CDS, é a única forma admissível de convergência eleitoral entre grandes forças políticas e uma proposta essencial para viabilizar com mais segurança a derrota da direita e uma gestão democrática na Câmara Municipal de Lisboa. É esse e não outro o empenho do PCP — sublinhava-se. Por isso, devem perder as ilusões os que continuam a sonhar ver o PCP envolvido em processos de mera angariação de apoios para a lista do PS e para o seu primeiro candidato».

E mais adiante a nota do PCP afirmava:

«Nesta conformidade, mantendo a disponibilidade para contactos próximos com o PS, o PCP orientar-se-á por dois princípios essenciais:

«*a*) que esses contactos tenham em vista examinar a viabilidade de concretização de uma coligação formal, não fazendo sentido, na opinião do PCP, perder tempo a discutir outras soluções, que, reconhecidamente, não tem em conta a identidade e a influência de uma grande força política como é o PCP e a CDU;

«*b*) que, no caso de o PS finalmente admitir a realização de uma coligação, todos — mas todos — os aspectos da sua concretização — cabeça de lista, composição da lista, programa, etc., — têm à partida de se considerar em aberto e carecendo de ulterior definição e acordo das principais forças envolvidas no processo.»

Entretanto considerava-se que os mais recentes desenvolvimentos põem em reforçada evidência as características distintivas da candidatura CDU e do eng.º Rui Godinho, «ao serviço exclusivo de Lisboa e da sua população, em tudo alheia a sinuosos jogos politiqueiros», uma candidatura «com um programa, com ideias e com um projecto de futuro para a capital do País», pelo que, «não se vindo a concretizar a mais ampla coligação, a CDU apresenta-se como a real alternativa à direita na Câmara Municipal de Lisboa».

É na sequência disto que surgem os encontros entre delegações dos dois Partidos, o primeiro no sábado passado na sede do PS, o segundo anteontem na sede do PCP, tendo sido dito aos jornalistas que os encontros prosseguirão.

Encontro na sede da Soeiro Pereira Gomes entre as delegações do PCP (à esquerda, na foto) e do PS

Loures

Habitar é preciso!

A Câmara Municipal de Loures cedeu terrenos em direito de superfície, projectos e infra-estruturas no valor de mais de 75 000 contos à Cooperativa de Habitação Social «Sacavenense». Para além desta verba o município isentou ainda a cooperativa do pagamento de taxas de infra-estruturas e de licenças de urbanização e construção no valor de cerca de 5000 contos. Desta forma, a intervenção da Câmara equivale à comparticipação de mais de 1000 contos, por fogo e por família.

A Cooperativa «Sacavenense» formou-se a partir da Associação de Moradores da Quinta dos Penicheiros, Sacavém, local onde se situa um importante aglomerado de barracas, as quais serão demolidas uma vez construídas as novas habitações.

A Cooperativa iniciou já a construção de 100 fogos na Quinta do Património, Sacavém, para onde se mudarão não só os habitantes das barracas da Quinta dos Penicheiros como também os moradores das barracas do Casal dos Marcos, Moscavide, local onde, sublinhe-se, o município de Loures está a construir um mercado coberto para a população da vila de Moscavide.

De acordo com a política de habitação social da Câmara Municipal de Loures, quando os actuais ocupantes das barracas se mudarem para os fogos da Cooperativa, as barracas serão de imediato demolidas de forma a permitir o desaparecimento deste tipo de habitação extremamente degradada do concelho de Loures.

Entretanto os Serviços Municipalizados de Loures reforçam o abastecimento de água a bairros clandestinos, adjudicando, por cerca de 10 000 contos, a empreitada de construção da central elevatória do Bairro da Silveira, situada na recém criada freguesia de Famões.

Com esta medida «pretende-se reforçar o abastecimento de água aos bairros da Silveira, Abadesso, Vale Grande e Zona Alta da Quinta das Pretas, os quais têm os respectivos processos de recuperação numa fase muito avançada, como por exemplo o Casal da Silveira que foi recentemente legalizado. Deste modo, ainda durante o corrente ano os bairros atrás referidos terão o abastecimento de água reforçado», sublinha a nota da autarquia.

Já na conferência de imprensa da semana passada e ainda antes do anúncio da candidatura de Jorge Sampaio o PCP considerava «uma coligação formal designadamente entre o PCP e o PS a única forma admissível de convergência eleitoral entre grandes forças políticas»

Pedro Canário para a Câmara do Barreiro

Pedro Canário, membro do PCP e actualmente eleito na Assembleia Municipal do Barreiro; será o candidato da CDU a esta Câmara nas eleições de Dezembro próximo, substituindo o camarada **Hélder Madeira** que tem estado à frente da autarquia desde 1977, segundo informou a Comissão Eleitoral da CDU do Concelho do Barreiro. Sem embargo duma ulterior e mais detalhada apresentação desta candidatura, aqui ficam, para já, as notas enviadas pela CDU do Barreiro recordando as biografias destes dois prestigiados eleitos do PCP e da CDU.

Pedro Canário tem 38 anos, e é actualmente eleito na Assembleia Municipal. Foi activista do Movimento Democrático desde 1972, delegado do MFA ao Conselho da Reforma Agrária no Distrito de Beja em 1975. Militante do PCP desde 1974, tendo sido membro da Concelhia do Barreiro e da sua Comissão Executiva. No plano profissional foi professor na escola «Mendonça Furtado» (1973/1974), foi técnico de contratação colectiva no Sindicato dos Químicos do Sul (de 1976-1980). Em 1980 ingressou numa empresa de comércio internacional onde é director comercial desde 1983.

Hélder Madeira tem 49 anos. Foi activista do Movimento Democrático e do Movimento da Paz. Activista sindical a partir de 1970. Após o 25 de Abril foi membro da Comissão Administrativa Democrática da Câmara do Barreiro, governador civil do Distrito de Setúbal (de Novembro de 1975 a Setembro de 1976). Membro da presidência do CPPC. É presidente da Câmara do Barreiro desde 1977. É militante do PCP desde 1972, sendo membro da Comissão Concelhia do Barreiro, da DORS e suplente do Comité Central do PCP desde o 8.º Congresso (1976).

CDU Porto

O comentário e o apelo

A Comissão Coordenadora Distrital do Porto da CDU reuniu para analisar os resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu e discutir as próximas eleições autárquicas, concluindo que:

1 – Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu constituíram uma significativa derrota política para as forças da direita, em particular para o PSD e o seu Governo, e um importante sucesso para a CDU, traduzido na subida percentual de três pontos e na eleição de mais uma deputada. Em relação ao Partido Socialista, o pequeno e limitado ganho percentual que obteve – muito aquém do desejado e anunciado pelos responsáveis do PS – veio desmentir cabalmente projectos bipolarizadores e tentações hegemónicas alimentadas pela direcção do PS.

2 – No distrito do Porto, o PSD perde mais de 100 000 votos e o CDS cerca de 60 000. O PS tem menos 53 000 votos que em 1987, sendo a votação da CDU inferior à alcançada nesse ano em apenas 11 000 votos. Em termos relativos é a CDU a força que alcança o melhor resultado, entre as principais candidaturas.

No distrito a CDU consegue melhorar a sua posição relativa face ao Partido Socialista, o que é particularmente significativo por se tratar de um distrito onde o PS obtém, em geral, os seus melhores resultados nacionais.

3 – O exame mais detalhado dos resultados revela que a CDU no distrito do Porto foi também bastante atingida pela elevada abstenção, que caracterizou este acto eleitoral. Os seus melhores resultados são alcançados onde foi menor a abstenção e, ao contrário, as mais baixas percentagens da CDU e os seus menores ganhos eleitorais verificaram-se em concelhos e freguesias onde a abstenção foi superior à média registada no distrito.

Mais adiante a Comissão Coordenadora Distrital do Porto da CDU aborda a questão das próximas eleições gerais autárquicas no documento que temos vindo a citar, afirmando a dado passo:

«São já conhecidos os candidatos da CDU à presidência dos órgãos municipais de oito concelhos do distrito, entre os quais todos os concelhos da área do Grande Porto. Em breve serão divulgados os cabeças de lista da CDU nos restantes municípios.

«A amplitude dos apoios entretanto manifestados a diversos candidatos da CDU por parte de destacadas figuras da vida social e cultural da região e de numerosas personalidades democráticas, com ou sem filiação partidária, atesta sobre o prestígio, credibilidade e potencialidades das candidaturas da CDU e reafirma a CDU como um grande espaço democrático e plural para o diálogo, a participação e a unidade das forças que se reclamam da democracia e da esquerda.

«Face à recusa do PS em estabelecer coligações com as forças integrantes da CDU e o apoio que vêm recolhendo configuram a CDU como a principal alternativa política à direita e ao Partido Socialista.

«A CDU prosseguirá as diligências e contactos em curso no sentido do alargamento unitário da Coligação e das suas listas.»

Finalmente «a CDU renova o seu apelo e convite a todos os homens e mulheres de convicções democráticas para que se integrem e apoiem as candidaturas da CDU às autarquias do distrito do Porto, na perspectiva do progresso da região e do bem-estar da população e da organização e desenvolvimento de uma grande e muito dinâmica campanha em torno das listas da Coligação Democrática Unitária».

DORA, S. João da Madeira e Feira

As autárquicas preparam-se hoje

Continuam a chegar à nossa Redacção os comentários e os balanços dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu feitos quer pelo PCP quer pela CDU, em diversas zonas do País, frequentemente concomitantes com os preparativos e a apresentação de perspectivas das eleições autárquicas de Dezembro próximo. Vários desses documentos perderem actualidade dado o atraso com que chegaram, mas outros – como os que condensamos a seguir — permanecem actuais exactamente pela ligação que fazem às eleições autárquicas de Dezembro.

É o caso do **Plenário da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP**, que após se congratular «pelo êxito alcançado pela CDU nas eleições de 18 de Junho», que constitui «um importante estímulo para a preparação das próximas eleições autárquicas e revela as reais possibilidades da Coligação Democrática Unitária em conseguir novas e expressivas vitórias», afirma:

«A DORA do PCP, na sequência das orientações do CC de 20/6/89, decide concorrer a todos os órgãos autárquicos da região e mobilizar desde já todas as suas energias e toda a organização para uma preparação activa das eleições de Dezembro próximo para as autarquias locais, confiante no reforço dos resultados do PCP e da CDU», chamando a atenção «de todos os democratas do Alentejo para as notícias vindas a público sobre o prosseguimento de alianças do PS com o PSD nas autarquias locais contra a CDU. Tais notícias evidenciam uma vez mais a necessidade da unidade de todos aqueles que estão verdadeiramente interessados na construção de uma alternativa democrática à política de direita de Cavaco Silva e do PSD e que passa pelo reforço e alargamento da CDU», sublinha a nota, que conclui:

«A DORA do PCP saúda a criação pela Assembleia da República das novas freguesias da Zambujeira do Mar e Pereiras Gare, no concelho de Odemira e a elevação de Pias a vila, em resultado de projectos de lei do Grupo Parlamentar do PCP e denuncia e critica veementemente a atitude do PSD que inviabilizou, por meras razões políticas sem apresentar alternativas o agendamento, no mesmo dia, de outro projecto de lei do PCP visando a reestruturação administrativa da cidade de Évora, apesar de ter sido considerado em condições técnicas de ser votado, prejudicando assim o seu desenvolvimento urbano e os interesses das populações».

Mudar: é possível e necessário

Entretanto enquanto a **Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP** considera que «os bons resultados eleitorais obtidos pela CDU em S. João da Madeira, aliados ao trabalho sério e competente dos seus eleitos nos órgãos autárquicos da cidade, são condições importantes para que nas próximas eleições autárquicas, a CDU venha a registar uma vitória eleitoral, para bem da população e do progresso de S. J. da Madeira», a **Comissão Coordenadora Concelhia de Santa Maria da Feira da CDU** adverte:

«Avizinha-se a realização, no fim do ano corrente, de eleições para as Autarquias Locais. Nesta nova batalha eleitoral, as candidaturas da CDU assumem tanto maior importância quanto é certo que a maioria dos eleitos das autarquias do concelho continuaram a mostrar falta de capacidade e competência para honrarem o mandato que receberam das populações.

«Nos órgãos municipais, os eleitos do PSD, a despeito da apregoada vantagem de se identificarem com o partido do Governo, mais não fizeram, descontando algumas débeis hesitações, do que aceitar servilmente as imposições do Poder Central e servir-lhe de correia de transmissão, mesmo que em prejuízo dos interesses do concelho. Veja-se, a título de exemplo, o recente escândalo à volta da construção do prometido e mil vezes adiado Hospital de St.ª Maria da Feira.

«Dos eleitos do PS se pode dizer que pactuaram por inoperância, com a gestão da maioria, na linha aliás do comportamento da direcção do seu partido ao assinar com o PS o acordo para a revisão da Constituição — oposição nas palavras, entendimento na acção».

E a nota da CDU de Santa Maria da Feira conclui:

«É possível e necessário mudar este estado de coisas, através da eleição de mais candidatos da CDU para os órgãos autárquicos do nosso concelho, designadamente para a Câmara Municipal.

«Para alcançar este objectivo a CDU está a constituir as suas listas em todo o concelho, abertas à participação de todos os democratas, sem excepção, empenhados em contribuir para o reforço do Poder Local democrático e para a resolução dos problemas locais.

«A CDU já aprovou — haja em vista o exemplo de Fiães — qe sabe honrar os seus compromissos e não poupa esforços na importante batalha pelo desenvolvimento do Concelho e pela melhoria das condições de vida das populações», sublinha-se.

José Magro
Colecção Resistência
TORRE CINZENTA
Poemas da Prisão

PCP

Graves prejuízos na agricultura

Deputados comunistas no Redondo e Armamar

Os deputados comunistas Lino de Carvalho e Álvaro Brasileiro estiveram recentemente nos concelhos do Redondo e Armamar onde contactaram de perto as consequências dos temporais ocorridos no passado mês de Junho. Sobre essas visitas aqui deixamos breves apontamentos.

Com vista a fazer o levantamento dos prejuízos causados pelos temporais que, no passado dia 20 de Junho, afectaram várias zonas do País, esteve no concelho alentejano do Redondo o deputado do PCP Lino de Carvalho.

Depois de ter sido recebido na Câmara Municipal, onde foi informado do valor das reclamações já apresentadas pelos agricultores locais — cerca de trinta mil contos — aquele deputado visitou diversas explorações agrícolas, tomando assim contacto directo com a situação provocada pelo temporal que se abateu sobre aquele concelho.

Segundo informação de Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução visando a atribuição pelo Governo de um subsídio aos agricultores atingidos (ver págs. 4/5).

O Ministério da Agricultura não tomou qualquer iniciativa junto dos agricultores cujas explorações foram atingidas pelo temporal, facto que foi muito criticado durante a visita.

Teve de ser a Câmara Municipal do Redondo, por sua iniciativa, a proceder ao levantamento dos prejuízos e a enviar a respectiva documentação para o Serviço Nacional de Protecção Civil e para o Ministério da Agricultura.

Sessão com 200 agricultores

Entretanto, também por iniciativa do PCP deslocou-se ao concelho de Armamar, no passado dia 3 de Julho, o deputado do Partido Comunista Português e Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Álvaro Brasileiro.

Acompanhado por membros da Comissão Distrital de Viseu do PCP, Álvaro Brasileiro teve oportunidade de contactar agricultores (através de uma sessão ao ar livre com cerca de 200 agricultores em Armamar) e ver de perto os prejuízos que os temporais de Junho causaram à lavoura do concelho, nomeadamente às culturas e produções de batata, azeite, feijão, cereja, pêssego, vinha, ameixa, maçã e outras que ficaram praticamente destruídas, sendo as freguesias de Vila Seca, Coura, Folgosa, Vacalar, Santo Adrão, Armamar e Arícera as mais atingidas.

A amplitude do desastre agrícola é de tal ordem que, por exemplo, na Povoação de Marmelal, a produção está perdida a 100%, o que quer dizer também que tanto aqui como na generalidade do concelho as próprias culturas de 1990 estão comprometidas.

Nos contactos tidos os agricultores expuseram as suas preocupações não só pelos prejuízos causados, mas também porque até aquele dia ainda ninguém se mostrara interessado em ajudá-los — caso do Governo e seus serviços, e da própria Câmara Municipal de Armamar.

Álvaro Brasileiro comunicou aos agricultores de Armamar que o PCP tudo fará no âmbito da Assembleia da República para sensibilizar os outros partidos para se encontrar uma solução que vá ao encontro das necessidades urgentes dos agricultores de Armamar e de outros pontos do País.

Há quem não goste dos pescadores do Montijo...

Uma proposta de moção de apoio aos pescadores do Montijo, que levaram ao recente Congresso da Federação das Pescas as suas reivindicações, foi recusada pela maioria PS/PSD da Câmara Municipal do Montijo.

A moção, apresentada pelos eleitos da CDU, contesta os novos decretos regulamentares que alteram profundamente as tradições da pesca, implicam uma grave redução de capturas e põem em causa sobrevivência de famílias inteiras de pescadores das margens do Tejo, que se dedicam à pesca artesanal.

A iniciativa da CDU partiu, aliás, de uma sessão de esclarecimento, no popular Bairro dos Pescadores do Montijo, onde Joaquim Miranda, deputado no PE, expôs as posições do PCP e da CDU face à entrada de Portugal na CEE e as suas nefastas consequências.

No documento rejeitado, a CDU propunha que a Câmara se solidarizasse com os pescadores do Montijo na sua exigência à Direcção-Geral das Pescas e ao Secretário de Estado das Pescas de fazer sair o Regulamento do Rio Tejo antes mesmo da emissão de livretes, aspecto que tem mobilizado a classe piscatória e as suas estruturas sindicais em todo o país, com incidência especial naquela região.

Outro aspecto que mereceu particular atenção na referida sessão foi a da poluição do Tejo, sendo a Câmara acusada de nada ter feito de concreto que diminuísse os efeitos dos resíduos de malhadas lançados ao estuário, que se estende em frente do Montijo.

Évora e a urgente reestruturação administrativa

Que pretendem PS e PSD?

Na passada semana deixámos aqui à apreciação dos nossos leitores uma abordagem resumida das questões que envolvem o boicote do PS e do PSD à urgente reestruturação administrativa (criação de novas freguesias) da cidade de Évora. Como então referimos, o assunto foi levado aos órgãos de Comunicação Social através de uma conferência de Imprensa promovida pela Comissão Concelhia local do PCP. Ainda a propósito deste assunto, destacamos mais um breve apontamento extraído daquele encontro com os profissionais da Informação.

Partidarizando o processo, desprestigiando a cidade com a sua atitude, prejudicando o desenvolvimento de Évora e o bem-estar da população PS e PSD procuraram boicotar e inviabilizar a necessária criação de novas freguesias obrigando a que as populações dos bairros tenham de continuar a deslocar-se ao centro da cidade para resolver problemas que poderiam tratar mais perto se tivessem, como se impõe de justiça, juntas de freguesia mais próximas das suas unidades de residência. Aliás, a criação das duas mais recentes freguesias – Canaviais e Guadalupe – teve óbvias consequências positivas na dinâmica de crescimento e desenvolvimento locais.

Esta atitude do PSD (e também do PS) locais não é, contudo, uma atitude isolada.

Se nos lembrarmos da campanha lançada contra as obras da Praça do Giraldo; da paralisação e desmembramento do Parque Industrial de Évora; das dificuldades que estão a ser criadas à constituição da Região de Turismo «Planície Heróica»; de um Plano de Desenvolvimento Regional do Governo que não prevê no final da sua execução a criação de um único posto de trabalho adicional com o agravamento do despovoamento; das magras verbas inseridas no PIDDAC e no Orçamento de Estado para o concelho, então podemos concluir, com legitimidade, que há da parte do PSD e do Governo uma clara tentativa de bloqueamento do desenvolvimento do concelho e da região quando há um crescente e manifesto interesse por parte de investidores, quando a actividade turística cresce, quando as potencialidades de desenvolvimento são amplamente favoráveis.

Ao longo dos últimos anos, o PSD e o PS locais não deram um único contributo significativo para o desenvolvimento de Évora e o bem-estar das suas populações e, pelo contrário, têm-se oposto e combatido todas as iniciativas e propostas visando o futuro do nosso concelho.

É um comportamento que certamente não deixará de ser penalizado nas próximas eleições autárquicas.

Da nossa parte e em relação ao projecto de lei sobre a reestruturação administrativa da cidade de Évora não desistiremos: **vamos procurar ainda que seja agendado como projecto autónomo na actual sessão legislativa e os eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Évora vão requerer, com carácter de urgência, uma reunião extraordinária para apreciar a situação**.

Desafiamos o PS e o PSD a assumir as suas responsabilidades e a dar indicações aos seus Grupos Parlamentares para viabilizarem a sua votação e a aprovação.

O PCP continuará a assumir a batalha pelo desenvolvimento do concelho e da cidade e pela melhoria da qualidade de vida das populações expressa na qualidade e na competência da gestão autárquica dos eleitos da CDU.

Camaradas Falecidos

Jacinto Peneque

Responsável por diversas tarefas na organização do Partido em Portimão, antes e depois do 25 de Abril, faleceu recentemente o nosso camarada **Jacinto Peneque,** membro da Comissão Concelhia local.

João Viçoso

Activista e amigo do Partido faleceu **João Manuel S. Viçoso,** de 43 anos, vítima de acidente de viação. Colaborava activamente com a célula do Bairro da Boavista, em Lisboa.

Avelino Zambujo

Membro da Comissão Concelhia do Montijo e da Comissão Local do Bairro Afonsoeiro, onde residia, faleceu recentemente o militante comunista **Avelino da Conceição Zambujo,** de 64 anos. Antigo trabalhador corticeiro, era natural de Silves.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, as respectivas organizações e o «Avante!» manifestam sentidas condolências.

Beira Interior

Preparar as autárquicas

Um dos grandes objectivos é ganhar a Câmara da Covilhã — refere a Direcção Regional do PCP da Beira Interior (DORBI) numa breve nota divulgada aos órgãos da Comunicação Social onde, para além dum balanço aos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, destaca o trabalho preparatório das autárquicas de Dezembro, incluindo, naturalmente, a formação de listas.

A DORBI (distritos de Castelo Branco e da Guarda), afirma a dado passo:

«Os resultados de 18 de Junho, com a eleição de mais um deputado da CDU, alegrou a organização do Partido e outros democratas, contribui para reforçar a nossa organização e alargar a **unidade**. Muitos milhares de eleitores penalizaram a direita no dia 18 de Junho, dando assim um importante passo. Torna-se agora necessário dar novos e firmes passos: trabalhar para que nas próximas eleições autárquicas esse muitos milhares de eleitores desloquem o seu voto para o PCP e seus aliados. A influência do PCP e seus aliados é superior à votação obtida em 18 de Junho.»

PCP

SMGE – Porto

Razões e ensinamentos da maior luta na empresa

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto iniciaram recentemente um processo de luta com recurso, primeiro, a paralisações parciais e depois a greve total, com níveis de adesão que rondam os 100%. A firmeza e unidade assumidas no decorrer desta luta — a maior de sempre na empresa — são prova inequívoca do real descontentamento dos trabalhadores.

O que está em causa nos SMGE? Para responder a esta questão, para saber das razões que levam os cerca de 720 trabalhadores da empresa a aderirem maciçamente à luta, ouvimos o secretariado da célula do PCP, os camaradas Carlos Alberto, Gustavo de Melo, Claudino Oliveira, Jorge Pacheco e Armando Cunha, que têm acompanhado desde o início todo o processo.

Em Fevereiro de 1988 a política do Governo PSD/Cavaco para os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto trouxe para a rua, num protesto unânime, a população portuense (foto). As promessas desde então feitas aos trabalhadores dos SMGE não foram cumpridas, o que deu já origem à maior greve de sempre na empresa

Controverso há ano e meio

«Podemos dizer que a luta começou quando, em Fevereiro de 1988, a Electricidade de Portugal/EDP assumiu a gestão dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, num processo controverso, amplamente noticiado, que teve a cobertura do actual Governo», começou por lembrar o camarada Carlos Alberto, que integra a Comissão de Trabalhadores da empresa. «Logo na altura, foi prometido pelo Conselho de Gerência da EDP a concessão do regime remuneratório da empresa aos trabalhadores dos SMGE, até aí titulares do estatuto de funcionários da Administração Local. O que é certo é que, passado ano e meio, a situação em nada se modificou, e se bem que em termos de regalias sociais a situação não seja muito inferior à da EDP, o mesmo não se poderá dizer em termos remuneratórios e de horários», acrescentou.

Um exemplo bem claro da discriminação foi dado pelos camaradas: **um leitor-cobrador no Porto ganha um vencimento de 73 700$00 mensais e tem um horário de quarenta horas semanais, enquanto, no resto do país, esse mesmo leitor-cobrador ganha um vencimento de 83 100$00 e tem um horário de trinta e oito horas semanais!**

«A aspiração dos trabalhadores dos SMGE/Porto de verem aplicado o AE/EDP — e concretamente, de imediato, **o horário de trabalho de 38 h semanais, todas as matérias de expressão pecuniária em uso na EDP, enquadramentos profissionais e aplicação de regime de faltas, trabalho suplementar e nocturno e, ainda, as normas referentes à Higiene e Segurança no Trabalho** — mais do que uma reivindicação é um direito que lhes assiste, até porque não pedem nada que não lhes tenha sido já publicamente prometido», afirmam os camaradas.

«É assim» conta-nos o camarada Claudino Oliveira, «que, mesmo com ameaças de processos disciplinares, mesmo com tentativas de impedir que os trabalhadores reunissem em plenário geral (queriam que apenas fizessemos plenários descentralizados em Carlos Alberto, Ouro e João das Regras) avançamos para a marcação de um calendário de lutas que contaram com a adesão generalizada dos trabalhadores.»

«Com a intervenção unificada da Comissão de Trabalhadores, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte, face à falta de diálogo por parte do conselho de gerência, foi com grande determinação que os trabalhadores agarraram o que lhes tinha sido prometido e entraram em greve a quase 100%», refere o camarada Gustavo Melo, da direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte.

«Feridos na sua dignidade profissional, face a afirmações dos responsáveis da EDP sobre faltas de produtividade, o copo transbordou e recorremos a várias formas de luta, a greves parciais, às horas extraordinárias e, depois, dia 28 de Junho, à greve total», refere o camarada Carlos Alberto, que conta ainda a enorme adesão que teve a concentração de mais de 500 trabalhadores da empresa em frente ao conselho de gerência, exigindo diálogo.

«A compreensão da população do Porto face à nossa luta foi um dado que não foi descurado em todo o processo e por isso foram distribuídos comunicados a explicar as razões dos inevitáveis prejuízos para os consumidores, responsabilizando a intransigência da EDP e do próprio Governo em resolver o conflito», refere o camarada Jorge Pacheco, salientando que em todos os casos não houve reacções negativas da parte da população.

Histórias e resultados

Sobre esta greve histórica nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto haveria muitas «histórias» para contar: «Em Camões até tivemos direito a um porteiro de luxo, um Chefe de Divisão, que ilegalmente tentou substituir os trabalhadores em Greve, actuação que a EDP pôs em prática em diferentes serviços e que foi denunciada pelas ORT's como uma violação da Lei da Greve», lembrou o camarada Carlos Alberto.

«E é importante realçar o trabalho corajoso das mulheres, que participaram nos piquetes de greve, não deixando entrar nem o Director!», salienta o camarada Armando Cunha, referindo que «sendo um trabalho difícil, pois foi preciso falar com pessoas que nunca tinham feito greve, nunca tinha visto tal adesão em 42 anos que trabalha na empresa».

A acção unida dos trabalhadores dos SMGE teve já como resultado a abertura do diálogo — no passado dia 4 de Julho, em Lisboa, o Conselho de gerência da EDP reuniu com os representantes dos trabalhadores, tendo-se comprometido e apresentar num prazo de 15 dias um estudo comparativo entre o estatuto dos trabalhadores da Administração Local (o que está a ser aplicado nos SMGE) e a hipótese de revisão de situações em que o regime remuneratório da EDP, não esteja a ser aplicado correctamente aos trabalhadores».

Do mesmo modo, há a promessa de estudar o regime de faltas da Administração Local, em ordem a possível implementação do subsídio de assiduidade, e o horário de trabalho. Quanto ao subsídio por prestação de trabalho nocturno, irá de imediato ser aplicado. Destes passos dados foram informados os trabalhadores, reunidos em plenário geral na passada segunda-feira, que decidiram manter-se unidos e prontos a todo o momento para retomar outras formas de luta, aprovando uma resolução em que exigem, nomeadamente, que o referido estudo apresente propostas concretas que tenham em conta as reivindicações dos trabalhadores.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

A Comissão Política do CC do PCP reuniu-se em 10.7.89 para analisar a situação política e social, tendo decidido saudar os trabalhadores inseridos nas grandes lutas em curso.

A Comissão Política do PCP considera que é da estrita responsabilidade do Governo, da sua política arrogante e classista, o agravamento das tensões sociais, que se poderão acentuar ainda mais com o iníquo pacote laboral.

A Comissão Política do PCP condena o diminuto aumento do salário mínimo, aquém do aumento da taxa de inflação, e considera escandaloso o facto de o Governo não ter procedido a qualquer aumento extraordinário das pensões e reformas.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de que a anunciada remodelação governamental não é mais do que uma tentativa para dar credibilidade a uma política de acentuação das desigualdades contrárias às necessidades do desenvolvimento nacional e do bem estar dos portugueses.

A Comissão Política do PCP alerta para os perigos decorrentes do aproveitamento da revisão constitucional designamente para o acelerar do leilão do ruiquíssimo património público, impor alterações à Lei Eleitoral com vista a falsear a democraticidade dos actos eleitorais e promover a liquidação do Serviço Nacional de Saúde.

A Comissão Política do PCP analisou a preparação das eleições autárquicas tendo concluído que há reais possibilidades de alargamento unitário da CDU/PCP-PVEV, não só com a participação do PCP, dos «Verdes» e da I. D. mas também com a participação de numerosos democratas independentes e de outros partidos, com o objectivo de assegurar uma gestão democrática e caracterizada pela honestidade, trabalho e competência ou alcançar uma maior participação nos órgãos autárquicos com este objectivo.

A Comissão Política do PCP reafirmou o objectivo do PCP de concorrer no quadro da CDU a todas as câmaras e assembleias municipais de todo o país e ao maior número possível de freguesias, sem prejuízo dos contactos com outras forças democráticas.

A Comissão Política analisou os encontros do PCP com o PS com vista a uma alternativa democrática para o município de Lisboa, os quais correspondem a propostas apresentadas pelo PCP há seis meses e que foram rejeitadas pelo PS, e manifesta a esperança em que traduzam uma real vontade política de chegar a acordo na base dos interesses da população de Lisboa que a candidatura da CDU à Câmara de Lisboa encabeçada por Rui Godinho visa realizar.

A Comissão Política do PCP não pode deixar de reiterar a sua condenação das alianças do PS à direita noutras autarquias e a manutenção da recusa das propostas do PCP para coligações noutros municípios para derrotar a direita e conquistar alternativas democráticas.

Ainda no âmbito da preparação das eleições autárquicas e designadamente em relação à Câmara Municipal de Lisboa, a Comissão Política do PCP decidiu propor a realização de encontros com o partido «Os Verdes», com a I. D., com o PRD, MDP, PSR, UDP e PPM.

A Comissão Política do CC do PPC

Juventude

***O 13.º Festival** Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Pyong-Yang de 1 a 8 de Julho, teve a participação de 120 jovens portugueses. Um primeiro grupo desta delegação (na foto) chegou a Portugal na segunda-feira, dia 10. Para ontem estava prevista a chegada ao aeroporto da Portela dos restantes elementos. Numa nota distribuída à comunicação social, o Comité Nacional Preparatório do Festival «lamenta a forma como alguns órgãos de informação ocultam aos jovens portugueses o conhecimento da realização de tão importante acontecimento à escala internacional, tanto mais atendendo ao facto de a delegação portuguesa presente no 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes ser tão diversificada e representativa pela sua composição». Para o CNP «os acontecimentos que levaram à não participação de jovens da Coreia do Sul no Festival mereciam também o tratamento necessário na informação»*

Internacional

Argélia, no 27.º aniversário

Mais um passo nas reformas políticas

Dia 5 de Julho, no 27.º aniversário da independência da Argélia, o presidente da República, Chadli Bendjedid, assinou a lei sobre as associações políticas, que a Assembleia popular nacional havia adoptado três dias antes.

Comentando o acontecimento, numa emissão de rádio especial dedicada à aprovação da nova lei, o ministro da Informação e da Cultura, Mohamed Ali-Ammar, diria: «Se o 5 de Julho de 1962 representou a restauração do Estado, a libertação do povo, hoje entramos numa outra fase da história argelina: o aprofundamento da democracia.»

A nova lei agora aprovada insere-se num projecto de reformas, proposto pelo presidente Bendjedid, e que recebeu significativo apoio popular no referendo realizado em Novembro de 1988.

Recorde-se que em Outubro ocorreram grandes manifestações populares, mobilizando em particular a juventude, manifestações que passaram por greves na zona industrial de Rhoiba, detonando uma explosão de violência (com possível aproveitamento por parte de grupos integristas muçulmanos) que convulsionou os bairros de Bad El Oued e Harrach, no centro de Argel.

El Oued, junto ao oásis do mesmo nome, no limiar do Saara. Uma faceta pouco conhecida da Argélia, e que testemunha também da diversidade de realidades e problemas que se vivem no país

O movimento de protesto surge gerado por um grande descontentamento que se afirma face às medidas de austeridade económica postas em vigor em Janeiro de 1988, para sanear a situação financeira do país. A degradação da situação socioeconómica atinge sobretudo os jovens, que se debatem com graves problemas de desemprego, mas também a população trabalhadora em geral, sendo então enorme o desfasamento entre salários e custo de vida, num momento em que os artigos de primeira necessidade tinham triplicado os preços.

Reavaliação política

Esta evolução social e política negativas levam a uma profunda reavaliação da própria prática política, em particular no seio do Partido Frente de Libertação Nacional. O VI Congresso do Partido, realizado em Novembro passado, dá o seu acordo a um projecto de reformas tendo como principal objectivo a democratização da vida interna do país, e que passa pela reforma da Constituição e a modificação das funções do Poder Executivo. No plano económico aponta-se para um estímulo à gestão privada na agricultura e o lançar de bases da autonomia e autogestão ao nível das empresas.

Naturalmente que os profundos problemas económicos que se vivem na Argélia têm também a ver com os que são comuns ao continente, em consequência da dívida externa e das desiguais condições de intercâmbio entre os produtos africanos e os da Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos.

Neste quadro, a nova lei dos partidos que o presidente Bendjedid assinou neste aniversário da independência nacional, insere-se numa política que visa dar resposta aos mais candentes problemas do país.

Problemas actuais

As reformas visam criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento do país e a resolução dos múltiplos problemas que o povo argelino defronta.

São considerados como urgentes, por exemplo, o desemprego e a emigração dos jovens em busca de fontes de trabalho na Europa, principalmente em França, onde são frequentemente vítimas de discriminação, certas manifestações de inquietação entre grupos étnicos de origem berbere, a influência de grupos integristas muçulmanos.

Neste contexto, e como um sintoma mais da complexidade das questões em causa (aliás não há quadros sociopolíticos nem caminhos lineares), é de assinalar a realização de uma manifestação de mulheres, diante da Assembleia, pelo «reconhecimento dos direitos das mulheres», pelo «respeito, dignidade e desenvolvimento harmonioso das crianças».

Uma delegação de mulheres foi recebida, então, pelo vice-presidente da Assembleia, Naouria.

Ao sublinhar a importância do problema, uma antiga combatente relembrou: «Os nossos direitos, arrancámo-los com o sangue, como todo o povo argelino, quando lutámos pela libertação do país, e não baixaremos os braços perante uma pequena facção que quer impor o seu ponto de vista à maioria.»

Assim se entrecruzam todas as diferentes batalhas pela libertação, por caminhos que estão longe de ser fáceis.

Tratado de Varsóvia

Paz e socialismo em debate na cimeira de Bucareste

Após dois dias de reunião em Bucareste, os países membros do Tratado de Varsóvia aprovaram uma declaração final em que são tratadas questões particularmente importantes, numa abordagem muito actual.

Trata-se, naturalmente, e antes do mais, do **desarmamento.**

A declaração faz balanço de todo o processo de desarmamento, em particular no continente europeu. No que se refere às conversações de **Viena,** o balanço aponta para um início encorajante das negociações sobre a redução das forças armadas convencionais na Europa, mas chama a atenção para o «anacronismo perigoso» que é a «estratégia de dissuasão militar reafirmada na recente sessão do Conselho do Atlântico».

Ainda no que respeita a Viena, há um apelo aos países da NATO para que promovam uma redução por etapas dos mísseis nucleares tácticos e não a sua modernização.

Manifesta-se entretanto a esperança de que a situação actual nas negociações de Viena «possa permitir concretizar os primeiros acordos durante o ano de 1990». Salientando que para tal é necessário que as propostas dos países da NATO referentes a armamento convencional no continente, sejam apresentadas no mais curto prazo.

A cimeira do Tratado de Varsóvia **propôs** a convocação de uma cimeira dos 35 Estados da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, para um balanço da situação e definição de objectivos, e ainda a criação de um centro «para redução do perigo militar e prevenção de um ataque de surpresa na Europa».

Referindo a construção de «uma **casa comum europeia»,** a declaração de Bucareste sublinha que esta «deve ser construída **na diversidade dos sistemas sociais** e dos Estados, no respeito pelas realidades territoriais e políticas actuais, da inviolabilidade das fronteiras existentes, da soberania e do direito de cada povo a decidir livremente o seu destino».

A declaração aborda ainda a realidade de hoje do **mundo socialista** e afirma a necessidade de «desenvolver as relações entre os Estados do Tratado de Varsóvia na base da igualdade, da independência e do direito de cada um a elaborar a sua linha política, a sua estratégia e táctica sem interferência externa». Sublinha ainda que **«a construção da nova sociedade é um processo criador** que se realiza em cada país de acordo com as tradições, condições concretas e as necessidades».

Irão, mais presos políticos executados

«O criminoso regime da República islâmica executou a camarada Fatemeh Modarresi em Março deste ano. Com esta execução foi liquidada a vida de uma militante, símbolo da resistância», esta a informação divulgada, em fins de Maio, pelo CC do Tudeh (Partido Comunista do Irão), que no mesmo comunicado alerta que, de acordo com algumas fontes, «um grupo de mulheres presas, filiadas em diferentes partidos políticos, incluindo o Partido Tudeh, também teriam sido executadas ou a sua execução estaria eminente».

Prossegue assim, no Irão, uma política abertamente repressiva, dirigida contra diferentes forças progressistas, e nomeadamente contra os comunistas.

Em comentário à morte de Khomeini, o CC do Partido Tudeh, afirma que «a confrontação entre os dois maiores grupos, representando bases sociais diferentes, é inevitável» pelo que os comunistas iranianos consideram indispensável organizar «a unidade na acção entre os partidos políticos da oposição», com o objectivo de lutar pela democracia.

Governo de Israel em crise?

O Bureau Político do Partido Trabalhista de Israel pronunciou-se pela ruptura da coligação com o bloco direitista Likud.

A declaração do Bureau Político dos Trabalhistas vem na sequência, do alinhamento do controverso «plano Shamir» pelas posições da extrema-direita. Os traços actuais do plano, divulgados pelo primeiro-ministro Shamir, falam por si: «Jerusalém será a capital eterna e indivisível de Israel»; «os árabes de Jerusalém não participarão em eleições (...) poremos fim, antes de qualquer eleição, à violência e ao intifada (...) a política de implantação de colonatos judaicos prosseguirá; não haverá diálogo com a OLP e Estado palestiniano (...)».

Yasser Arafat declarou entretanto ao «New York Times» que as alterações introduzidas ao projecto de Shamir representam um «golpe mortal» para este plano.

Bush na Polónia

Na sua visita à Polónia, o presidente norte-americano anunciou a criação de um fundo de cem milhões de dólares, essencialmente destinado ao sector privado da economia polaca, ou seja a um sector que não determina as tendências de fundo da economia polaca. São claros objectivos políticos, mas o gesto será pouco mais que simbólico.

A agência PAP comenta que Bush «se limitou a prometer um tratamento amigável das necessidades económicas polacas e a manifestar apoio aos pedidos de créditos de Varsóvia perante o FMI e o Banco Mundial».

Entretanto, a vida política interna da Polónia segue o seu curso, ainda imprevisível. Dia 3, em Varsóvia, reuniram pela primeira vez as duas câmaras do novo Parlamento. No seio do movimento heterogéneo que é o Solidariedade, debatem-se hipóteses (inicialmente regeitadas) de formação de um governo do Solidariedade, que apoiaria um candidato do POUP à presidência da República.

Etiópia em tempo de conversações

O governo etíope e grupos rebeldes da Eritreia vão iniciar conversações preliminares com vista a uma solução política para um conflito que se arrasta há 28 anos. Já anteriormente o governo etíope tinha proposto negociações, num primeiro tempo recusadas pelos rebeldes eritreus.

As eleições na Nicarágua

Uma declaração assinada pelos participantes da Comissão para a reconciliação nacional na Nicarágua prevê a presença de observadores estrangeiros nas eleições gerais do próximo ano, tanto convidados pelo governo como por partidos da oposição.

A Comissão, reunida em Managua com a presença do Cardeal Obando e Bravo, o vice-presidente da República Sergio Ramirez e representantes de diversos partidos políticos, analisou uma série de questões, nomeadamente a participação livre e em pé de igualdade de todas as forças políticas do país no processo eleitoral e a prevenção da tensão sociopolítica no país no período antes e durante as eleições.

A Comissão destacou ainda a necessidade urgente de uma desmobilização da oposição armada anti-sandinista, tal como o exigem os acordos de El Salvador.

Internacional

Delegação israelo-palestiniana busca apoios em Lisboa

Recentemente esteve no nosso país uma delegação conjunta Israelo-Palestiniana a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).
Nabil Koulailat, membro do Conselho Nacional Palestiniano, em representação da OLP, e Shamuel Amir, do movimento da Paz de Israel, mantiveram em Lisboa diversos encontros com autoridades oficiais e organizações não-governamentais, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a necessidade da resolução do conflito no Médio-Oriente, e a questão central daquele conflito, ou seja, a Palestina.

A situação tem vindo a deteriorar-se continuamente, fruto da campanha de violência e de terror desencadeada pelas autoridades de Israel em resposta à Intifada, o levantamento popular palestiniano contra a ocupação de Gaza e da Cisjordânia.

Territórios ocupados – a violência quotidiana

Segundo dados divulgados pela representação da Organização de Libertação da Palestina em Lisboa, Israel efectuou recentemente — a 29 de Junho — a deportação de mais 8 cidadãos palestinianos, as autoridades continuam a encorajar os colonos israelitas a desenvolver acções armadas contra palestinianos nos territórios ocupados, intensificam a demolição de casas de palestinianos sob a alegação de que estes participam no levantamento; nas acções militares repressivas, só no último mês de Maio, foram mortos pelas tropas de ocupação 65 palestinianos, e dos confrontos resultaram ainda cerca de 700 feridos. De acordo com os dados divulgados pela representação da OLP em Lisboa, durante aquele mesmo mês aumentou consideravelmente o número de presos palestinianos nas prisões de Israel: mais 2300 juntaram-se aos 28 000 já detidos. Assinale-se a propósito que ainda recentemente foram pedidos para as Forças Armadas poderes agravando as penas de detenção administrativa, aumentando-as para um ano, sem qualquer julgamento.

Mas a opressão nos territórios ocupados está a ser acompanhada por outras medidas. Aumenta a pressão económica. Por exemplo, a Faixa de Gaza foi recentemente isolada; tal significa que os cerca de 60 mil trabalhadores que diariamente atravessam de Gaza para Israel para aí trabalharem necessitam agora de uma autorização especial das autoridades israelitas para o fazer. Autorização não concedida significa pura e simplesmente a fome para os trabalhadores palestinianos e as suas famílias. Tudo isto agravado com o contínuo encerramento das escolas e das Universidades na Cisjordânia, criando ainda mais dificuldades aos palestinianos no campo do ensino.

De tudo isto, do conflito de décadas, da Intifada que dura desde Dezembro de 1987, falaram em Lisboa, e antes noutros países Europeus, Nabil Koulailat e Shamuel Amir.

A Paz é possível

Mas também falaram da única alternativa para a guerra. A Paz. Paz que só poderá ser alcançada com o fim da ocupação de Gaza e da Cisjordânia, pela negociação de uma solução que leve ao reconhecimento dos direitos legítimos do povo Palestiniano, e dos outros povos da região.

Como acentuou Nabil Koulailat, a OLP, apoiada pelo mundo árabe, está pronta «para fazer um acordo histórico com o Estado de Israel». Passo importante foram as decisões tomadas o ano passado em Argel pelo Conselho Nacional Palestiniano (o parlamento no exílio), reconhecendo o Estado de Israel, e aceitando as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para o dirigente palestiniano, a Intifada demonstrou claramente três coisas; a primeira, que todos os palestinianos estão contra a ocupação; a segunda, que a OLP é reconhecida por todos como a sua legítima representante; e a terceira, que o problema não pode ser resolvido por meios militares.

Estas constatações são também feitas em Israel, onde «as coisas mudaram nos últimos dezanove meses», como sublinhou Shamuel Amir. De tal forma que, ainda de acordo com as suas palavras, uma questão se levanta hoje aos cidadãos de Israel — será possível ter estruturas democráticas em Israel, continuando a oprimir o povo palestiniano? Aquele activista do movimento da paz em Israel cita mesmo sondagens de opinião segundo as quais a maioria afirma que «há que dialogar com a OLP, há que reconhecer o Estado Palestiniano ao lado do Estado de Israel». O que levou a que, entre outros, o ministro da defesa de Israel, e Shimon Perez líder do Partido Trabalhista, afirmassem que é impossível manter a ocupação, e que também não é possível pôr fim ao levantamento palestiniano através da força militar. Palavras que vindas de donde vêm, significam pouco. Para Shamuel Amir, quer o ministro da defesa, quer Perez, apenas pretendem justificar-se perante a opinião pública israelita, não querem que se avance para um processo de paz genuíno.

O plano de Israel

Ainda recentemente o governo de Israel lançou um novo plano com que alegadamente visa resolver o problema palestiniano: tal plano baseia-se na realização de eleições municipais nos territórios ocupados, e foi já considerado pela OLP como uma manobra inteligente, resultante da política levada a cabo por Israel e pelos Estados Unidos. De facto, se os palestinianos recusam as eleições, então serão chamados de anti-democráticos e acusados de não estarem interessados em corresponder ao processo de paz. Se aceitam as eleições, estarão a aceitar o plano de Shamir. Temos que sublinhar que há uma diferença abismal entre o plano do governo de Israel e eleições livres e democráticas, sob supervisão internacional, e sem a presença das forças militares de Israel.

Como afirma a representação da OLP em Lisboa, o plano das eleições visa desviar as atenções do verdadeiro problema, o direito do povo palestiniano à autodeterminação, bem como dos crimes cometidos pelas tropas israelitas nos territórios ocupados, e prolonga a opressão e o terror. E este não pode ser o caminho a seguir.

Conferência Internacional de Paz

As oportunidades criadas pelas decisões do Conselho Nacional Palestiniano em Argel devem ser aproveitadas por todas as partes envolvidas para conseguir a paz. Para tal, como afirmou Shamuel Amir, os Estados Unidos têm também um papel a desempenhar. «Mas um papel diferente do que têm tido; deve ser um papel de promoção de uma paz duradoira», tendo em conta que sozinho, entregue a si próprio, o Estado de Israel não pode continuar a guerra; precisa do apoio dos Estados Unidos, quer ao nível militar quer ao nível diplomático, e este apoio não tem faltado, demonstrando-o a oposição dos EUA à realização da Conferência Internacional de Paz.

O início do diálogo entre a administração norte-americana e a OLP constitui a abertura de uma porta que deve ser aproveitada para fazer prevalecer o espírito de diálogo, de forma a que se avance decididamente pela via das negociações.

A paz pode ser alcançada no Médio-Oriente por meios pacíficos, no quadro de uma Conferência Internacional a realizar sob os auspícios das Nações Unidas, e que deverá contar com a participação dos cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU — China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e União Soviética —, de Israel, e da OLP como legítimo representante do povo palestiniano.

E foi também em busca de apoio para a realização da Conferência Internacional de Paz que esta delegação conjunta Israelo-Palestiniana se deslocou ao nosso país. Na Assembleia da República, a delegação encontrou-se com a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros (o que aconteceu pela primeira vez), tendo solicitado o apoio de Portugal à realização dessa Conferência. Ambos consideraram que Portugal pode desempenhar um papel positivo também no quadro das instituições comunitárias, nomeadamente, como sublinhou Koulailat, contribuindo para que a Declaração aprovada em Junho pelo Conselho na cidade de Madrid, não se limite a mais uma mera declaração de princípios.

Apoio que, segundo o representante da OLP em Lisboa, Issam Bisseisso, deverá passar também pela tomada de medidas que ajudem a tornear as imposições de Israel quanto às exportações e importações de produtos de e para os territórios ocupados, que a OLP quer que sejam feitas directamente, ou seja, sem passar pelas autoridades de Israel.

Mensagem ao PC do Nepal

O CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista do Nepal, por ocasião do 6.º Congresso daquele partido, a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 6.º Congresso do Partido Comunista do Nepal, o Comité Central do Partido Comunista Português envia a todos os seus delegados e, por seu intermédio, a todos os comunistas do Nepal, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

O PCP manifesta a sua solidariedade com a luta dos comunistas do Nepal pela legalização do Partido Comunista do Nepal, contra a repressão, pela conquista da liberdade e a democracia, pelo progresso económico e social. Os comunistas portugueses são igualmente solidários com os esforços desenvolvidos pelos comunistas do Nepal no sentido de dar uma contribuição positiva para a solução dos complexos problemas da região e do continente em que geograficamente se situa o seu país.

Em Portugal, prossegue a ofensiva contra-revolucionária levada a cabo por sucessivos governos nos últimos 12 anos e intensificada pela política do actual Governo PSD/Cavaco Silva, orientada para a restauração do poder dos monopólios e dos latifúndios, contra os interesses do povo trabalhador e do País.

As conquistas da revolução de Abril que, embora feridas e diminuídas, têm sido defendidas pela resistência operária e popular, acabam de sofrer um rude golpe na recente revisão da Constituição da República, com alterações que sacrificaram conquistas históricas do 25 de Abril, nomeadamente as nacionalizações e a reforma agrária, e ao mesmo tempo conferiram ao actual governo de direita novos instrumentos para acelerar a ofensiva contra-revolucionária.

No momento presente, a política do governo enfrenta um grande descontentamento e todas as camadas populares se manifestam contra a acção do governo conservador do PSD.

Os resultados das eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu constituem uma clara condenação da política governamental. A «Coligação Democrática Unitária», em que os comunistas são a principal força, teve uma significativa subida, passando de 11,5% para 14,4%.

Os comunistas portugueses continuarão confiantes a sua luta por uma alternativa democrática, na perspectiva de uma democracia avançada, que contenha e aprofunde as grandes conquistas populares saídas da revolução de Abril.

Com os desejos dos maiores sucessos para os trabalhos do vosso 6.º Congresso, afirmamos a nossa vontade de prosseguir e reforçar os laços de amizade entre os comunistas portugueses e os comunistas do Nepal.

ANC minimiza encontro Botha-Mandela

O Congresso Nacional Africano (ANC) minimizou a importância do encontro que teve lugar na cidade do Cabo na passada semana, entre o chefe de Estado sul-africano Pieter Botha, e o dirigente do movimento anti-*apartheid* Nelson Mandela.

O encontro teve lugar na quarta-feira, e foi a primeira ocasião em que Mandela, na prisão há 27 anos, se avistou com o mais alto dirigente do regime do *apartheid*.

Recorde-se que Nelson Mandela se encontra a cumprir pena de prisão perpétua. No ano passado, então com 70 anos de idade, Mandela foi transferido da prisão de alta segurança de Pollsmoor para uma residência, enquanto recuperava da tuberculose que o afectou. Não se confirmaram os rumores de que tal transferência seria um primeiro passo de um processo de libertação do dirigente do ANC, mantendo o regime as suas exigências de que Mandela declare a sua renúncia às formas de luta do movimento anti-*apartheid*, em troca da sua liberdade, o que é recusado por Mandela.

Já esta semana, em Lusaka, o porta-voz do ANC Tom Sebina afirmou que «o governo está a fazer um exercício de relações públicas», alertando para que «seria errado que alguém acreditasse que o encontro significa o início de negociações entre o povo negro da África do Sul e o Governo do Partido Nacional».

Sebina acentuou que avizinhando-se as eleições de 6 de Setembro, o governo de Botha «joga com os seus eleitores dentro da África do Sul e também com a comunidade internacional» fazendo crer que se está a preparar para a realização de negociações.

A este propósito o porta-voz do ANC afirmou não acreditar que o Governo negoceie com o ANC ou outros dirigentes da luta contra o *apartheid* antes das eleições de Setembro.

Morreu Janos Kadar

Faleceu na passada quinta-feira o antigo dirigente húngaro Janos Kadar, que foi secretário-geral do Partido Operário Socialista Húngaro entre 1956 e 1988 e, desde essa data até há dois meses, presidente do POSH.

O secretariado do Comité Central do CC do PCP enviou a propósito um telegrama de condolências ao CC do POSH, que a seguir se transcreve:

«Queridos camaradas, por motivo do falecimento do camarada Janos Kadar, que desempenhou um papel destacado na edificação do socialismo na Hungria, expressamos ao POSH e ao povo húngaro condolências e sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses».

Internacional

Em Estrasburgo

Mikhail Gorbatchov defende Casa Comum Europeia

Um dia virá em que vós França, vós Rússia, vós Itália, vós Inglaterra, vós Alemanha, vós todas as nações do continente, sem perder as vossas qualidades diferenciadas e a vossa gloriosa individualidade, vos fundireis estreitamente numa unidade superior e constituireis a fraternidade europeia... Um dia virá em que não haverá outros campos de batalha para além dos mercados abrindo-se ao comércio e os espíritos abrindo-se às ideias.

Com esta citação de Victor Hugo, o dirigente soviético Mikhail Gorbatchev sublinhava em Estrasburgo, ao discursar no Conselho da Europa, o seu empenhamento em levar a cabo a tarefa da construção da «Casa Comum» europeia.

Culminando uma visita de Estado a França que ao que tudo indica abriu novas e importantes perspectivas nas relações franco-soviéticas, Mikhaíl Gorbatchev deslocou-se ao Conselho da Europa para defender perante aquela comunidade um futuro de coexistência pacífica e de cooperação fraterna entre todos os Estados do velho continente.

«Chegou o tempo — disse Gorbatchev — de arquivar os postulados da "guerra fria", de quando a Europa foi considerada como uma arena de confrontação dividida em "zonas de influência" e em "zonas tampão", como lugar de confrontação militar, teatro de guerra».

Uma ideia nascida, como salientou o dirigente do PCUS, da tomada de consciência das novas realidades e da compreensão de que a evolução linear das relações intereuropeias seguida até ao último quarto do século XX já não corresponde a essas realidades. O que levou a URSS a proceder a um reexame crítico das suas posições, em primeiro lugar no que respeita às questões de segurança.

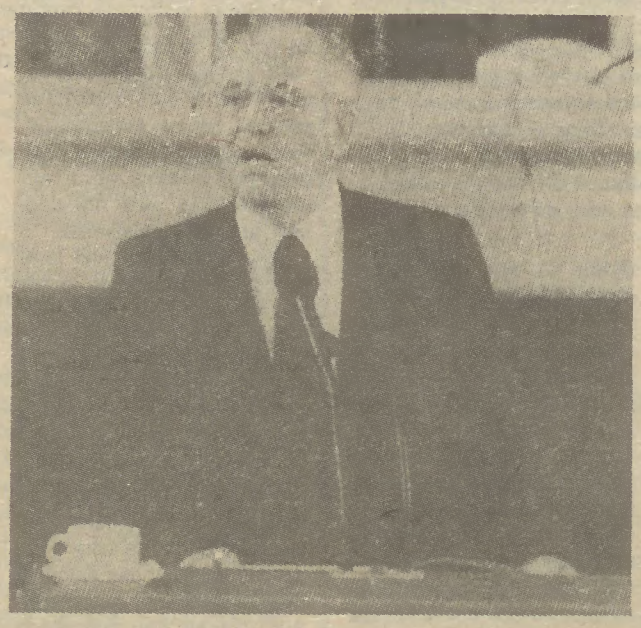
«Chegámos a decisões — afirmou Gorbatchev — que permitiram romper o círculo vicioso «acção — contra-acção» das relações entre o Leste e o Ocidente.

«O ponto de partida foi sem dúvida nenhuma dado graças aos esforços conjugados soviético-americanos no domínio do desarmamento nuclear e o seu papel foi considerável».

Mas, como fez notar, não foram apenas as duas potências que participaram neste processo: «Todos os 35 participantes no processo europeu continuam a tomar medidas de confiança no domínio militar», pelo que ninguém poderá considerar-se «estrangeiro» na tarefa de construção da paz na Europa, assumindo cada um, «incluindo os países neutros e não-alinhados, a sua parte de responsabilidade face ao seu povo e face à Europa».

Para Mikhaíl Gorbatchev, «a filosofia do conceito da «casa comum europeia» exclui qualquer possibilidade de um confronto armado, qualquer possibilidade de recurso à força ou à ameaça da força, designadamente a força militar empregue por uma aliança contra a outra, no seio das alianças ou qualquer que ela seja».

Afirmando-se convicto de que chegou a hora de começar as negociações «sobre os meios nucleares tácticas entre todas as partes envolvidas», com o objectivo último de chegar à «eliminação completa» de tais armas, o líder soviético reconheceu que sobre a matéria a NATO e o Tratado de Varsóvia têm presentemente posições diametralmente opostas.



Na sua opinião, contudo, importa «não dramatizar as divergências», até porque o processo de desarmamento se desenvolve por etapas e considera possível que os europeus percorram juntos a parte do caminho que nos separa da completa eliminação dessas armas sem renunciarem às suas posições respectivas: «a URSS continuando fiel aos ideais de um mundo sem armas nucleares e o Ocidente ao conceito de «dissuasão mínima».

Diversificar a cooperação

Para Mikhaíl Gorbatchev, «se a segurança constitui os fundamentos de casa comum europeia, o seu esqueleto é a cooperação multifacetada».

O que passa pelo intenso diálogo entre os Estados, por consultas oficiais sobre os mais diversos problemas, pelos contactos entre as duas alianças militares, pelas relações interparlamentares, pelos contactos a todos os níveis.

A propósito, salientou que, encontrando-se a Assembleia parlamentar, o Conselho da Europa e o Parlamento Europeu em Estrasburgo, a URSS estará disposta, se as relações se intensificarem e tomarem um carácter regular, a abrir naquela cidade um consulado geral.

Neste contexto, o dirigente soviético chamou a atenção para as alterações que se registam no domínio da economia na URSS, que poderão ter uma influência favorável no conjunto das relações europeias. Relações que não deverão limitar-se aos interesses de negócios, mas também ter em vista os «interesses do progresso e da paz, de toda a humanidade».

Após referir as potencialidades que se abrem à cooperação, tanto no domónio científico-técnico como na construção do espaço económico europeu, o responsável soviético salientou ainda que «a casa europeia deve ser ecologicamente limpa», para defender «a elaboração de um programa ecológico continental a longo prazo».

Afirmando a sua convicção de que apenas «unindo os seus esforços os europeus saberão vencer os desafios do próximo século», Mikhaíl Gorbatchev salientou que a URSS está convicta da necessidade de uma Europa unida, pacífica e democrática, conservando o seu carácter heterogéneo e permanecendo fiel aos ideais humanistas universais.

A perestroika, disse, que tem por objectivo uma renovação profunda da sociedade soviética, determina a política soviética com o objectivo de favorecer esta direcção da evolução da Europa.

- Pronunciamo-nos por um mundo desnuclearizado, pela eliminação de todas as armas nucleares até ao princípio do próximo século;
- Somos pela eliminação completa e imediata das armas químicas e pela destruição definitiva da base industrial de produção destas armas;
- Somos por reduções radicais dos armamentos e das forças armadas convencionais até ao nível da suficiência defensiva razoável que exclui o emprego da força militar contra os outros Estados com fins ofensivos;
- Somos pela retirada total de todas as tropas estrangeiras do território de outros países;
- Somos decididamente contra a criação de qualquer arma espacial;
- Somos pela dissolução dos blocos militares e pela abertura imediata, com esse objectivo, de um diálogo político entre eles, para a criação de um clima de confiança que exclua todas as acções de surpresa;
- Somos por um controlo profundo, contínuo e eficaz de todos os tratados e acordos que possam ser feitos no domínio do desarmamento.

(do discurso de Mikhail Gorbatchev em Estrasburgo)

Para o responsável soviético, esses velhos conceitos tornaram-se totalmente inadequados num mundo marcado pela interdependência, pelo que considera que «as realidades do presente e as perspectivas previsíveis para o futuro são evidentes: a URSS e os Estados Unidos são componentes naturais da estrutura internacional e política da Europa».

«A sua participação na evolução — afirmou — é não apenas justificada, mas igualmente determinada pela própria história».

«Desde há séculos, lembrou Gorbatchev, que a Europa dá a sua contribuição insubstituível à política, à economia, à cultura mundiais, ao desenvolvimento da civilização.

«O seu papel na história mundial é universalmente reconhecido e apreciado.

«E contudo, não esqueçamos que as sequelas da escravatura colonial se propagaram no mundo a partir da Europa. Que foi aqui que nasceu o fascismo. Que foi aqui que começaram as guerras mais destruidoras.

«Por isso, a Europa que tem todas as razões para se orgulhar das suas realizações está ainda longe de ter resgatado a sua dívida para com a humanidade. É o que continua por fazer.

«Deverá fazê-lo tentando transformar as relações internacionais no espírito do humanismo, da igualdade, da justiça, dando o exemplo da democracia e dos sucessos sociais nos seus próprios países».

Para Gorbatchev, o processo de Helsínquia deu já início a esta grande obra e após Viena e Estocolmo «este processo passou a uma etapa fundamentalmente nova», uma vez que os documentos aí adoptados «constituem hoje a melhor expressão da cultura política e das tradições morais dos povos europeus».

Um projecto em construção

Daqui para a frente, considera o dirigente soviético, todos os que participem no processo europeu são chamados a dar a melhor contribuição possível para prosseguir esta obra, em que se insere a ideia da casa comum europeia.

Carlos Carvalhas comenta

O camarada Carlos Carvalhas, deputado do PCP no Parlamento Europeu, participou na sua qualidade de presidente do Grupo Comunista no Conselho da Europa, na sessão daquele forum que recebeu como convidado de honra o dirigente soviético Mikhail Gorbatchov.

A propósito deste importante acontecimento afirmou ao «Avante!»:

O discurso de Mikhail Gorbatchov pronunciado no Conselho da Europa foi uma importante intervenção e contribuição para a construção de uma Europa — do Atlântico aos Urais — de paz sólida e cooperação.

Foi também um importante «convite» ao Conselho da Europa, que se encontra numa encruzilhada para que enterre o «machado da guerra fria» e junte os seus esforços à efectivação do diálogo frutuoso entre Estados soberanos com regimes políticos diferentes.

O discurso foi ouvido com grande atenção, aplaudido de pé e considerado por vários órgãos de imprensa como um discurso histórico.

Da sua intervenção sublinho entre outros importantes aspectos as propostas relativas ao desarmamento e à criação de um grupo de trabalho no quadro da ONU para a reconversão da indústria militar; ao desenvolvimento do conceito de «casa comum europeia»; à cooperação na Europa — adesão a convenções do Conselho da Europa no domínio da ecologia, da cultura, do ensino e da teledifusão, criação de um espaço jurídico europeu... —; às relações comerciais e cooperação — suprimir o COCOM, criação de uma linha ferroviária de grande velocidade, criação de um reactor termonuclear de segunda geração não poluente... Destaco ainda a afirmação do socialismo e o aviso de que a superação de divisão na Europa não passa pelo abandono do socialismo, de que «nenhuma união poderá ser feita a partir dessa abordagem».

ANO 43 SÉRIE VI N.º 115 DE DEZEMBRO 1978 PREÇO 1$00
Proletários de todos os países: UNI-VOS!
Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Na altura em que os exércitos alemães estavam a pontos de ocupar toda a França, Salazar, como ministro dos Negócios Estrangeiros, enviou instruções aos consulados portugueses no estrangeiro com a proibição absoluta de darem o "visto" a qualquer pessoa que fosse de origem judaica, fosse qual fosse a sua nacionalidade. Com tais instruções, Salazar negava o direito de asilo a milhares e milhares de perseguidos pelo nazismo, patriotas de várias nacionalidades que fugiam ao avanço das hordas alemãs. E assim Salazar colaborava com Hitler, entregando à Gestapo e às suas câm-ras de gás esforçados democratas e patriotas. Por não ter obedecido a tais instruções e ter concedido "vistos" a muitos refugiados, o cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa, foi destituído do seu cargo.

(...) A pseudo-neutralidade foi um processo encapotado de auxiliar Hitler.»

(«No tempo em que Salazar auxiliava Hitler» — «Avante!», VI Série, n.º 91, 2.ª quinzena Julho 1946)

AVANTE!

«A Assembleia Geral da CP começou na primeira quinzena de Julho discutindo as formas de realizar o grande monopólio ferroviário aprovado há tempos pela Assembleia Nacional fascista. Todas as concessões de linhas férreas, largas e estreitas, serão substituídas por uma única concessão. Uma grande companhia monopolista, que poderá ter até um terço de capital estrangeiro, será senhora absoluta dos transportes ferroviários, e poderá aniquilar qualquer concorrência da camionagem, que nos últimos anos tanto tem contribuído para o desenvolvimento dos transportes. Receberá bens do Estado e facilidades financeiras. Concessões que estão a terminar e reverteriam a favor do Estado, serão entregues à voracidade dos accionistas desse grande monopólio. Num momento em que, em todo o mundo progressivo, se procura subtrair a exploração dos transportes ferroviários aos interesses privados, o salazarismo entrega um tão importante departamento da economia nacional a um *trust* todo poderoso (...)

Isto sucedeu porque os políticos salazaristas estão directamente interessados nos lucros das empresas ferroviárias. A proposta de lei partiu do ministro das Obras Públicas, Cancela de Abreu, que é um dos magnates das Companhias da Beira Alta e do Estoril; no parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei foi relator Rui Ulrich, que é um dos grandes accionistas da Companhia da Beira Alta e da CP; o presidente da Câmara Corporativa, Fezas Vital, é do Conselho de Administração da CP, cujo presidente também assinou o parecer da Câmara Corporativa (...). Tudo isto mostra que os governantes fascistas fazem leis e traçam planos da economia nacional, não em benefício da nação, mas em proveito próprio.»

(«Está em realização o grande monopólio dos transportes» — «Avante!», VI Série, n.º 91, 2.ª quinzena Julho 1946)

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 811
13 de Julho de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Entrevista com Álvaro Cunhal

A abolição da exploração do homem pelo homem é um problema central e um objectivo central da Humanidade na época em que vivemos. Só o socialismo pode dar solução a tal problema.

A visita do camarada Álvaro Cunhal à Checoslováquia, à Hungria, à Polónia e à RDA, realizada de 26 de Junho a 6 de Julho, a convite dos Comités Centrais dos partidos comunistas e operários respectivos, adquire no actual momento particular significado e importância. Trata-se de quatro países socialistas com situações, problemas e orientações muito diversificados. Sobre a evolução ulterior de cada qual colocam-se múltiplas interrogações. Os quatro países visitados não cobrem naturalmente toda a diversidade de problemas, decisões e perspectivas que abrangem o muito mais vasto mundo dos países socialistas. Mas comportam factos, dados e experiências de grande relevo e de inevitáveis influências e consequências para o futuro do socialismo e para a evolução da situação internacional.

Álvaro Cunhal, que foi acompanhado por Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do Comité Central, realizou conversações com os dirigentes dos países visitados.

Na Checoslováquia com o secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia, M. Jakes, o membro da Presidência e do Secretariado J. Lenart, e o secretário-geral do Partido Comunista da Eslováquia, Ignac Janak, a responsável pela Secção Internacional M. Stefanac.

Na Hungria com o presidente e o secretário-geral do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH), respectivamente R. Nyers e K. Grosz, e ainda com os membros do Bureau Político e do Secretariado Pal Ivanyi, responsável pelas questões económicas e Pal Vastagh, primeiro secretário do distrito de Csongrad, G. Kotai responsável da Secção Internacional, assim como o secretário distrital de Gyor-Sopron.

Na Polónia com o secretário-geral do Partido Operário Unificado Polaco, general Jaruzelski, os membros do Bureau Político J. Czyrek e M. Orzechowski, e membros do Comité Central com várias responsabilidades.

Na RDA, com o primeiro secretário do PSUA E. Honecker, o membro do Bureau Político H. Axen e outros responsáveis do partido.

A entrevista que neste número publicamos concedida ao «Avante!» pelo camarada Álvaro Cunhal, reveste por estas circunstâncias particular interesse, não apenas para os membros do Partido, mas para a opinião pública portuguesa em geral.

Entrevista com Álvaro Cunhal

Fomos recebidos em toda a parte com manifestações de sincera amizade. As conversações desenvolveram-se num ambiente de grande franqueza, abertura e camaradagem e foi assim possível não apenas uma vastíssima troca de impressões sobre a situação nos respectivos países e os conceitos, as orientações e a actividade dos respectivos partidos, como uma troca muito aberta de opiniões sobre problemas essenciais da hora presente e sobre a perspectiva da sua evolução ulterior.

«Avante!» — Como se sabe a vossa viagem criou grande expectativa. Em relação aos países visitados os membros do Partido, as forças políticas em geral e os órgãos de comunicação social dão muito diversas interpretações das situações e dos acontecimentos, e colocam numerosas interrogações. Antes porém de abordarmos questões de fundo gostaríamos de saber como em geral decorreu a viagem, como os partidos visitados a consideraram, como foram recebidos e como decorreram as conversações.

Álvaro Cunhal — Em qualquer dos países visitados, os camaradas expressaram grande interesse pela nossa visita. Fomos recebidos em toda a parte com manifestações de sincera amizade. As conversações desenvolveram-se num ambiente de grande franqueza, abertura e camaradagem e foi assim possível não apenas uma vastíssima troca de informações sobre a situação nos respectivos países e os conceitos, as orientações e a actividade dos partidos respectivos, como uma troca muito aberta de opiniões sobre problemas essenciais da hora presente e sobre a perspectiva da sua evolução ulterior. Em qualquer dos quatro países visitados houve inteiro acordo não só em prosseguir como em reforçar as relações bilaterais de amizade e cooperação com o Partido Comunista Português.

«Avante!» — De todos os problemas que suscitam extraordinário interesse, sobrelevam sem qualquer dúvida no momento actual os problemas políticos, particularmente uma rápida e surpreendente modificação da situação política na Polónia e na Hungria com profundas reformas do sistema. Qual a situação? Qual o sentido das reformas? A que conduzem?

A. Cunhal — A situação e as reformas políticas em curso na Polónia e na Hungria não se podem considerar separadamente da situação e da política económica e social e da situação e da orientação do Partido. Mas podemos começar por referi-las.

Na Polónia, iniciou-se uma reforma do regime político, com a legalização do Solidariedade e de uma parte da oposição anti-socialista, de um sistema bicamaral (Dieta e Senado) e com eleições nas quais o Solidariedade alcançou esmagadora maioria no senado e o POUP sofreu uma séria derrota. É uma situação muito complexa. Mas encontrámos no Partido o esforço e a vontade de ultrapassá-la.

«Avante!» — Não significa essa situação que o POUP deixa de ser o partido do Governo e que o Solidariedade alcança o poder político?

A. Cunhal — Pelo menos no imediato não parece que seja essa a situação. Não se deve esquecer que as eleições se realizaram no seguimento de um acordo e de um compromisso negociado entre o POUP e o governo por um lado e as forças da oposição por outro. Foi a chamada Mesa Redonda. Há um compromisso que se pode chamar um acordo de regime. Em princípio deverá ser do POUP o presidente da República a eleger pela Dieta e Senado, presidente que detém vastos poderes entre os quais a chefia das forças armadas e da segurança do Estado, a nomeação do primeiro-ministro, a dissolução do Parlamento e a proclamação do «estado de sítio».

«Avante!» — Essa eleição está garantida? Não será pela falta de garantia que se falou na renúncia do general Jaruzelski à candidatura a tal cargo?

«A. Cunhal» — Em termos aritméticos a eleição não está garantida a cem por cento uma vez que há vacilações nos aliados do POUP. Mas os eleitos pelos eleitores do Solidariedade tão-pouco têm uma sólida unidade e alguns pronunciam-se pelo cumprimento dos compromissos assumidos com o POUP e o governo. Creio que, se a oposição o não fizesse, e tentasse o que se pode chamar um golpe de Estado institucional se criaria uma ruptura que, por razões internas e pelo posicionamento geo-estratégico da Polónia, teria complicados e perigosos desenvolvimentos. Quanto ao futuro governo, o POUP propõe à oposição um governo de ampla coligação nacional. Há que confiar numa saída que não ponha em causa o sistema socialista na Polónia. A real disposição e correlação de forças não se pode ter por traduzida apenas nos resultados das últimas eleições.

«Avante!» — E na Hungria?

A. Cunhal — Na Hungria a reforma do sistema político inclui entre as suas linhas essenciais a constituição e reconhecimento de partidos da oposição com plataformas anti-socialistas, novas leis sobre os direitos de reunião e associação, a instituição do referendo nacional e a realização de eleições para o Parlamento num sistema que, na opinião de um dirigente, «se aproxima da filosofia política europeia», querendo dizer naturalmente «europeia ocidental».

«Avante!» — Essas reformas não significam a introdução da democracia política no sistema socialista?

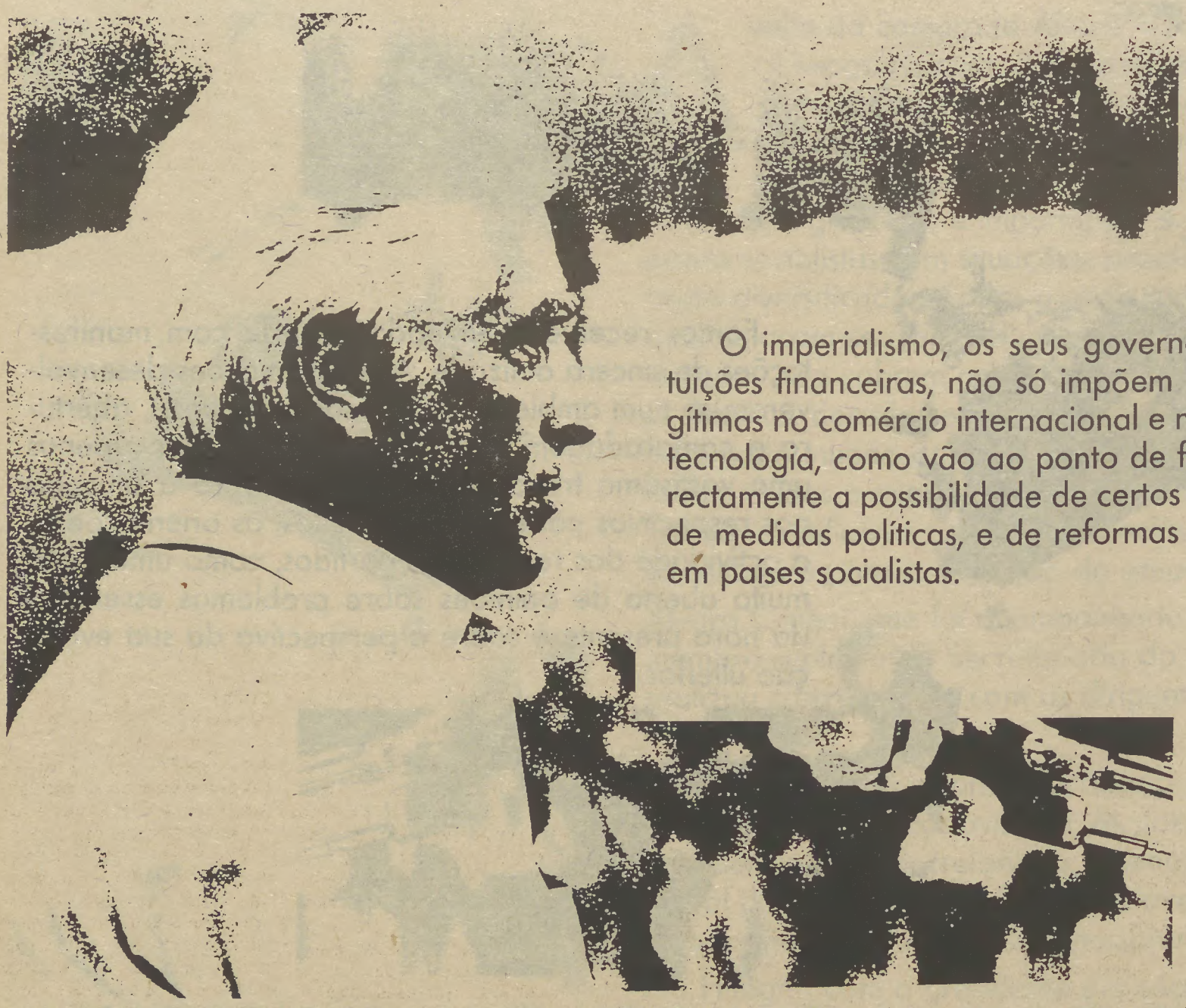
A. Cunhal — Numa análise superficial aparecem como tal. Mas não só tais reformas copiam muitos aspectos da democracia burguesa de discutível democraticidade como não se podem desligar de reformas económicas que, segundo a nossa observação, não são favoráveis ao reforço do socialismo, nem da situação no Partido no qual se manifestam profundas contradições e divergências.

«Avante!» — Os jornais portugueses noticiaram recentemente que foi autorizada a abertura em Budapeste de instalações da Rádio Europa Livre. Que significado tem tal decisão?

A. Cunhal — Que as forças anti-socialistas na Hungria pas-

➔

Entrevista com Álvaro Cunhal



O imperialismo, os seus governos e as suas instituições financeiras, não só impõem discriminações ilegítimas no comércio internacional e na transferência de tecnologia, como vão ao ponto de fazer depender directamente a possibilidade de certos apoios financeiros de medidas políticas, e de reformas políticas de fundo em países socialistas.

sarão a ter instalada em território húngaro, como instrumento da sua actuação política e das suas campanhas os serviços de uma poderosa emissora de rádio paga e dirigida pelos Estados Unidos e seus serviços especializados no anticomunismo.

***«Avante!»* — Na Polónia, o POUP sofreu uma grave derrota das eleições. Não poderá suceder o mesmo ao POSH na Hungria nas eleições que se estão preparando?**

A. Cunhal — Há diferenças entre os dois países. Na Polónia existe uma oposição ao Governo fortemente organizada, com uma base política de massas e experiência de muitos anos de luta. Na Hungria as organizações de oposição ao socialismo dão agora os primeiros passos no sentido da formação de novos partidos políticos e não têm dirigentes com larga influência no país. A força organizada da oposição na Polónia é incomparavelmente superior à força organizada da oposição na Hungria.

***«Avante!»* — Significa essa situação, que os comunistas húngaros têm a maioria e a vitória assegurada nas próximas eleições?**

A. Cunhal — Será uma batalha difícil. Há uma grave situação económica e financeira, uma difícil situação social, uma descida dos salários reais, uma elevada dívida externa e uma reestruturação económica que se admite poder provocar desemprego. Se, numa tal situação, o partido no governo deixa de referir o que o socialismo realizou de positivo, faz um reexame do passado em que chama a si erros gravíssimos (que cometeu e até que não cometeu) e desacredita-se a si próprio, agrava o descontentamento e oferece à oposição a possibilidade real de um sucesso eleitoral. Contudo, os camaradas expressaram confiança em que poderão ganhar as eleições. Mas, segundo a minha observação, a maior dificuldade para o sistema socialista não vem de fora, da oposição como tal, mas das dificuldades existentes no próprio partido.

***«Avante!»* — O ministro Fernando Nogueira esteve recentemente na Hungria. No regresso elogiou o processo em curso na Hungria, falou da situação no POSH, elogiou os reformistas e atacou a ala conservadora do Partido. Como comentas estas declarações?**

A. Cunhal — Sabemos bem o que significam aqui em Portugal na boca do PSD os rótulos de «reformistas» e «conservadores»...

***«Avante!»* — Praticamente todos os países socialistas anunciam reformas económicas. Quais são os traços fundamentais dessas reformas, designadamente nos países agora visitados?**

A. Cunhal — A situação económica e os problemas económicos nos vários países são diferentes. Daí também diferenças nas reformas já realizadas, em curso ou projectadas. De uma maneira geral, pode dizer-se que a produção, a produtividade, a tecnologia, a qualidade dos produtos e o nível de vida não correspondem às imensas potencialidades do sistema socialista. Não são coincidentes as conclusões acerca das causas de tal situação. Mas pode dizer-se que em diversos países considera-se que houve excessos de decisões centralizadas e burocráticas em matéria de política económica, reduzida ou inexistente autonomia de decisão das empresas, decrescente intervenção dos trabalhadores na vida e orientação das empresas e criadas graves situações de falta de eficácia e de rentabilidade. Também é muito geral a consideração do erro com resultados muito negativos no que respeita à eficácia e rentabilidade social, de se ter forçado um processo de estatização e cooperativização do pequeno comércio e de numerosos serviços. Consideram-se de uma forma geral que são sectores nos quais a actividade e iniciativa privada são inteiramente conformes com o sistema socialista.

Daí medidas de estímulo com tal orientação.

***«Avante!»* — Concordas com tal opinião?**

A. Cunhal — Sim, considero que se trata de conclusões com uma base sólida de experiência em numerosos países socialistas.

***«Avante!»* — E como resultado de tais apreciações quais são as linhas principais das reformas?**

A. Cunhal — Algumas são sem dúvida a descentralização, a diminuição da intervenção dirigista do governo e dos ministérios, os mais diversos sistemas de autogestão e autofinanciamento, com estes ou outros nomes. Mas, em alguns casos há orientações cujos objectivos e consequências são menos claros. É o que sucede com a chamada reforma da propriedade que inclui a reprivatização ou privatização de uma parte de fábricas e empresas do Estado, a extinção de empresas deficitárias, a igualdade entre as diferentes formas de propriedade, a lei das sociedades económicas introduzindo as sociedades anónimas e as sociedades em comandita, o novo código do trabalho e o mercado como motor do desenvolvimento.

***«Avante!»* — A principal interrogação que suscitam as reformas respeita não às pequenas actividades, mas às grandes empresas. É noticiado que na Hungria estão a converter empresas do Estado em sociedades anónimas e a admitir que sejam vendidas ao capital privado e mesmo ao capital estrangeiro 49% das acções. Na Polónia dão-se grandes facilidades aos investidores estrangeiros. Tais orientações não comprometem o futuro do socialismo e a efectiva independência económica do País?**

A. Cunhal — Nós os portugueses podemos ajuizar do alcance dessas medidas pela nossa experiência própria. A transformação de empresas nacionalizadas em sociedades anónimas e a entrega de 49% de acções ao capital privado é em Portugal o caminho aberto às privatizações e à

entrega das empresas ao grande capital. Dada a natureza de classe do Governo inscrevem-se tais medidas no projecto de restauração do capitalismo monopolista. Se se trata de empresas ou sectores-chave isso significa que são os interesses dos capitalistas e não os interesses do país que passam a determinar as decisões relativas a essas empresas. Se é o capital estrangeiro, nomeadamente as multinacionais, que adquirem tais posições, então pior. Naturalmente transmitimos aos camaradas a nossa experiência e a nossa opinião.

***«Avante!»* — Consideras que a experiência portuguesa é válida para países socialistas?**

A. Cunhal — O sistema socio-económico é diferente. As relações externas são também diferentes. Mas há experiências inteiramente válidas. Assim, ao entregar ao estrangeiro o efectivo controlo de sectores básicos da economia, não se pode apenas considerar as vantagens de financiamentos e avanço tecnológico, mas as experiências das condições e consequências económicas, sociopolíticas e nacionais do domínio económico do grande capital estrangeiro sobre a economia de um país.

***«Avante!»* — Bush acaba de fazer uma visita à Polónia. Os jornais noticiam que os Estados Unidos criaram um fundo destinado ao desenvolvimento da iniciativa privada e à privatização da economia da Polónia. Queres fazer algum comentário?**

A. Cunhal — Bush não podia ser mais claro. Aproveitando a grave situação existente e fazendo chantagem política, o imperialismo propõe-se tomar conta de sectores importantes da economia de países socialistas. Não é certamente uma forma de fazer avançar o socialismo.

***«Avante!»* — Como reagiram os camaradas às vossas observações e à experiência portuguesa?**

A. Cunhal — Deve dizer-se que da parte de todos os camaradas e em todos os países visitados, nas conversações realizadas, houve sempre grande franqueza, diálogo, atenção para as ideias expostas. No que respeita à questão referida responderam-nos que não havia outro caminho, que o Estado manteria a direcção efectiva, que as empresas em que se admitia a entrega de parte do capital ao capital privado representavam uma parte relativamente modesta da economia nacional. Continuamos a pensar que tal caminho representará a criação de novas amarras às respectivas economias nacionais.

***«Avante!»* — Se falas em novas amarras é porque consideras que já existem outras: Qual a situação relativamente à dívida externa dos países que visitaste? Há notícias de que estão em curso negociações com o FMI.**

A. Cunhal — A dívida externa na Hungria é de cerca de 20 000 milhões de dólares e na Polónia de cerca de 40 000 milhões. Ou seja: tendo em conta o número de habitantes e as potencialidades económicas, é em si mesma, no seu quantitativo, uma dívida de volume semelhante ao da dívida externa de Portugal (17 000 milhões). Mas a situação é mais grave que a situação portuguesa.

Em primeiro lugar porque na Polónia, por exemplo, a dívida duplicou sem novos empréstimos, isto é, apenas ou quase apenas por acumulação de juros e também porque os países socialistas defrontam em geral uma situação em que como compradores aos países capitalistas têm mesmo de pagar nos prazos e são penalizados se não pagarem, mas como vendedores a países pobres, têm dificuldades reais na cobrança.

Em segundo lugar, porque esses países estão exaustos de divisas e portanto atravessam grandes dificuldades de pagar as compras que têm de fazer ao estrangeiro e outros encargos externos incluindo o pagamento dos juros.

Daí as negociações com o FMI e outras diligências para alcançar novos créditos e injecções de capital.

Nós, portugueses, podemos avaliar tais situações com a nossa própria experiência.

Já temos comparado as medidas que o FMI inicialmente impõe como condição para os créditos como a mordidela do bulldog que agarra com os dentes apenas um pedacinho da pele que parece insignificante do pescoço do outro cão com que combate, mas que nunca mais o larga, e que vai avançando com os dentes até estrangular o adversário.

Em Portugal conhecemos o que são as condições do FMI: contenção da expansão económica, elevadas taxas de juro para diminuir o crédito, taxa de inflação superior aos aumentos salariais, e outros. Créditos alcançados em tais condições podem ser justificados pela urgência e por não haver outra solução para encargos inadiáveis. Mas não é certamente o caminho da recuperação económica e da independência nacional. Não o é num país capitalista. Dificilmente o poderá ser num país socialista.

***«Avante!»* — As informações e explicações dadas pelos camaradas diminuiram as vossas preocupações?**

A. Cunhal — Não, não diminuíram. Tais orientações económicas podem permitir ultrapassar situações conjunturais muito apertadas. Mas com pesado preço susceptível de comprometer o desenvolvimento conforme com os interesses nacionais e a construção de uma economia socialista.

«Avante!» — No que respeita à dívida externa a Checoslováquia e a RDA têm situação semelhante à da Polónia e Hungria?

A. Cunhal — Não. Nesses dois países a actual dívida externa é incomparavelmente menor e não constitui um problema semelhante ao dos outros países citados.

***«Avante!»* — Sabemos que em Portugal os créditos externos e a cooperação económica e tecnológica tem sido condicionada por exigências de carácter político, designadamente muito ligadas à política de restauração capitalista e monopolista. Verifica-se qualquer situação semelhante em relação aos países socialistas?**

A. Cunhal — A nosso ver verifica-se e ainda com maior evidência e desfaçatez. O imperialismo, os seus governos e as suas instituições financeiras, não só impõem discriminações ilegítimas no comércio internacional e na transferência de tecnologia, como vão ao ponto de fazer depender directamente a possibilidade de certos apoios financeiros de medidas políticas, e de reformas políticas de fundo em países socialistas. São brutais formas de pressão e de ingerência.

***«Avante!»* — Os novos termos do relacionamento de países socialistas e suas empresas com os países capitalistas e designadamente com a CEE, com o FMI e o Banco Mundial não põem em causa o próprio CAME?**

A. Cunhal — Creio que não. Obrigará certamente a reajustamentos de carácter económico, financeiro e técnico. Mas não há razões para pensar que não continua a desempenhar um papel determinante o processo de cooperação e integração dos países socialistas.

***«Avante!»* — No quadro do CAME, as diferenças de desenvolvimento dos países membros não será susceptível de criar problemas semelhantes aos que cria a CEE?**

A. Cunhal — A cooperação entre países socialistas funda-se em princípios diferentes de cooperação. Mas a não serem tidos em conta os diversos níveis de desenvolvimento e acautelada a reciprocidade de interesses e vantagens não é de descartar que surjam indesejáveis problemas de desigualdades e dependências económicas na divisão internacional do trabalho e nas formas muito diversificadas de cooperação. Creio entretanto que é comum a ideia da necessidade de modernização dos mecanismos do seu funcionamento.

***«Avante!»* — Durante muito tempo, em países socialistas, o Estado tinha o monopólio do comércio externo. Agora estão a alargar-se muito os poderes e as iniciativas das empresas para comprarem e venderem ao estrangeiro. São-lhes atribuídas possibilidades de capitalizar e movimentar divisas. Como se pode conjugar essa nova situação com a planificação estatal, que continua a ser característica da economia socialista?**

A. Cunhal – Creio que o âmbito, os critérios, os métodos e a concretização da planificação constituem matéria sujeita a profunda reflexão nos países socialistas. A tendência geral é para uma muito maior autonomia dos sectores e empresas. Os processos e soluções autogestionárias, embora com muitas diferenciações, ganham terreno. Creio que em todos os países socialistas onde é dada larga iniciativa às empresas relativamente ao comércio externo, são também definidos princípios para que tal iniciativa não contradiga a planificação.

***«Avante!»* – Causa-nos surpresa que em países socialistas se anunciem reformas económicas que incluem entre as suas medidas o encerramento de empresas e despedimentos.**

A. Cunhal – Na Checoslováquia, a rápida reconversão de uma indústria de guerra numa indústria civil, por exemplo, criará sem dúvida sérios problemas sociais, incluindo salários, postos de trabalho, classificação profissional. Na Hungria admite-se que a reestruturação pode provocar de 150 a 200 mil jovens desempregados.

Tais situações mostram o atraso de reformas económicas que há muito se tornaram necessárias e a imprevidência na preparação de soluções para os novos problemas sociais que as reformas tornariam inevitáveis.

***«Avante!»* – Nos países socialistas, os partidos comunistas têm assumido o papel dirigente do Estado e da sociedade. Há também mudanças em muitos partidos, na relação Partido-Estado, na sua própria vida interna. Significa isso que os partidos comunistas deixam de desempenhar o papel dirigente que anteriormente assumiam?**

A. Cunhal – Embora em situações diferentes e com critérios diferentes, em todos os países socialistas os comunistas continuam a afirmar a necessidade do papel dirigente do partido.

***«Avante!»* – São conhecidas alterações que nos últimos anos se têm dado em alguns partidos em alguns países socialistas. Como consideras essa renovação?**

A. Cunhal – Trata-se de um problema interno que cada partido tem inteiro direito de resolver. Mas, em termos gerais e de princípio, é correcto dar uma opinião. A renovação é sempre uma necessidade. Torna-se imperiosa e inadiável se se prolonga uma situação de estagnação e incapacidade de responder aos problemas, em que as deficiências e os erros se vão agravando com a imobilidade, a rotina, a incapacidade da direcção.

Mas a renovação da direcção e do trabalho em geral de um partido comunista deve realizar-se para o seu fortalecimento como partido comunista e não para a perda de sua natureza de classe e da sua política revolucionária.

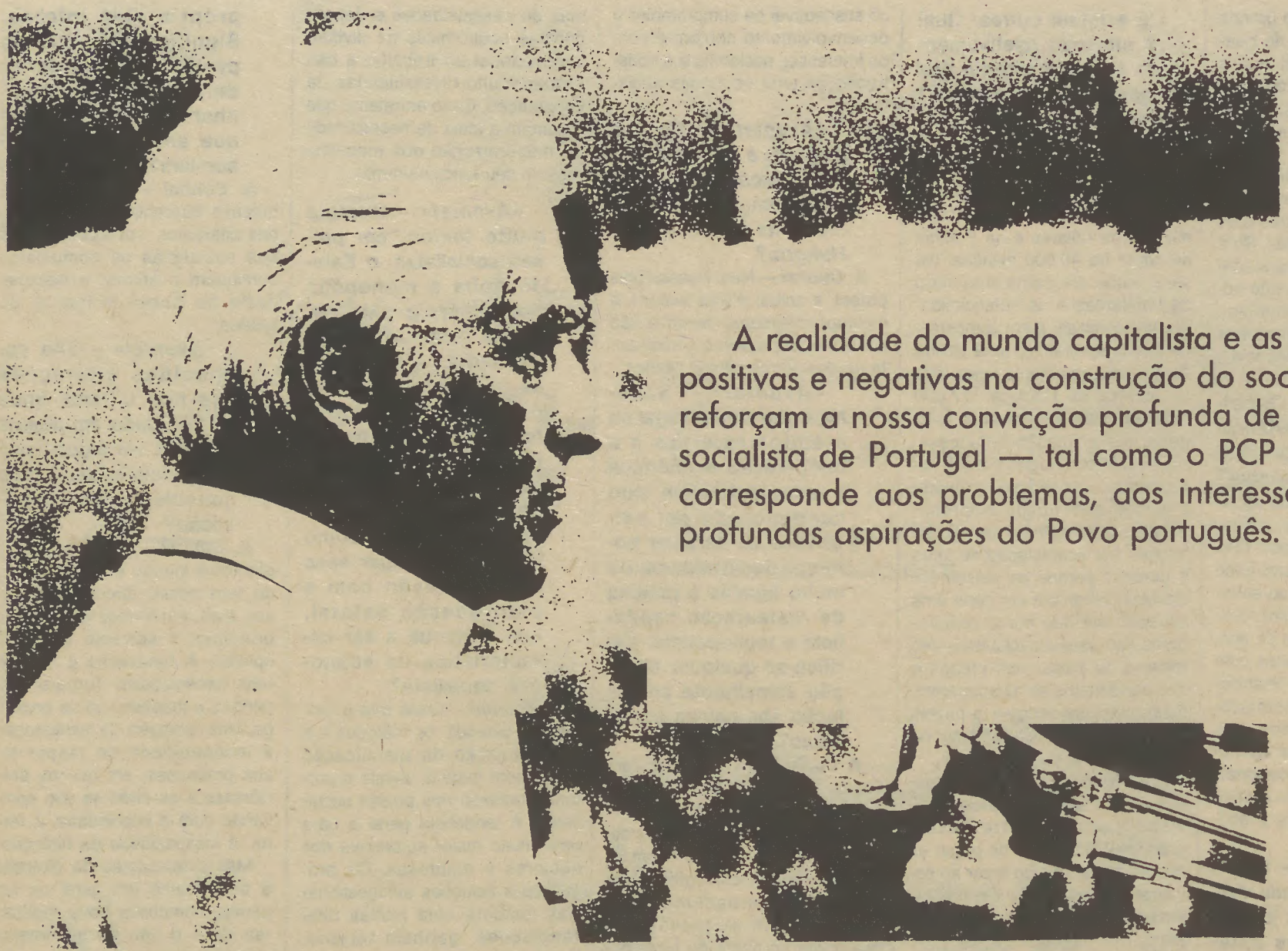
É por exemplo um absurdo, a meu ver, que a renovação, nomeadamente a renovação da direcção, se possa fazer sob a pressão de exigências ou mesmo por imposições dos adversários do partido. Se possa fazer porque partidos e grupos da oposição atacam a composição da direcção do POSH e avançam a ideia de que só a renovação em tal ou tal sentido e a substituição de tal ou tal camarada é que pode permitir dar ao partido a credibilidade para conduzir um processo democrático!

***«Avante!»* – Qual o significado das mais recentes alterações na direcção do POSH?**

A. Cunhal – É do conhecimento geral e os camaradas confirmaram que dentro do POSH há tendências que visam uma reconversão do POSH num partido com uma política e objectivos que se afastam consideravelmente dos objectivos que têm sido sempre dos comunistas e que adopte plataformas e métodos mais próximos da social-democracia. Isto não são conclusões que eu aqui esteja a desenvolver. Isto está escrito, declarado e até perfilhado por camaradas muito responsáveis

➔

Entrevista com Álvaro Cunhal



A realidade do mundo capitalista e as experiências positivas e negativas na construção do socialismo, mais reforçam a nossa convicção profunda de que o futuro socialista de Portugal — tal como o PCP o propõe — corresponde aos problemas, aos interesses e às mais profundas aspirações do Povo português.

e em documentos dos órgãos dirigentes do próprio partido.

***«Avante!»* – Em que acontecimentos pode basear-se uma tal ideia?**

A. Cunhal – Em vários. Por exemplo: o POSH reorganiza a sua direcção constituindo um quadriunvirato que não constitui um núcleo identificado, unido e empenhado na acção partidária em torno de um programa e de uma linha de acção, mas, pelo contrário, constitui um organismo conjuntural representando várias tendências existentes e cujo traço de união é levar o partido unido às próximas eleições. Não é uma solução válida a médio ou a longo prazo. As tendências têm visões diferentes acerca do futuro da Hungria e do Partido. Há dirigentes que afirmam que os partidos comunistas não são susceptíveis de reforma, que a reforma do comunismo soviético e da Europa de Leste é impossível e que há que pôr fim a esse sistema, que é preferível formar um novo partido de tendência social-democrata. Não está claro que tendência acabará por impor-se.

***«Avante!»* – Pelo que dizes as ideias de oposição ao socialismo têm lugar dentro do próprio partido?**

A. Cunhal – Não quero explicitar uma tal opinião. Mas, em termos gerais e de princípio, se um partido no poder pensa vencer a oposição tornando-se ele próprio um partido de oposição a ideias básicas do seu programa anterior e a toda a sua acção anterior, condenando todo o seu próprio passado e tornando-se um novo partido que incorpora objectivos essenciais da oposição, pode suceder que a oposição não necessite de ganhar a batalha contra esse partido porque pode ganhá-la dentro dele.

***«Avante!»* – Certas mudanças bruscas e inesperadas na composição dos órgãos dirigentes de alguns partidos comunistas significarão que neles se trava, entre dirigentes, a luta pelo poder?**

A. Cunhal – Não me quero naturalmente pronunciar sobre problemas tão delicados da vida interna de outros partidos. Pode haver legítimas modificações na composição de órgãos dirigentes que correspondam a modificações de orientação política e à formação da equipa dirigente em condições de aplicar a nova linha. A verificar-se a luta pelo poder como tal, sobretudo se corresponde a ambições pessoais, é a meu ver um fenómeno negativo e indesejável num partido comunista.

***«Avante!»* — Tanto na Hungria como na Polónia diz-se que os processos em curso traduzem reformas políticas positivas e necessárias para a construção da nova sociedade. Será assim?**

A. Cunhal — O que não está claro é se tais processos políticos em curso conduzirão ao reforço, avanços e vitórias do socialismo, ou ao seu enfraquecimento, recuos e derrotas. Tanto na Polónia como na Hungria vive-se uma situação de grande instabilidade. A conjuntura actual não é do reforço do socialismo, mas de enfraquecimento e de inquietação quanto as perspectivas a curto e médio prazo. Muitos dirigentes nos expressaram também as suas preocupações, ao mesmo tempo que as orientações que consideram necessárias para sair da situação actual.

***«Avante!»* — Na Checoslováquia e RDA não existem os mesmos problemas? Se na Hungria e na Polónia critérios democratistas abrem caminho a processos anti-socialistas dificilmente controláveis, não haverá na Checoslováquia e RDA um fecho à democratização da vida política que pode tender a afastar do povo os partidos e os governos e provocar potencialidades de ulterior explosão de descontentamento?**

A. Cunhal — Tanto na RDA como na Checoslováquia, existem outros partidos e frentes nacionais, englobando forças sociais e políticas diversas. Os camaradas dizem-nos trabalhar para aperfeiçoar os mecanismos da democracia socialista. Também nesses países se realizam eleições. As eleições de 1991 na Checoslováquia revestirão certamente grande importância. Entretanto, os camaradas não se mostram abertos à permissão da formação de novos partidos com projectos contra-revolucionários nem à permissão da sua livre actuação.

***«Avante!»* — O pluralismo partidário não será uma condição da democracia socialista?**

A. Cunhal — No Programa do nosso Partido para Portugal indicamos entre os objectivos o direito à formação de partidos políticos. Mas a democracia socialista pode expressar-se e concretizar-se por sistemas e formas diversas. Há países socialistas onde existe um só partido e onde entretanto se aprofunda a democracia. É o caso da União Soviética, de Cuba, como exemplos.

***«Avante!»* — Nos países que visitaste e noutros países socialistas estão em curso importantes reformas políticas. Em que medida influenciam nessas reformas as pressões e exigências dos países capitalistas?**

A. Cunhal — As formas de pressão dos países capitalistas na evolução económica e política dos países socialistas adquirem os aspectos mais escandalosos. Já há pouco referi certas formas de pressão e coacção económica. Mas em matéria política os países capitalistas não se limitam a dar opiniões. Fazem exigências de tal ou tal medida ou reforma no sistema político. Classificam eles próprios quem são os «conservadores» e quem são os «renovadores». Mantêm ligação estreita com os «dissidentes» nos países socialistas, dão-lhes apoios políticos e financeiros e colocam poderosos meios de comunicação social, como a Rádio Europa Livre e outros ao serviço da sua actividade contra-revolucionária.

***«Avante!»* — Isso diz respeito a que país? À Hungria?**

A. Cunhal — À Hungria, à Polónia, à Checoslováquia, à RDA, para falar só nos países agora visitados, mas que é igualmente verdade em relação à URSS, à China, a Cuba, ou a qualquer outro país socialista.

***«Avante!»* — Assistimos actualmente a uma reconsideração quase geral da história da construção da sociedade socialista. Tudo quanto anteriormente se disse e se escreveu é contestado. Há mesmo quem afirme que é incorrecto falar-se em países socialistas.**

A. Cunhal — O reexame da história é sempre de admitir e em muitos aspectos de exigir e de realizar. Mas não um pretenso reexame que consiste em manipular factos, acontecimentos e interpretações ao sabor de objectivos políticos e ideológicos conjunturais. Três exemplos:

Primeiro exemplo. Na actividade da Internacional Comunista verificaram-se orientações incorrectas, decisões erradas. Nós próprios, os comunistas portugueses, já de há muito apontámos algumas relativas à vida interna do nosso Partido nos anos 20 e nos anos 30. Mas isto não altera o importante e mesmo determinante papel que a Internacional Comunista desempenhou para a criação e desenvolvimento de numerosos partidos comunistas, para a expansão das ideias do comunismo, para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos contra a exploração, a opressão e as desigualdades sociais, pela liberdade, a democracia, o progresso, a independência nacional.

Segundo exemplo. O desvendar de todos os trágicos e negativos aspectos do stalinismo exige a reavaliação histórica de muitos acontecimentos; mas não é de aceitar uma irresponsável e indigna anátema contra grandes dirigentes comunistas, grandes revolucionários, que conheceram Staline e com ele tiveram ligação política, como Dimitrov, Togliatti, Thorez, Gottwald.

Terceiro exemplo. Na construção da sociedade socialista em numerosos países reconhece-se que houve decisões inadequadas, erros políticos graves, procedimentos altamente condenáveis. Mas isso não significa que não tenham sido realizadas na sociedade modificações profundas de carácter político, económico, social e cultural, que mostraram a superioridade do socialismo em relação ao capitalismo. O PCP é frontalmente contrário às tentativas de reescrever a história de forma a esquecer essas realizações e a afirmar que tudo o que está para trás foi errado, ou a afirmar que, neste ou naquele país, só agora começa a construção do socialismo.

«Avante!» **— Falaste há pouco de stalinismo. A condenação pelo PCP do stalinismo não é só de agora. Foi explicitada quando a natureza do stalinismo foi desvendada no XX Congresso do PCUS em 1956. É uma posição clara de princípio. Como explicas que ainda hoje haja quem classifica o PCP de partido stalinista?**

A. Cunhal — As posições políticas e ideológicas do PCP, o seu programa, os seus objectivos, os seus ideais proclamados, a sua vida interna, a sua luta, o seu juízo sobre a história do movimento comunista e operário, permitem classificá-lo como um partido frontalmente contrário ao stalinismo. Se alguém teima em caluniar o PCP tentando colar-lhe o rótulo de «stalinista», pode dizer-se com verdade que é esse alguém que com tal acusação mostra utilizar métodos típicos de stalinismo. Tais métodos inserem-se aliás na campanha anticomunista das forças do imperialismo.

«Avante!» **— Ninguém nega hoje que na construção do socialismo houve erros graves com consequências graves. Agora são revelados. Parece necessário e mesmo indispensável que o sejam.**

A. Cunhal — Sem dúvida que é necessário e indispensável. Mas uma coisa é a análise rigorosa dos acontecimentos, a autocrítica, a correcção e a superação, outra coisa é a autoflagelação, a autodenegrição e a autodestruição, muitas vezes assumindo como erros e faltas próprias — ou melhor, do sistema e do partido — o que na realidade não o foram.

Avante!» — Referes-te também aos acontecimentos de 1956? Na Hungria faz-se juízo sobre os acontecimentos de 1956, agora considerados como uma insurreição popular e não como um processo contra-revolucionário. Imre Nagy, fuzilado em 1957 foi reabilitado e quase promovido a precursor das reformas. Como consideras esta reavaliação histórica?

A. Cunhal — Continuamos a considerar que em 1956, a partir de um profundo descontentamento social e político e de uma grande movimentação de massas que tiveram como causas graves erros que se não devem repetir, se desencadeou um processo contra-revolucionário. Não recebemos nenhuma informação, nem conhecemos nenhuma análise que nos leve a alterar essa nossa opinião. Independentemente das suas intenções, Imre Nagy assumiu grandes responsabilidades nesse processo. São factos históricos. É legítimo que se reexamine do ponto de vista político, jurídico e ético o seu julgamento e condenação. Mas as recentes cerimónias que lhe foram prestadas tiveram manifestamente um carácter anti-socialista.

«Avante!» **— Tens semelhante ponto de vista relativamente aos acontecimentos na Checoslováquia em 1968 e à intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia?**

A. Cunhal — Sim. Também na Checoslováquia se registou um processo contra-revolucionário. Não digo que certos dirigentes eram os dirigentes da contra-revolução. Mas facilitaram e promoveram o seu perigoso desenvolvimento.

«Avante!» **— Há quem considere que tanto os acontecimentos na Hungria em 1956 como na Chevoslováquia em 1968 foram os precursores da «perestroika». Estás de acordo com essa interpretação?**

A. Cunhal — Não, não estou de acordo. Na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968 assistiu-se a processos contra-revolucionários, contra o sistema socialista e as suas realizações. A «perestroika», ao contrário, naquilo que é e não naquilo que certos oportunistas dizem ser, é um processo revolucionário para fazer avançar o socialismo.

«Avante!» **— A grande questão que se coloca, não apenas ao nosso espírito de comunistas, mas ao comum das pessoas é saber como se chegou a tais situações. Se tais situações são ou não consequência do próprio sistema socialista.**

A. Cunhal — Não se podem considerar os graves acontecimentos e as graves situações existentes em países socialistas como uma consequência do sistema socialista, mas sim como consequência de orientações e de actuações no Estado e no Partido que se afastaram dos ideais, dos objectivos e de características essenciais do sistema socialista.

«Avante!» **— No concreto?**

A. Cunhal — Os aspectos são muitos, mas posso referir alguns. O sistema socialista tem como base essencial o poder político dos trabalhadores, o poder popular. Em todos os países em que se verificaram revoluções socialistas esse foi o ponto de partida e a força determinante das transformações sociais. É entretanto inegável que em vários países, num processo mais ou menos demorado, os trabalhadores foram tendo cada vez menos intervenção real no poder político e foram-se instalando formas de direcção no partido e no governo cada vez mais centralizadoras e cada vez mais ao abrigo do acompanhamento, da vigilância e do controle do povo. A experiência mostrou que tal forma de poder, contraditória com a essência do sistema socialista teve duas consequências altamente negativas: uma o afastamento da intervenção revolucionária e criativa dos trabalhadores e o progressivo alargamento de uma distância ou mesmo de um fosso entre o poder político (e o partido no poder) e as massas populares. Outra a instalação de uma situação possibilitando decisões inadequadas e mesmo arbitrárias nos mais variados domínios da vida social, assim como na vida interna do próprio partido.

«Avante!» **— Mas o aspecto que acabas de referir era a situação geral, era um modelo de socialismo, geralmente aceite e copiado.**

A. Cunhal — Nunca confessado como tal. Mas sempre ocultando a situação através da afirmação do princípio do poder popular.

«Avante!» **— Não existem ainda situações dessas em países socialistas?**

A. Cunhal — Parece-me haver hoje uma generalizada consciência de que o poder efectivo do povo é um princípio essencial do sistema socialista. As formas de assegurar esse poder podem evidentemente ser diversas. Mas sem o poder dos trabalhadores não pode haver socialismo. As grandes lições dos acontecimentos a este respeito inspirarão certamente os comunistas em todos os países a procurarem e encontrarem as soluções mais adequadas.

«Avante!» **— O que acabas de dizer não significa que em países socialistas não se respeitam os princípios democráticos? Que falta a democracia na construção da sociedade socialista?**

A. Cunhal — A resposta a esta pergunta tem três componentes. A primeira é o próprio conceito de democracia. Para nós, comunistas portugueses a democracia tem quatro vertentes complementares e inseparáveis: a democracia política, a democracia económica, a democracia social e a democracia cultural. A segunda é que a democracia política no socialismo é intrinsecamente diferente da democracia burguesa em países capitalistas: assim por exemplo as eleições são um sistema democrático, mas o eleitoralismo da democracia burguesa (com todas as suas perversões) não pode constituir modelo válido para os países socialistas. A terceira é que o avanço da construção da sociedade socialista exige o avanço da democracia política. Esta última ideia decorre necessariamente de experiências positivas e negativas que se podem considerar de validade universal.

«Avante!» **De regresso a Lisboa, à chegada ao aeroporto, declaraste à comunicação social que com a visita se tinha reforçado a ideia de que só o socialismo pode solucionar os problemas existentes. Podes esclarecer melhor esse ponto de vista?**

A. Cunhal — Certamente. Todos assistimos a uma campanha de âmbito mundial, que tem como teses centrais a do fracasso e falência do sistema socialista e a de um inevitável processo de retorno de países socialistas ao sistema capitalista. São teses inteiramente falsas. O capitalismo não dá nem pode dar solução aos grandes problemas da humanidade. O capitalismo é por definição um sistema de exploração e opressão dos que trabalham pelos detentores dos meios de produção, pelos capitalistas. A abolição da exploração do homem pelo homem é um problema central e um objectivo central da humanidade na época em que vivemos. Só o socialismo pode dar solução a tal problema. Daí também a nossa confiança em que países socialistas que presentemente atravessam situações de crise, acabarão por superá-la no quadro do sistema socialista.

«Avante!» **— Socialismo de que modelo?**

A. Cunhal — Já de há muito pensamos que não há nem pode haver «modelos» de socialismo. As soluções em cada país têm de ter em conta as condições concretas e muitas vezes específicas desse país. Se, quando se fala de «modelo», a referência é a soluções e a formas de exercer o poder no Estado e no partido que se revelaram incorrectas e de graves consequências, então a atitude é de evitar que se reproduzam situações e fenómenos desse «modelo».

No que respeita ao PCP, o programa de socialismo assenta na ideia de que a sociedade socialista que propomos ao povo português incorpora e desenvolve os elementos fundamentais — económicos, socias, políticos e culturais — da democracia avançada no limiar do século XXI cujos objectivos foram definidos no XII Congresso. O caminho do socialismo — lê-se no Programa do PCP — é o do aprofundamento da democracia. Democracia política, social, económica e cultural. Liberdades, eleições, desenvolvimento, bem-estar, cultura, respeito pela pessoa humana e pela natureza, solidariedade, cooperação internacional e paz. A abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida do país, a elevação constante do bem-estar do povo, o desaparecimento das injustiças sociais, a concretização da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país como força social, dinâmica e criativa — são objectivos fundamentais da revolução socialista em Portugal, indicados pelo PCP.

A realidade do mundo capitalista e as experiências positivas e negativas na construção do socialismo mais reforçam a nossa convicção profunda de que o futuro socialista de Portugal — tal como o PCP o propõe — corresponde aos problemas, aos interesses e às mais profundas aspirações do povo português.■

VILA NOVA DE GAIA (2)

Futuro exige progresso e desenvolvimento

Vila Nova de Gaia é um município extraordinariamente complexo. A autêntica explosão demográfica a que se assiste nos últimos quinze/vinte anos, com a convergência para o concelho de muitos milhares de moradores de outras zonas, mudou a sua face. A cidade invadiu o campo. Foram literalmente engolidas pelo cimento muitas quintas próximas do centro, transformadas em loteamentos, ao sabor dos interesses dos grandes construtores. Ordenamento urbanístico, planeamento a médio prazo, vias rodoviárias, abastecimento de água, esgotos, equipamentos, habitação, transportes, trânsito, têm sido apenas palavras para aqueles que nestes anos assumiram a responsabilidade de gerir a autarquia — o PS e depois o PSD. Há quem diga que «dos municípios da Área Metropolitana do Porto, Gaia é aquele cuja complexidade de problemas mais se aproxima de alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa.» E aquele que menos se soube defender.

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Para a CDU, Vila Nova de Gaia e os gaienses merecem mais e melhor. E não basta mudar as pessoas. É preciso que se tenha princípios e se defenda projectos que efectivamente visem a melhoria da qualidade de vida das populações. Não basta prometer. É preciso realizar.

De Vila Nova de Gaia já contámos, na semana passada, a actividade, a obra valiosa da CDU nas áreas em que detém responsabilidades — Ambiente e Jardins, Desporto e Tempos Livres. Hoje trazemos o testemunho dos três candidatos da CDU já anunciados para encabeçamento dos órgãos municipais para as próximas eleições autárquicas, Ilda Figueiredo, Maurício Ferraz e Alberto Andrade, com quem tivemos conversa aturada sobre alguns problemas do concelho.

Descaracterização e desordem urbanística. Um problema, grave, com que se luta em Gaia. Plano Director, não existe, há muitos anos que está em estudo, mas ainda não está completo. Diz-nos Ilda Figueiredo: «Dado que tem havido imensos atrasos e dada a complexidade também hoje existente, até a nível legal, na elaboração de um Plano Director Municipal, nós propomos que sejam urgentemente realizados Planos de Urbanização, mais simples e de execução mais rápida, para zonas fundamentais, como o centro da cidade, de forma a impedir que elas se descaracterizem ainda mais, que a anarquia urbanística continue».

A Avenida da República é «um caso», no meio de tantas «monstruosidades» cometidas no concelho. «Há horas de movimento, das sete da manhã e sete horas da tarde, em que é verdadeiramente intransitável. Milhares e milhares de pessoas deslocam-se todos os dias para o Porto, para os seus empregos. Esta situação vai agravar-se com a quantidade de edifícios em altura que estão a deixar construir — muitos escritórios mas também bastantes habitações. E depois o estacionamento vai ser de facto um pandemónio». Quem o afirma é Alberto Andrade, a propósito do desvirtuamento do projecto de arranjo desta via fundamental de acesso ao centro do Porto, pela Ponte D. Luís, uma das chegadas para quem vem do Sul. Desvirtuamento que começou «a partir de altura em que autorizaram a construção de prédios com mais de três andares» acrescenta Maurício Ferraz, que denuncia ainda o facto de estarem praticamente a acabar com os passeios, reduzindo a área dos peões para a substituir por baías de estacionamento, «um crime que se comete única e exclusivamente para servir interesses que nada têm a ver com os munícipes».

«Aqui em baixo há um edifício de rés-do-chão e quatro e logo ao permitem a construção de um edifício de rés-do-chão e sete ou oito. E ao fundo da Avenida há outros com mais de dez andares. Isto é que tem de ser impedido, porque tudo, arruamentos, água, esgotos, trânsito, se irá subordinar depois às exigências dessa exiguidade», adianta ainda sobre o tema Alberto Andrade.

Daí a necessidade apontada desde sempre pela CDU de um planeamento urbanístico cuidadoso, «que tenha como objectivo central o enquadramento ambiental nas suas diversas componentes — herança histórica-patrimonial e paisagística, espaços verdes, desportivos e culturais, vias de acesso e necessidade de fluidez do trânsito — e a melhoria da qualidade de vida da população residente, com a construção das necessárias infra-estruturas de saneamento básico», lembra Ilda Figueiredo.

Centro Histórico — encontrar o equilíbrio

Inverter o sentido do verdadeiro caos urbanístico do centro da cidade é exigência à qual a CDU junta, relativamente ao Centro Histórico de Gaia, a necessidade de uma intervenção mais eficaz, com mais meios financeiros e humanos, que passa também «por uma acção mais reivindicativa da parte da Câmara junto do poder central», segundo nos afirmou Ilda Figueiredo.

Também sobre este tema Alberto Andrade dá opinião: «Há ali um conflito, entre os interesses da população enraizada no Centro Histórico, constituída essencialmente por gente economicamente débil, e os interesses dos homens do Vinho do Porto e do turismo. É preciso encontrar o equilíbrio, fazer um grande esforço para suster a degradação habitacional, o que implica uma maior intervenção da Câmara. Intervenção na recuperação de mais edifícios, para realojamento das famílias e para a criação de espaços de fruição colectiva, escolas, infantários, centros de dia para a terceira idade. É necessário acompanhar a actividade associativa que tem raízes profundas, pois há ali uma boa dúzia de colectividades (os Mareantes do Douro, a Tuna de Santa Marinha, só para referir dois exemplos) que são modestos, mas fazem parte integrante do meio e veiculam cultura que há que preservar. Sobrevalorizar o turismo ou os interesses dos exportadores em detrimento de quem mora no Centro Histórico, com o pretexto de que há quinhentos mil turistas por ano e que por isso há que arranjar a Beira Rio, ou a Avenida ou fazer esplanadas ou ainda facilitar a criação de bares, é um caminho errado, que já está exprimentado, por exemplo no Porto, com os resultados que se vêem, levando paulatinamente ao afastamento das populações locais em benefício do surgimento de graves problemas sociais. A Zona Histórica está criada, mas tem havido pouca insistência para resolver as questões que vão surgindo, pouca vontade e persistência no desenvolvimento dos trabalhos».

Esta necessidade de um maior poder reivindicativo do município é retomada pela camarada Ilda Figueiredo que considera que se estende a outras áreas, dependentes directamente de apoios do poder central, como é o caso da construção da nova ponte rodoviária, das vias de comunicação da cintura interna, das diferentes ligações que têm a ver com toda a Área Metropolitana do Porto.

Obras na Avenida da República

Câmara PSD privilegia interesses do grande capital

A gestão da maioria PSD foi igualmente objecto de troca de opiniões. É que, sendo Vila Nova de Gaia um município com uma população que ronda os 300 mil habitantes, com muitos problemas para a resolução dos quais os sucessivos executivos camarários não têm apresentado saídas, é natural que se procure ver as razões de tal acontecer. «A Câmara de maioria PSD privilegiou, mais ainda que em mandatos anteriores, os interesses dos grandes capitalistas. Não ha qualquer vislumbre de preocupação ou simpatia com a situação dos menos favorecidos, não há preocupações de natureza social ou sequer de ordem cultural. O que se acentuou foi a preocupação com a criação de zonas industriais», afirma Alberto Andrade.

«A continuação de uma Câmara PSD, que favorece os grandes interesses capitalistas, a grande especulação imobiliária, é extremamente grave para o concelho», acrescenta Maurício Ferraz, «e o PS não assumiu, na maioria dos casos, uma posição coerente, de luta por uma alternativa a esta situação».

Neste contexto, a acção dos vereadores, dos eleitos da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal, no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, tem sido de facto importante sobre o ponto de vista não só da apresentação de propostas concretas que alterem a

Centro histórico — um projecto para o futuro

gestão municipal, tendo em conta a satisfação das necessidades básicas da população, como do impedimento da aprovação de projectos que põem em causa a qualidade de vida e o ambiente em Vila Nova de Gaia.

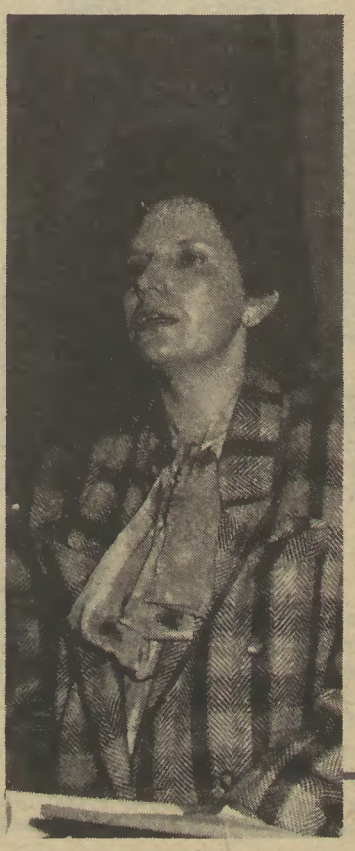
A camarada Ilda Figueiredo deu-nos alguns exemplos. «Foi por proposta da CDU que passou a ser considerada como fundamental a resolução dos problemas do saneamento básico — construção da rede domiciliária de distribuição de água, que ainda hoje não abrange 40% da população, e da rede de esgotos, que só beneficia 10% da população gaiense. E não apenas pela participação da CDU, através do camarada Claudemiro, no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, mas em concreto, por uma proposta nossa de redistribuição das verbas da derrama, uma parte com esse objectivo e outra para habitação social. O PSD, através do presidente da Câmara, pretendia dar prioridade na utilização dessa verba significativa, que envolve cerca de 800 mil contos, para a construção de parques industriais, o que não conseguiu».

Também no que respeita à descentralização da gestão municipal, a CDU deu importante contributo. «No início deste mandato apresentou uma proposta de reforço substancial das verbas a transferir para as 24 freguesias do concelho de Gaia, proposta que veio mais tarde a ser aprovada com os votos do PS, contra o PSD, beneficiando assim as freguesias e alterando profundamente a gestão das verbas municipais. Hoje podemos dizer que Vila Nova de Gaia é sem dúvida um dos concelhos do país que transfere mais verbas para as juntas de freguesia, por proposta da CDU». A estas duas deu Ilda Figueiredo destaque especial, no entanto muitas outras propostas são feitas semanalmente, visando a defesa dos interesses da população e dos trabalhadores, como é exemplo a aplicação das quarenta horas para todos os trabalhadores do município. Mas visando igualmente a defesa da transparência nas decisões que envolveram, nomeadamente, a aprovação de urbanizações e de projectos bastante complexos e polémicos. Foi graças à persistência da CDU que o processo do Hipermercado Continente, em Gaia, demorou cerca de um ano a ser analisado, porque se propôs contrapartidas, que inicialmente não foram aceites, mas que, com toda a discussão e debate que provocou, acabaram por ser aprovadas por unanimidade na Câmara e impostas ao empreender, como condições prévia para a execução do projecto.

«É lamentável que a Câmara Municipal não tenha tomado idêntica atitude em relação ao chamado Euromarché. E pode-se ver que houve uma intenção de impedir que a CDU contribuisse para a clarificação desse processo, pois alguns elementos da Câmara aproveitaram as férias dos vereadores da CDU (no ano de 88) para aprovar o projecto sem qualquer debate prévio na autarquia», denuncia ainda Ilda Figueiredo, lembrando que veio mais tarde a provar-se, também relativamente a este caso polémico, que a CDU tinha razão quando queria que ele fosse visto com mais cuidado. E lembra ainda outros projectos polémicos, as «Amoreiras de Gaia» ou a Marina da Afurada, que foram, pelas graves consequências que iria trazer para o concelho a sua execução, adiados e desmascarados, pela acção da CDU. No caso do projecto megalómano da Marina da Afurada, a CDU, em colaboração com grupos ecologistas e com todas as pessoas interessadas em defender a baía de S. Paio e o Cabedelo, desenvolveram intenso debate que impediu que, até hoje, não voltasse a ser presente à Câmara, apesar dos grandes interesses económicos que envolvia.

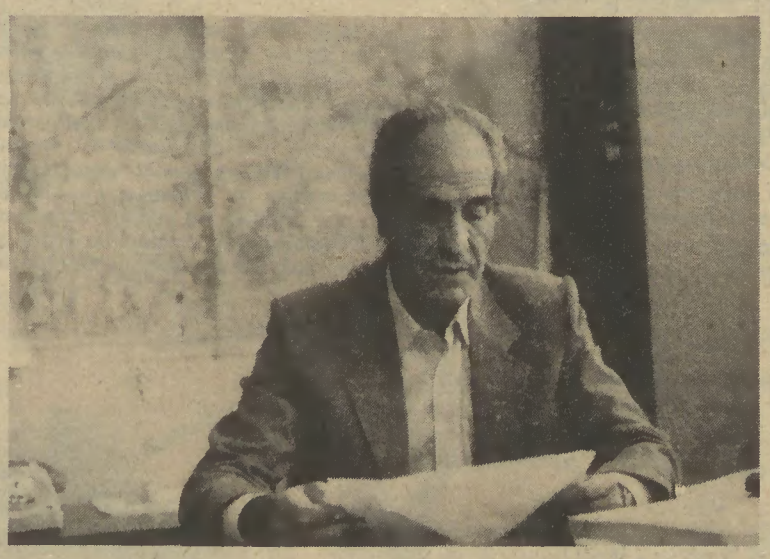
São exemplos, alguns apenas, que, como nos referiu Alberto Andrade «distinguem no terreno, na prática, a actuação dos vereadores da CDU da actuação dos vereadores das outras forças partidárias, que muitas vezes não é suficientemente conhecida. A capacidade que têm demonstrado de dialogar, de atenderem às preocupações individuais e colectivas dos munícipes e, naturalmente, também das Juntas de Freguesia, das Colectividades, dos professores, dos vários sectores, é outro aspecto que os tem caracterizado e que é de realçar. Do mesmo modo, a actuação do grupo da CDU na Assembleia Municipal, pela maneira tónica como têm vindo a actuar, pela capacidade de tomar a iniciativa, pela coragem — e digo coragem porque outras forças não o fazem — que demonstrem ao levantar certos problemas que são fulcrais e que outros estão interessados em praticar sobre eles o silêncio, constitui outra vertente caracterizadora da CDU no concelho que permite fazer a ponte com o futuro em Vila Nova de Gaia».

Um futuro que, na opinião da camarada Ilda Figueiredo, candidata a presidente da Câmara Municipal de Gaia nas próximas eleições autárquicas de Dezembro, «exige progresso e desenvolvimento, que tenha em conta a população, o seu bem-estar, a melhoria da sua qualidade de vida. Um futuro que só pode ser construído com os gaienses e não contra os gaienses». ■



Ilda Figueiredo

«Procuramos acima de tudo a resolução dos problemas fundamentais da população, ouvindo, em diálogo constante com todas as forças e sensibilidades, as diferentes opiniões e propostas daqueles que conhecem Vila Nova de Gaia»



Maurício Ferraz

«A continuação de uma Câmara PSD, que favorece os grandes interesses capitalistas, a grande especulação imobiliária, é extremamente grave para o concelho».

Alberto Andrade

«Dos municípios da Área Metropolitana do Porto, aquele cuja complexidade se aproxima mais de alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa é Vila Nova de Gaia»

A candidatura CDU

A CDU já anunciou que concorrerá a todos os órgãos autárquicos do concelho de Vila Nova de Gaia: Câmara, Assembleia Municipal e às 24 Assembleias de Freguesia do município.

A elaboração das listas está numa fase avançada e contam com numerosos apoios, na linha da boa tradição de abertura e alargamento unitário que caracteriza o trabalho dos eleitos em todos os órgãos autárquicos.

Em Gaia, a CDU apresenta-se «com fortes e justas aspirações num reforço das suas posições eleitorais e disponível para assumir e partilhar maiores responsabilidades na gestão do município e das freguesias. «Uma alternativa para o concelho», pelo projecto que defende, pelas pessoas que integra, pelo estilo de trabalho e disposição de colaboração com todos».

Para encabeçar as listas municipais a CDU apresentou em Gaia uma equipa de nível. Registamos a curta biografia de cada um deles. Para a Câmara Municipal **Ilda Figueiredo**, economista, actual vereadora da CMG, responsável pelo Pelouro de Ambiente e Jardins e deputada do PCP na Assembleia da República; **Maurício Ferraz**, técnico da EDP, vereador da CMG, responsável pelo Pelouro do Desporto e Tempos Livres.

Para a Assembleis Municipal — **Alberto Andrade**, bancário, independente. Foi Presidente da Comissão Adminsitrativa após o 25 de Abril, deputado na Assembleia Constituinte e Ass. da República, vereador da CMG e Presidente da Assembleia Municipal de Gaia. É membro do Movimento de Defesa da Constituição. ■

■ *José Paulo Oliveira*

Em Setembro

Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro

A concretização do Museu da Indústria Vidreira na Marinha Grande e a criação do campo arqueológico da Real Fábrica de Vidros de Coina contam-se entre os objectivos da Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro, que decorrerá no nosso país entre 17 e 23 de Setembro próximo. A iniciativa é organizada pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), sob os auspícios da Comissão Internacional para a Salvaguarda do Património Industrial (TICCIH). Os apoios são variados e integram naturalmente os municípios directamente envolvidos, casos do **Barreiro** e da **Marinha Grande**, para além de Lisboa, Figueira da Foz e Oeiras. Empresas, com especial relevo do sector vidreiro, a Fundação Gulbenkian, o Museu Nacional de Arte Antiga e o Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Arqueologia contam-se entre as entidades que confirmaram o seu apoio à Conferência. Recentemente foram divulgados os pormenores da iniciativa durante um encontro com jornalistas realizado na cidade da Marinha Grande.

A Marinha Grande (fotos) e o Barreiro são dois pontos de referência fundamentais na vasta programação de actividades da Conferência Internacional sobre a História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro, iniciativa que decorrerá no nosso país em Setembro. No caso concreto da Marinha Grande, a promoção desta iniciativa vai ao encontro de uma profunda aspiração do município e da população do concelho: finalmente, a concretização dum Museu relacionado com a actividade vidreira ao longo dos tempos. A Associação Portuguesa de Arquelogia Industrial (APAI), em íntima colaboração com o Município da Marinha Grande, num relatório enviado aos organismos oficiais, sublinha a «viabilidade de um Museu comparticipado, susceptível de contemplar núcleos museológicos, um dos quais no Palácio Stephens». A cedência de um espaço para reserva das colecções oferecidas ao Museu e a realização de um protocolo com a APAI, no sentido do estudo das peças e sua catalogação contam-se entre as medidas já tomadas pela CM da Marinha Grande.■

Nessa conferência de imprensa participaram a dr.ª Maria de Jesus Martins, responsável pela Divisão de Acção Socio-Cultural da CM da Marinha Grande; eng.º António Pedro, representante da indústria vidreira na Comissão Local da CIAIV (Conferência); Sérgio Monteiro, dirigente do Sindicato Vidreiro, membro da CL da CIAIV; José Luís de Sousa, vereador substituto do presidente da CMMG; dr. Jorge Custódio, presidente da APAI; dr.ª Luísa Santos, vice-presidente da APAI; Júlio Roque, representante do SINDEC da CL da CIAIV; Armando Constâncio, vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande; e Vítor Carvalho, representante de IVIMA na CL da CIAIV.

Três exposições

Segundo foi revelado aos jornalistas, a 21 de Abril, teve lugar a primeira reunião entre a APAI, as várias empresas vidreiras e a Câmara da Marinha Grande com o intuito de dar a conhecer o projecto da Conferência. Nessa reunião estabeleceu-se a composição da Comissão de Honra.

O problema do Museu da Indústria Vidreira foi de imediato levantado, procurando-se obter um consenso, tendo havido, por parte das empresas, uma total disponibilidade para a sua criação. Um dos pontos onde se obteve consenso foi o de o Museu ser comparticipado por toda a indústria vidreira e, por isso, não ficar ligado a nenhuma fábrica em especial. Ficou desde cedo patente a necessidade de o Museu abrir aquando da Conferência, ou de, pelo menos, um dos seus núcleos museológicos.

Procurou-se igualmente que o recinto da Real Fábrica dos Vidros de Coina se transforme num campo arqueológico com componente museológica considerado de interesse público.

Três foram as exposições concebidas para serem inauguradas no âmbito da Conferência: uma em **Lisboa**, no Museu Nacional de Arte Antiga, sobre «O Vidro em Portugal»; outra no **Barreiro** sobre «A Real Fábrica de Vidros de Coina» e, por último, outra na **Marinha Grande**, sobre «A Indústria Vidreira na perspectiva da Arqueologia Industrial».

Sob proposta da APAI, as empresas iniciaram um processo de investigação do seu passado, para, no âmbito da Conferência, se processarem visitas guiadas de carácter formativo e cultural.

Neste sentido, iniciou a APAI o levantamento do espólio existente nas fábricas de vidro da Marinha Grande e em Lisboa.

O dr. Jorge Custódio, perante a possibilidade de se avançar com o Museu da Indústria Vidreira, elaborou um relatório sobre a situação actual e hipóteses possíveis.

Encetaram-se contactos entre a Câmara Municipal da Marinha Grande e as empresas vidreiras detentoras de quotas da antiga Fábrica de Vidros Angolana, no sentido de ser disponibilizado aquele espaço para o futuro Museu da Indústria Vidreira, responsabilizando-se inicialmente a Câmara pelo arranjo de uma parte da antiga fábrica para guardar o espólio entretanto recolhido.

A APAI, nesse contexto, procedeu, em conjunto com as empresas vidreiras, à recolha dos apoios no âmbito do Museu, enviando ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro uma petição no sentido de apressar a fundação do referido Museu. Uma delegação composta pelo Governador Civil do Distrito de Leiria, vereadores e responsáveis da Câmara Municipal da Marinha Grande e o presidente da APAI, foi recebida pela Secretaria de Estado da Cultura em 11 de Maio passado.

A secretária de Estado da Cultura ficou de estudar o assunto e dar resposta, com a brevidade possível, sobre a institucionalização do Museu, visto que as condições estavam preenchidas para o efeito. A APAI comprometeu-se contudo em montar uma exposição para abrir ao público durante a Conferência.

Entretanto, a «Federico Bonnet» ofereceu a primeira colecção de peças para o Museu do Vidro, composta essencialmente de vidros de laboratório.

Comissão de Honra

Para além de divulgar o programa das iniciativas enquadradas na realização da Conferência, o recente encontro com os jornalistas proporcionou uma informação concreta sobre a constituição dos organismos de coordenação da Coordenação e a composição da sua Comissão de Honra, onde figuram as seguintes personalidades: o Presidente da República; o ministro da Educação; o ministro da Indústria; a secretária de Estado da Cultura; o Governador Civil de Leiria; o presidente da Câmara Municipal do Barreiro; o presidente da Câmara Municipal de Lisboa; o presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande; o presidente da Associação dos Industriais do Vidro de Embalagem; o presidente do Conselho de Administração da Covina; o presidente do Conselho de Administração da Fábrica Escola Irmãos Stephens; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química; o presidente do TICCIH.

Até este momento estava já confirmada a participação dos seguintes países: Áustria, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Noruega, Portugal, República Federal da Alemanha, Suécia, Bélgica e Índia. ■

União Económica e Monetária
Os riscos para Portugal

A menos de um ano de distância do início previsto para a entrada em vigor da primeira fase da realização da União Económica e Monetária (1 de Julho de 1990), a situação da economia portuguesa está longe de se poder considerar a melhor para resistir ao embate comunitário. No final do mês passado, o Conselho de Ministros de Cavaco Silva anunciava ter decidido «acelerar os estudos indispensáveis» à adesão de Portugal à UEM: uma decisão que no mínimo peca por atraso e, o que é muito mais grave, por não corresponder às necessidades nacionais.

Entre os principais riscos da criação do mercado interno financeiro (a que nos referimos no último número) salienta-se:

— exposição das políticas monetária e cambial nacionais à evolução conjuntural dos mercados financeiros internacionais, da gestão de tesouraria das multinacionais ou dos fluxos de capitais especulativos;

— possível agravamento dos desequilíbrios regionais e estruturais no seio da CEE, a deslocação das poupanças nacionais para os países mais ricos;

— perda de autonomia das políticas e das autoridades monetárias nacionais, devido à livre mobilidade de capitais e à fragilidade das moedas nacionais (dependência em relação ao marco, ao Banco Central e política monetária da RFA);

— concorrência acrescida nos mercados financeiros nacionais, com consequências directas sobre as instituições financeiras, em especial sobre a estrutura e o funcionamento das instituições bancárias;

— tendência para a absorção das instituições financeiras nacionais de relativa pequena dimensão (como os bancos e as empresas de seguros portugueses) por instituições estrangeiras de grande dimensão.

Até ao momento, em vez de tomar medidas que minimizem os riscos da integração, o Governo tem vindo a aceitar de forma mais ou menos passiva que a criação do mercado financeiro único seja considerada prioritária em relação à coesão económica e social. A cimeira de Madrid não veio alterar esta situação, como as próprias conclusões (de que publicamos em separado alguns excertos) demonstram. As referências à coesão económica e social permanecem no domínio das intenções, ao passo que as medidas de carácter económico e financeiro avançam a passos largos.

Enquanto avança a «Europa do capital», os aspectos sociais marcam passo. É verdade que nas conclusões de Madrid o «Conselho Europeu reafirma as suas conclusões de Hanover e Rodes no que diz respeito à realização do mercado interno como meio mais eficaz para a criação de empregos e para assegurar o máximo bem-estar a todos os cidadãos comunitários». Vai mesmo ao ponto de afirmar que «o desenvolvimento e a criação de empregos deverão ser a primeira prioridade na realização do mercado interno», apontando como objectivo da Comunidade a criação de «cinco milhões de empregos entre 1988 e 1990».

Mas nenhuma medida concreta, de carácter vincultativo, é apontada neste domínio, cabendo aqui lembrar que a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais — por muito positiva que seja nos seus articulados — permanece no domínio das declarações de intenções.

Acresce, por outro lado, que o Governo português não tem estado a aproveitar da melhor forma os períodos de transição e os fundos estruturais para promover a melhoria da estrutura produtiva nacional, as alterações da especialização produtiva, a reestruturação dos sectores em crise, entre outros, sem o que será ainda mais difícil enfrentar o mercado interno.

Continuam por fazer, como é reconhecido a nível oficial, os estudos aprofundados sobre as consequências da UEM para o mercado e sistema financeiro português, de modo a permitir um amplo debate público sobre as acções necessárias para lhe fazer frente.

O Governo continua também a permitir a liberalização dos movimentos de capitais, em particular os de curto prazo, para além do que é exigido pelas instâncias comunitárias e está a penalizar o sistema bancário (em especial o nacionalizado), com as suas políticas de cobertura do défice orçamental e fiscal, dificultando o fortalecimento dos bancos para enfrentarem a concorrência acrescida resultante da criação do mercado financeiro interno.

A ilusão comunitária

Acreditar que os «contras» da UEM podem ser compensados pela livre circulação de pessoas, melhores oportunidades de emprego e salário, por exemplo, não passa de uma ilusão.

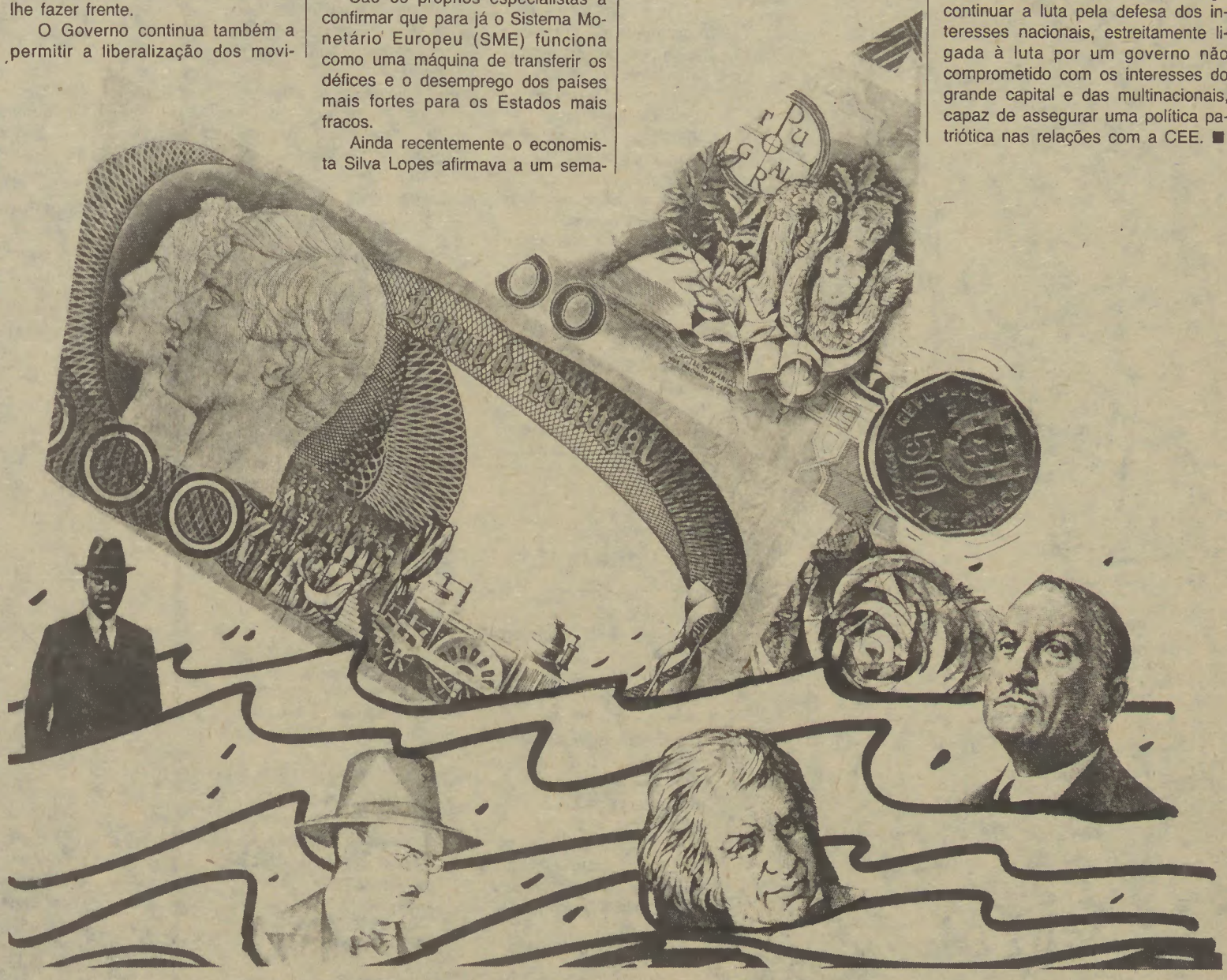
São os próprios especialistas a confirmar que para já o Sistema Monetário Europeu (SME) funciona como uma máquina de transferir os défices e o desemprego dos países mais fortes para os Estados mais fracos.

Ainda recentemente o economista Silva Lopes afirmava a um seminário que apesar da liberdade de circulação de mão-de-obra estar prevista para os emigrantes portugueses a partir de 1992, mesmo «após o desaparecimento dos obstáculos jurídicos, subsistirão outras barreiras provenientes das diferenças linguísticas, culturais e até das altas taxas de desemprego existentes em vários países europeus». A propósito, cabe lembrar que na Grã-Bretanha, onde o desemprego tem vindo a decrescer nos últimos três anos, as taxas de desemprego continuam a ser duas vezes mais importantes do que em 1979.

Ainda segundo aquele economista, a experiência tem demonstrado que a união económica e monetária entre regiões com diferentes estádios de desenvolvimento tende a criar dificuldades ao crescimento económico das mais pobres. Para o impedir tornam-se necessárias medidas compensatórias, quer no respeitante à circulação de mão-de-obra, quer às transferências financeiras.

As limitações no primeiro caso são evidentes. Em relação ao segundo, diz Silva Lopes, «tem sido feito um grande alarde à volta dos recursos dos fundos estruturais comunitários a favor de Portugal mas, e independentemente da insuficiência das respectivas aplicações, esses recursos são notoriamente escassos em comparação com aqueles normalmente recebidos pelas regiões mais pobres de alguns países ricos, como o Reino Unido e a Alemanha».

Ou seja, como desde sempre o PCP tem vindo a alertar o espaço social europeu está estreitamente limitado pelos interesses dos países mais fortes e pelos imperativos da rentabilidade do capital. O que exige continuar a luta pela defesa dos interesses nacionais, estreitamente ligada à luta por um governo não comprometido com os interesses do grande capital e das multinacionais, capaz de assegurar uma política patriótica nas relações com a CEE. ■



Algumas das conclusões

1. O Conselho Europeu reitera a sua determinação de realizar progressivamente a união económica e monetária tal como prevista pelo Acto Único e confirmada no Conselho Europeu de Hanover. A união económica e monetária deve situar-se na perspectiva da concretização do mercado interno e no contexto da coesão económica e social.

2. O Conselho Europeu considera que o relatório do Comité presidido por Jacques Delors, que define um processo que deverá conduzir por etapas à união económica e monetária, corresponde inteiramente ao mandato conferido em Hanover. O Conselho Europeu considera que a sua realização deverá ter em conta o paralelismo entre os aspectos económicos e monetários, respeitar o princípio da subsidiariedade e corresponder à diversidade das situações específicas.

3. O Conselho Europeu solicita às instâncias competentes (Conselho ECOFIN e Assuntos Gerais, Comissão, Comité de Governadores dos Bancos Centrais, Comité Monetário):

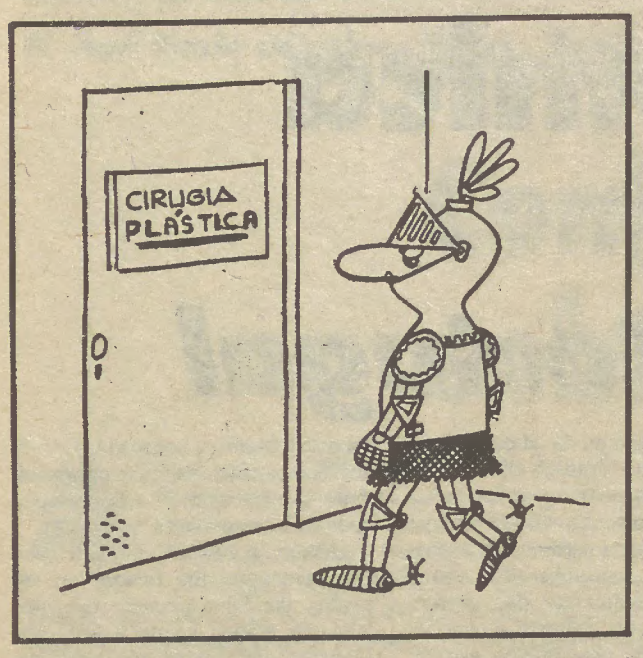
a) que adoptem as disposições necessárias para o arranque da primeira fase em 1 de Julho de 1990;

b) que realizem os trabalhos preparatórios a fim de reunir uma conferência intergovernamental destinada a estabelecer as fases posteriores; esta conferência reunir-se-á logo que a primeira fase tenha começado e será precedida por uma preparação completa e adequada.

Europa dos Cidadãos

O Conselho Europeu considera que, apesar dos resultados obtidos em alguns «dossiers» significativos da Europa dos Cidadãos, os progressos são insuficientes e convida o Conselho e a Comissão a fazerem o ponto da situação do avanço dos trabalhos neste domínio e a retirarem as necessárias conclusões operacionais. O Conselho apresentará um relatório ao Conselho Europeu na sua próxima reunião.

(*In* Conclusões da Presidência, Conselho Europeu, Madrid, 26/27 de Junho de 1989)



Pontos Cardeais

Saudades e regozijos

Quando toca ao restauracionismo, eles esmeram-se. Não mostram apenas saudades e regozijo, mas também esmero. É o caso da revista «Expresso», que a semana passada brinda os seus leitores com uma boa dúzia de páginas sobre o «renascimento dos grupos económicos». Abrindo o jogo e os jogos de poder que estiveram e estão por detrás das privatizações e da reconstituição dos monopólios – antigo sustento do poder fascista –, eles afirmam o regresso dos grupos que, sublinham, «não são exactamente os mesmos». «O termo grupo está na moda», dizem ainda, «associado a prestígio, dinamismo, dignidade e poder».
Cabe perguntar quem o pôs na moda, quem lhe deu uma ajudazinha em termos de propaganda, quem lhe deu a tal imagem de «prestígio, dinamismo, dignidade».
Quem lhe entrega o poder sabemos nós.
Abrindo um triste vislumbre de futuro, o «trabalho», diz ainda que «dois factores irão mostrar quem é de facto um grupo e detém poder: as privatizações e o desafio de 1992».
Também sabíamos: que as privatizações visavam a concentração capitalista a caminho dos monopólios; e que a integração e 1992 visavam facilitar estes tortuosos caminhos, recuperadores do passado.
Que, de facto, não serão exactamente os mesmos...

A coroa... de «glória»?

Feita uma «selecção» a partir das «qualidades» apresentadas pelos novos e velhos grupos económicos constituídos – «que se têm salientado nos últimos anos pelo seu dinamismo, capacidade de risco, número de empresas que dominam e grau de internacionalização dos seus negócios» – o «Expresso» aponta depois, como «coroa de glória» para um grupo português naquelas condições, a sua admissão na... Bolsa de Londres. O contemplado desta semana com tal glória foi o grupo «Espírito Santo». Onde é que a gente já ouviu tal nome?

Os «sucessos» de Cadilhe

Apostados em sublinhar os «sucessos» de Cadilhe, alguns jornais embandeiraram em arco com a operação bolsista realizada com a venda do Totta, o tal banco nacionalizado que era tão bom, tão bom, que o melhor era vendê-lo. E agora é tão bom, tão bom, que a venda rendeu 28,5 milhões de contos.
A publicidade anterior foi feita um pouco por todo o lado, com destaque para a televisão.
A publicidade de agora é feita por alguns. Pelo «Correio da Manhã», por exemplo. E pelo «Europeu».
O primeiro, entretanto, não fala apenas dos «sucessos» de Cadilhe. Fala do puxão de orelhas que a CEE lhe deu pela «inquietante evolução das contas externas» de Portugal.
Quanto às contas internas, não é a CEE quem lhe puxa as orelhas. É o Zé pagante, que vê a inflação subir aos 12,6 por cento. Contas feitas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Quando a palavra não chega

A política de certos políticos vale tanto ou tão pouco quanto a palavra que dão ou as palavras que produzem. E quem assim avalia a palavra ou as palavras desses políticos não somos nós mas, no caso vertente, esses mesmos políticos.
Por exemplo, o CDS – as comissões concelhia e distrital daquele partido – propuseram, segundo alguma imprensa, ao PSD, retomar as negociações para a formalização de um acordo com o partido governamental, com vista às autárquicas de Lisboa.
Não chegou – está visto – a candidatura de Marcelo e o apoio de Abecasis. Nem os encontros com Cavaco e com Freitas. É preciso, antes do «empenhamento», passar tudo a preto no branco. Não vão alguns dar entretanto o dito por não dito.

Gazetilha

por Ignotus Sum

O dinheiro

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão
para muita gente é mito
que mata, se o apanha à mão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão
muita gente se tem frito
no seu óleo de cifrão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
Até se diz que é bendito
ladrão que rouba a ladrão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
E é porque é bonito o dito
que alguns para a Europa vão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
Há quem vendo este mosquito
o apanhe até com arpão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
Quando eu me vir aflito
vou para a governação...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão
e além de bonito, o dito,
até dizem que é cristão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
Metido num sobrescrito
faz cada demolição...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão
faça ele qualquer delito
nunca vai para a prisão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
O agrário toca o apito
cai-lhe a reserva na mão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, o maganão.
Sabe tudo, este erudito.
Lava tudo, este sabão...

O dinheiro é tão bonito
tão bonito, este ladrão,
ele é o grande favorito
ele é a grande paixão
assim, assim como é
forte, risonho, guapo...

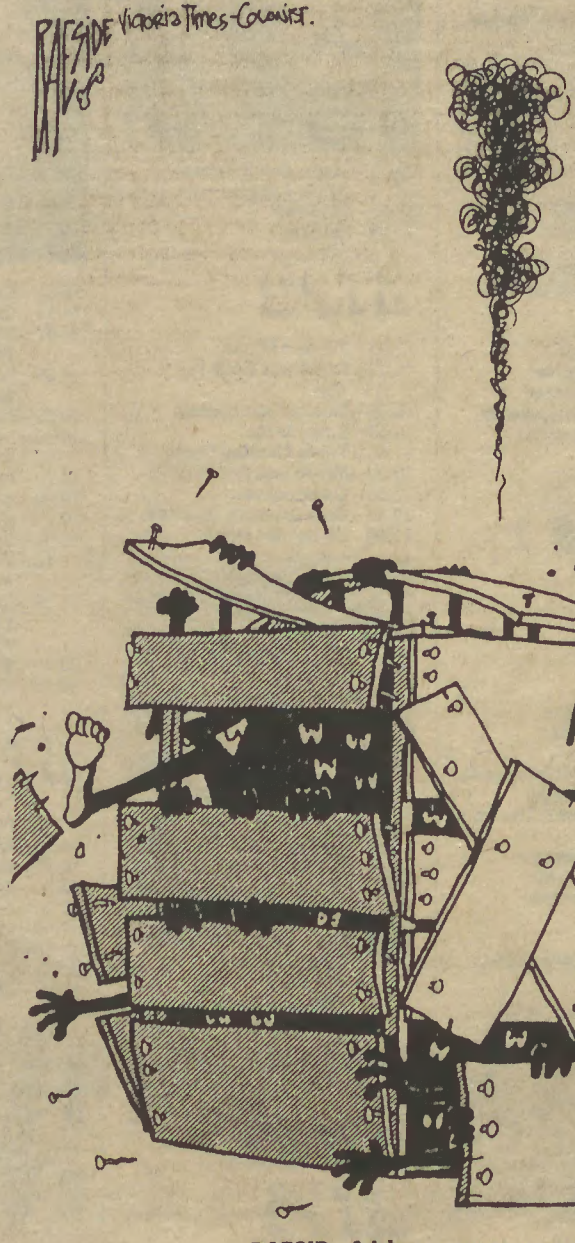
... Quando vem da CEE
tlim, papo...

Agenda / INFANTADO

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 811
13 de Julho de 1989
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Convívio e amizade marcam encontro

ANTOLOGIA



RAESID, Adrian, *Canadá.* in *«Selecção de Cartoons Anti-Apartheid», edição das Nações Unidas — Nova Iorque 1989*

TV O Programa

Quinta 13

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega & Chique** (158.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.40 – **Um Anjo na Terra**
14.15 – **Desconhecidos** (4.º epis)
14.40 – **Os Anos que Contam**
15.05 – **Commander Cody & The Airmen**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.35 – **Brinca, Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando** (82.º epis.)

21.15 – **À Conquista da Última Fronteira** (3.º epis.)

22.15 – **Pisca, Pisca**
23.15 – **Portugal está a Mudar** (Série, 1.º progr.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **O Grande Sertão Veredas** (repetição, 14.º epis.)
16.30 – **Lá em Casa Tudo Bem**
16.55 – **Sinhá Moça** (103.º epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **TV 101** (11.º epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude**
21.55 – **Hora da Verdade**
22.55 – **Hitchcok Apresenta...**
23.30 – **Primeiro Andamento.**

Sexta 14

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega & Chique**
13.00 – **Jornal da tarde**
13.30 – **Gloss** (4.º epis.)
14.25 – **Imagem e imagens**
15.05 – **Gloria Stefan & Miami Sound Machine**
16.05 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.20 – **Brinca Brincando**
17.55 – **P'ra Variar**
19.00 – **Telejornal**
19.30 – **Boletim Meteorológico**
19.35 – **Sassaricando**
20.30 – **Homenagem à Marselhesa** transmissão directa de Paris do espectáculo-desfile comemorativo do bicentenário da Revolução Francesa)
23.45 – **24 Horas**
00.05 – **Remate**

00.35 – **Pela Noite Dentro** «Um Estranho na Minha Cama» real. Larry Elikan (telefilme, EUA/1986, 96 min.).

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **A Aventura do Impossível** (4.º epis)
19.00 – **Haja Música**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Um Homem dos Diabos** (4.º epid)
22.30 – **Rumo aos Céus** (8.º epis.)
23.20 – **Entre Barreiras**
23.50 – **Rotações**

Sábado 15

RTP1

9.00 – **Juventude e Família** (Desporto e ciência, Era uma vez a Vida, o Safari do João Valentão, Cervos e Gamos, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.05 – **Trânsito**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**
14.05 – **Sessão da Tarde** «A Rainha do Baile», real. Sam O'Steen (EUA/1975, 96 min.)
16.00 – **Circo, circo**

17.35 – **Crime, Disse Ela**
18.20 – **Vivamúsica**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
20.45 – **Pink Floyd para a Europa** (transmissão directa)

22.15 – **As Noites Revolucionárias** «A Morte Passou por Perto» real, Terence Fisher (GB/1964, 83 min.)

RTP2

10.00 – **A Malta de Bronx** (11.º epis.)
10.45 – **Vestígios** (série, 4.º epis.)
11.45 – **Via Rápida**
12.40 – **Compato Brega & Chique**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Quem Sai aos Seus**
19.55 – **Music Box**
20.50 – **Elogio da Leitura**
21.15 – **A Saga do Padrinho** (5.º epis.)
22.15 – **Segredos e Mistérios**
23.45 – **Basquetebol Internacional**

Domingo 16

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70x7**
12.30 – **Tv Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Por Todo o Ouro do Transval** (últ: epis.)

14.00 – **Alô, Alô**
14.30 – **Terra X**
15.30 – **Primeira Matinée** «Se Paris Falasse...», real. Sacha Guitry (Fr./1956, 130 min.)
17.15 – **Jogos de Verão**
19.00 – **O Justiceiro**
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Alf, Uma Coisa do Outro Mundo**
21.15 – **O Barco e o Sonho** (7.º e últ. epis)
22.25 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

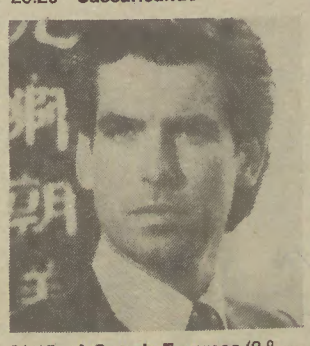
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
14.00 – **Troféu**

18.00 – **Derrick** (18.º epis.)
18.50 – **O Mundo em Extinção**
19.45 – **17 Obras de Grandes Autores**
20.45 – **Lusitânia Expresso**
21.20 – **Artes e Letras** Georg Grosz
22.20 – **Cineclube** Ciclo F.W Murnau: «Nosferatu» (Alemanha/1921, 63 min).

Segunda 17

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **A Rota de Howard**
14.15 – **A Brigada Falcão**
14.40 – **Os Que Não Voltaram**
15.05 – **Country Music Session**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**



21.15 – **A Grande Empresa** (3.º epis.)
23.00 – **Portugal ao Encontro da sua História**
23.30 – **24 Horas**
24.00 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha!**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Os Amigos do Basebol** (telefilme)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas**
21.55 – **Concerto Inaugural da Ópera da Bastilha.**

Terça 18

RTP1

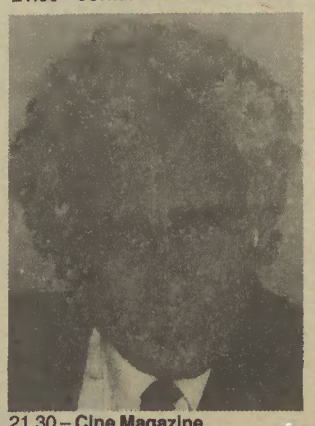
09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Os Filhos dos Flinstones**
14.40 – **Um Certo Sorriso**
15.10 – **Albert Collins & The Ice Breakers**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**

20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Era Uma Vez Um Polícia** (5.º epis.)
22.10 – **Primeira Página**

23.15 – **Chefe, Mas Pouco...** (série, 1.º epis.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Rumo aos Céus** (4.º epis.)
16.25 – **Música Portuguesa**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Music Box** (Via Rápida)
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**

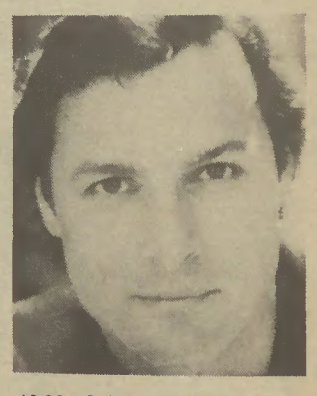


21.30 – **Cine Magazine**
22.00 – **Cinemadois:** «Um Homem a Queimar». Real. Paolo e Vittorio Taviani (Itália/1963).

Quarta 19

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**



13.30 – **Colt em Acção** (5.º epis.)
14.15 – **Os Campbells** 9.º epis.)
14.45 – **Festas e Romarias de Portugal**
15.05 – **Solomon Burke and Band**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.10 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.25 – **Lotação Esgotada:** «Há Lodo no Cais». Real. Elia Kazan (EUA/1954, 108 m)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha!**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Rio Amarelo** (últ. epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis** (60.º epis.)
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (19.º epis.)
23.15 – **Música n'América.**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

Comuna — Café-Teatro, Praça de Espanha. Sáb., 22.00. **Festival da Otite**, textos Carlos Paulo, encen. João Mota.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom. às 22.00. **Comunidade**, de Luiz Pacheco, encen. José Carretas.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro do Bairro Alto, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, sobre textos de Cocteau/Tchekov/O'Neill, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador.**

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom. às 16. **As Sabichonas**, de Molière, enc. Ruy de Matos.

Teatro Villaret, Av. Fontes P. de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• **ESTORIL**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Lisístrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

Filmes

«Um Estranho na Minha Cama» — 6.ª, 00.15, RTP-1
«A Rainha do Baile» — sáb., 14.05, RTP-1
«A Morte Passou de Perto» — sáb., 23.40, RTP-1
«Se Paris Falasse» — dom., 15.15, RTP-1
«Nosferatu» — dom., 22.20, RTP-2
«Um Homem a Queimar» — 3.ª, 21.15, RTP-2
«Há Lodo no Cais» — 4.ª, 21.30, RTP-1

Música

Quinta
15.05, RTP-1: **Commander Cody & The Airmen**
23.20, RTP-2: **Primeiro Andamento**

Sexta
15.05, RTP-1: **Gloria Stefan & Miami Sound Machine**

Sábado
18.20, RTP-1: **Vivamúsica**
19.55, RTP-1: **Music Box**
21.35, RTP-2: **Trio Odemira**

Segunda
15.05, RTP-1: **Música Country**
19.00, RTP-2: **Music Box**
21.15, RTP-2: **Concerto inaugural da Ópera da Bastilha**

Terça
15.10, RTP-1: **Albert Collins & The Ice Breakers**
18.00, RTP-2: **Music Box**

Quarta
15.15, RTP-1: **Solomon Burke**
23.15, RTP-2: **Música n'América**

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.15), 6.ª (23.45), 2.ª (24.00), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.15).
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 14.00)
Basquetebol: RTP-2, sáb., 23.50

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Leitora	—	—	—	★★★★
B	Fuga sem Fim	—	★★★	—	★★★
C	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
D	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	—	★★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Michel Deville – **Amoreiras/7** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) – **Lisboa**.
B — Real. Sidney Lumet – **Alfa/3** (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), **Amoreiras/3** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
C — Real. M. Scorcese, F.F. Coppola e W. Allen – **Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) – **S. Jorge/2** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), – **Lisboa**.
D — Real. David Cronenberg – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). **Lisboa**.
E — Real. Pedro Almodôvar – **Amoreiras/8** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 00.15), **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

...e ainda

Música. debates. etc.

Músicas da Revolução

A propósito do bicentenário da Revolução Francesa, que amanhã se comemora, realizam-se em Lisboa alguns espectáculos durante os quais se recordará a música revolucionária dela nascida — música popular nuns casos, noutros música erudita, composta para as salas de concerto e os cantores e instrumentistas profissionais.

Um dos espectáculos anunciados intitula-se «Bastilha» e tem a colaboração da **Escola de Circo de Santa Catarina**, do **Teatro Experimental de Cascais**, e dos grupos musicais **Os Tubarões**, de Cabo Verde, e **Quilapayun** — este de chilenos, sediado em França desde o golpe de 73. Realiza-se **amanhã**, às 22.00, no **Pátio do Palácio da Ajuda**, com bilhetes a 500$00.

Um outro espectáculo comemorativo tem lugar **hoje**, também às 22.00, na **Praça do Município**. Participam um conjunto de música de baile, **José Mário Branco** e a soprano **Elvira Archer**.

E, por fim, «Salut à la France», o espectáculo anunciado para o **Teatro Nacional de S. Carlos, amanhã** à noite: colaboram o **Coro de S. Carlos** dirigido pelo maestro **Gianni Beltrami**, os cantores **Manuela Castano, Carlos Guilherme e José Fardilha** e o pianista **Paulo Santos**, na interpretação de música inspirada na Revolução da autoria de compositores franceses.

Festivais

Integrados nos diversos festivais de música em curso realizam-se esta semana dois concertos de piano especialmente aguardados: o de **Pedro Burmester** no encerramento do Festival de Sintra — **hoje** às 18.00 na Quinta do Vinagre — e o de **Maria João Pires** no sábado, no Cine-Teatro Luísa Todi em **Setúbal**. Pedro Burmester interpretará obras de Schubert e Schumann; Maria João Pires obras de Mozart, Beethoven e Schubert.

O Festival da Costa do Estoril promove esta semana os seguintes concertos: **hoje**, no Hotel Palácio do Estoril, com **Diethard Auner**, violoncelo, e **Irina Belianskaja-Auner**, piano; **amanhã**, na Igreja dos Salesianos, no Estoril, com a **Orquestra Sinfónica Juvenil** e o **Coro do Instituto Gregoriano** (obras de Fauré e Brahms); **domingo**, no Hotel Palácio, recital do violista **Gerardo Ribeiro** com **Fernando Azevedo** ao piano (obras de Brahms, Beethoven e Haendel).

E — embora não integrado em qualquer festival — pode aqui ser ainda referido o recital de guitarra portuguesa de **Pedro Caldeira Cabral** no belíssimo cenário do **Convento do Carmo**, em Lisboa — uma boa proposta para acabar, no domingo à noite, o programa cultural do fim-de-semana.

Concertos em Loures

Mais um concerto integrado nos «Encontros com a música portuguesa de câmara» que têm vindo a ser promovidos pelo município de Loures: hoje, às 21.30, no Salão Paroquial de **Santo António dos Cavaleiros**, com o concurso do agrupamento «Contemporarte» formado por **António Salote** (clarinete), **Irene Lina** (violoncelo) e **Olga Prats** (piano).

Mas em Loures também se faz esta semana *a outra* música, no prosseguimento do programa de espectáculos ao ar livre que tem animado vários locais do concelho. Esta semana sempre em **Odivelas**, na Praça Egas Moniz, e sempre às 22.00, espectáculos com a **Companhia de Dança do Tejo** e **Carlos do Carmo** — amanhã, dia 14; com os **GNR** — sábado; com **Os Delfins** — domingo.

Acampamento juvenil

Falta pouco mais de uma semana para o acampamento no Parque de Campismo de Alpiarça que está a ser organizado pela JCP de Santarém. É nos dias 22 e 23 e vai ser tempo para tudo: dos tempos-livres que cada um usará como entender até aos tempos organizados de convívio, debate, música, canoagem.

Ainda é possível a inscrição: na sede da JCP em Santarém ou em qualquer dos Centros de Trabalho do PCP no distrito.

Animação cultural na Marinha

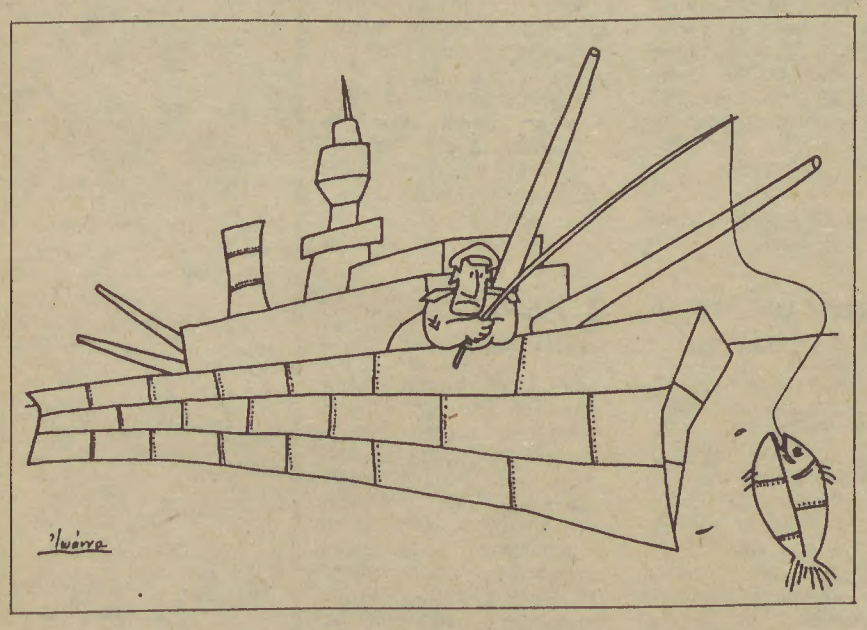
Nas praias de Vieira e de S. Pedro de Moel a Câmara Municipal da Marinha Grande está a promover actividades de animação cultural dirigidas sobretudo aos veraneantes que ali tradicionalmente acorrem em grande número.

Esta semana o destaque vai para dois espectáculos: com **Sérgio Godinho** amanhã às 22 na **Praia da Vieira**, e com **Carlos do Carmo** no sábado, também às 22.00, na Pç. Afonso Lopes Vieira em **S. Pedro de Moel.**

Cinemateca

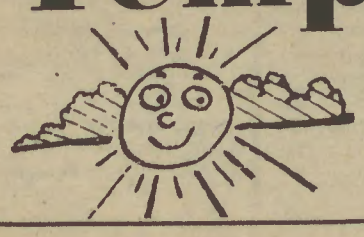
Jazz e **Guerra** são fundos temáticos de dois ciclos actualmente em curso na Cinemateca Portuguesa, oportunidade para ver algumas preciosidades há muito retiradas dos circuitos comerciais de exibição.

No que respeita a «Cinema e Jazz», destaque da semana para dois filmes: **A Cidade do Jazz**, de Arthur Lubin, de 1947, com Billie Holiday e Louis Armstrong — no dia 15 às 21.30 — e **Shadows**, um filme realizado em 1960 por John Cassavetes — no dia 17 às 21.30.



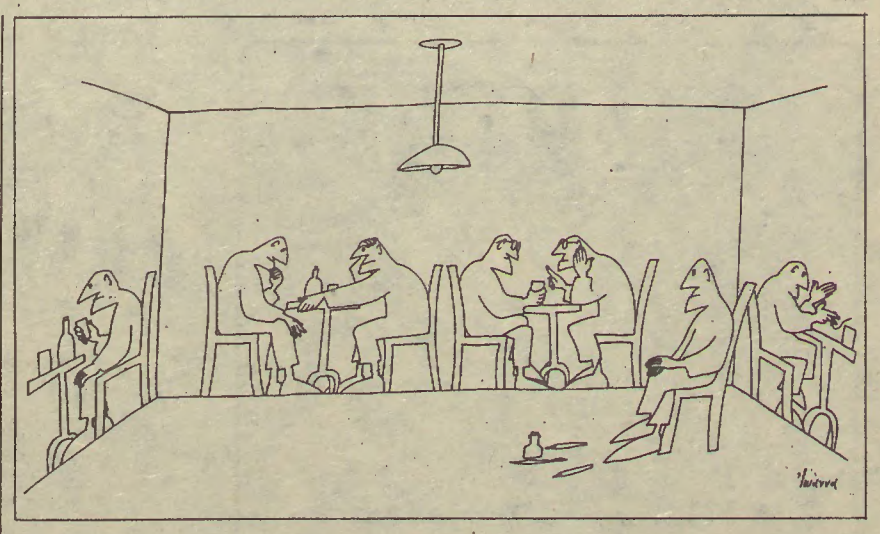
Tempo

Fim de Semana



Para sábado e domingo céu limpo, vento fraco soprando em regime de nortada durante a tarde no litoral Oeste.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Exposições

• **LISBOA**

Amália Rodrigues – 50 Anos – A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do teatro, Estrada do Lumiar, 10. de 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.

Ângela Garcia – Pintura em batik. Gal. Espiral. Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30.

António Ramos Rosa – Desenho. Clube Cinquenta, R. S. Mamede, 9. De 2.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 26/7).

Bernardo Marques — Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Carneiro — Pintura. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 21/7).

Colectiva de pintura (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Adão Rodrigues, António Inverno, António Sem, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha). Gal. Miron, Rua do Mirante, 14 r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/7).

Colectiva de pintura (Artur Bual, Hilário Teixeira Lopes, Marília Viegas, Rogério Amaral). Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. de 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 22/7).

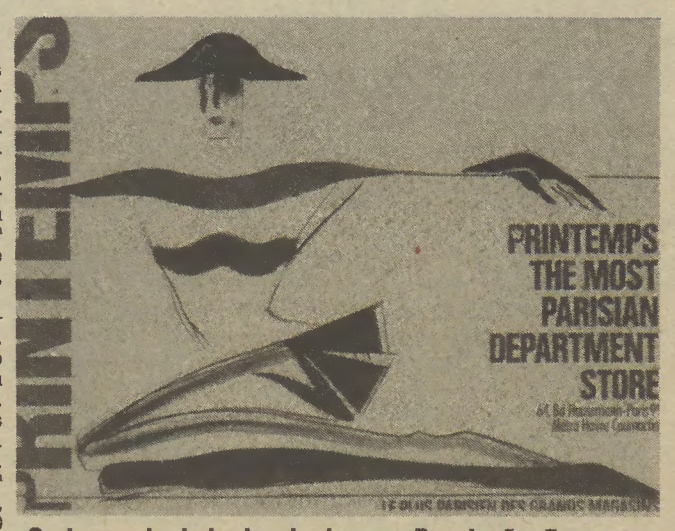
Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.

Esculturas de alunos do AR.CO (Francisco Peres, Gilberto Reis, Noémia Leal, Paulo Ferreira). Gal. João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 14/7).

Félix Marques — Pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00.



Cartazes de hoje inspirados na Revolução Francesa de há 200 anos — *no Instituto Franco-Português*

Gravuras Italianas do Séc. XVII. — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7).

João da Rosa — Pintura. Palácio dos Coruchéus (Alvalade). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/7).

Livros Antigos Portugueses (impressos e manuscritos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Livros Portugueses de Cozinha — Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho).

Maria João Franco — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/7).

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

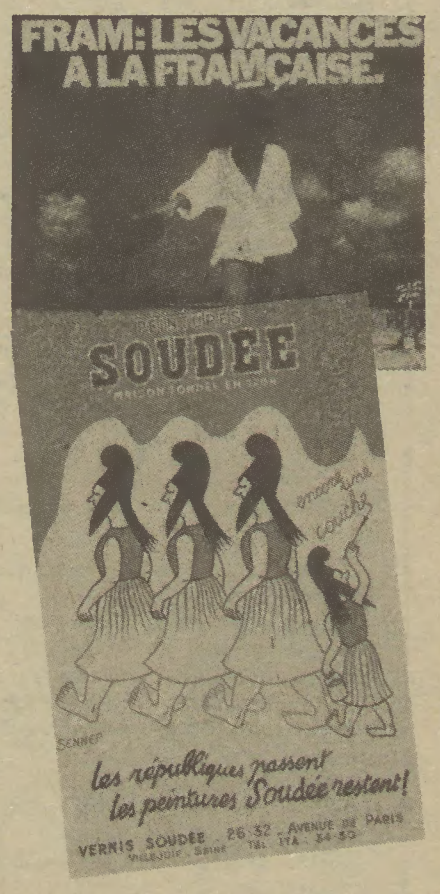
Paula Rego — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 111. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 15/7).

Paulo Oliveira — Fotografia subaquática. Centro de Actividades Subaquáticas, Rua Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 15.30 às 20 e das 21.30 às 24 (até 23/7).

«La Revolution à l'affiche» — Documental, organizada pela Bibliotèque Publique d'Information do Centro Pompidou — e **«As Cores da Revolução»** — cartazes de alunos da ESBAL. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bívar. De 2.ª a sáb. das 10 às 19.

Sérgio Taborda — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.



• **PORTO**

As Artes na Televisão — das artes tradicionais ao vídeo, «exposição-espectáculo» produzida pelos museus Stedelijk de Amsterdão e de Arte Contemporânea de Los Angeles. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3.ª a dom. das 14 às 20.

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/7).

Tiago Manuel — Desenho. Gal. Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.

• **OUTRAS LOCALIDADES**

3.ª Bienal de Escultura e Desenho das Caldas da Rainha e Retrospectiva de escultura de Martins Correia. Pavilhões do Parque D. Carlos I. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. a partir das 10 (até 15/9). CALDAS DA RAINHA.

António Sena — Pintura e desenho. Convento dos Capuchos. De 2.ª a sáb. das 16 às 19.30. COSTA DA CAPARICA.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Tecidos de 20 jovens pintores, escultores e designers portugueses, produzidos por uma empresa têxtil. Palácio da Pena. De 3.ª a dom. das 9 às 17 (até 31/7). SINTRA. **Colectiva** de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 TORRES VEDRAS.

a TV

A criminosa Dragagem...

O Governo não tem critério nenhum. O Governo pediu na Assembleia da República para, a propósito da segurança rodoviária, prender a torto e a direito jovens de 16 e 17 anos até um ano (repare-se o que isto é, para jovens!). (...) Mais, em matérias de infracções fiscais, o Governo prevê penas de prisão. «Mas em matéria de contrabando, descaminho de direitos, etc., aí o Governo é despenalizador! (...) Tal medida visa a concessão de uma verdadeira amnistia a entidades que durante anos se dedicaram a dragar para o estrangeiro milhões e milhões de contos, como é o caso da DOPA. (...) Assim, isto equivale ao governo mandar para o Brasil, ao Queirós de Andrada, um telegrama dizendo «Queirós podes vir caso DOPA enfim morto...».

(...) São altas personalidades da sociedade portuguesa e que podem pagar com toda a facilidade uma multa, uma coima mas que, evidentemente, prisão-não! As prisões estão cheias de garotos que por força do actual Código Penal estão em prisão preventiva meses a fio. Mas em relação aos crimes de alto coturno, para esses brandas-medidas. Essa concepção nós não aceitamos.

(...) A sangria foi enorme. Pois foi. Entre 1978 e 83 foram mais de 400 milhões de contos para fora. Só a DOPA dragava todos os anos cerca de milhão e meio de contos. E quem é que estava no governo nesse período? Era o governo AD de que era ministro das Finanças o inefável dr. Cavaco Silva...

(...) O Governo é masoquista. Quanto mais é criticado, mais acha que está com a razão.

(...) Certas investigações não são feitas. O Queirós Andrada está no Brasil, calmamente na sua empresa e ninguém executa o mandato de captura contra ele, como é óbvio. A conta que a DOPA tinha na Suíça não é investigada. O governo não faz nada. Os membros dessa lista também não são investigados. E isto é que é um escândalo — e não é europeu, porque em países da Comunidade escândalos de ilícitos de tráfico de capitais são sancionados e punidos. Em Portugal, muito provincianamente, o Governo despenaliza e permite que sejam amnistiados casos gravíssimos de ilícitos de tráfico de capitais o que nos converte num caso muito triste de «República das bananas».

Ter razão — ou nada ter

O que acabam de ler (e peço que o releiam com a máxima atenção pois, na sua simplicidade, se trata de um libelo acusatório de grande potência contra a imoralidade do governo de Cavaco Silva) são extractos da intervenção de José Magalhães, deputado do PCP, na emissão **Parlamento**. Nessa emissão intervieram igualmente os deputados Vieira de Castro, do PSD, e Nogueira de Brito, do CDS.

Tratava-se de um debate sobre o pedido de autorização do governo para legislar sobre a descriminização dos ilícitos de tráfico de capitais. Ou seja, quem fez sair dinheiros do país de maneira ilegal deixa de ser considerado criminoso e, portanto, não poderá ser punido com a pena de prisão!

À veemência, plena de naturalidade e de lucidez, com que José Magalhães tratou este assunto, responderam os outros deputados de forma atabalhoada e morna. O contraste foi tão chocante que o impacte televisual traduzia, só por si, o lado para onde pendia o prato da justiça.

E não conclua daqui que os deputados Vieira de Castro e Nogueira de Brito sejam tolos ou intelectualmente fraquinhos. Longe disso. Não é capacidade dialéctica o que lhes falta. O que lhes falta, pura e simplesmente, é a razão. E nesse caso muito pouco se pode fazer.

Claro que, por vezes, quem tem razão pode não saber impô-la. Com José Magalhães isso não acontece. Ele não se empata com circunlóquios e perífrases, ele vai direito ao cerne dos problemas, expõe com meridiana clareza, mostra uma permanente atenção aos argumentos dos adversários. E tudo sem recorrer a nenhum tipo de agressão verbal que, em TV, se volta contra quem a usa.

Pois é, pois é. As imoralidades acumulam-se. Quem sabe se não está na forja algo como a necessidade de um governo para combater a corrupção...

... Governo que não poderia ser, como é óbvio, liderado pelo PSD...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Ontem

É este, ainda, um dos trunfos dos jornais diários: contam o que se passou ontem. Não me diga que não leu?

Espanhóis no Totta

«O Banco Espanhol de Crédito, Banesto, adquiriu um lote de 800 mil acções do Banco Totta e Açores, 6,5 por cento do capital privatizado, referiram ao DN fontes financeiras.

A transacção, embora não confirmada oficialmente, terá sido realizada ao preço de 4400 escudos por acção, movimentando no total cerca de 3,5 milhões de contos.

Os espanhóis terão, assim, dado um passo decisivo na concretização do seu objectivo inicial: obter uma participação mínima de dez por cento, que lhes garantisse o controlo do Totta e Açores depois da sua integral privatização.

A sociedade de investimento Hispano-Americano, que tem como principal accionista o banco espanhol do mesmo nome, esteve também muito activa na operação de privatização do BTA. A sociedade actuou como intermediária de investidores nacionais, adquirindo uma *fatia* de cinco a sete por cento, num valor global de dois milhões de contos.

A próxima admissão à Bolsa do Grupo Dimensão foi ainda notícia no mercado de capitais, que viveu ontem um dia agitado a nível internacional. Com efeito, a oferta pública de aquisição (OPA) de 13 milhões de libras (3,3 mil milhões de contos) lançada sobre as indústrias BAT — um gigante britânico do tabaco, retalho, papel e serviços financeiros — projectou a Bolsa de Londres para o seu valor mais alto desde Outubro de 1987.»

(«Diário de Notícias», 12 de Julho)

Muitos fogos

«Os bombeiros estão a combater, por dia, uma média de 86 fogos florestais — revelou ontem uma fonte do Serviço Nacional de Bombeiros.

De acordo com o mesmo informador, este ano, os bombeiros em 39 dias — de 1 de Junho a 9 de Julho — combateram 3339 incêndios florestais, com um total de área ardida de 4 105,97 hectares.

Em igual período do ano passado, registaram-se um total de 388 fogos, com uma área ardida de 2 052,03 hectares.

A mesma fonte salientou que o número de incêndios se deve ao facto de este ano ter chovido pouco. Ao contrário, no ano passado, em Junho e primeiros dias de Julho o tempo esteve chuvoso, o que evitou a ocorrência de mais incêndios.»

(«Correio da Manhã», 12 de Julho)

Poucas casas

«Cerca de 50 por cento da população portuguesa está desalojada ou enfrenta problemas habitacionais mais ou menos graves, divulgou ontem a Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas do Sul (AECOPS).

Para a AECOPS, que amanhã dá uma conferência de Imprensa, a solução daquele probema no prazo de dez anos implicaria a construção de 120 a 150 mil novos fogos por ano.

"Contudo, a produção nacional de habitações não ultrapassa um terço destes valores, manifestando ainda nos últimos anos tendência para decrescer", refere a Associação.

A AECOPS assinala que "a manter-se o ritmo actual de construção entraremos em 1993 com um défice habitacional superior a um milhão de casas».

"Muitos factores poderão ser apontados para tal situação, sustenta a AECOPS, com destaque para a inoperância do mercado do arrendamento, a pesada carga fiscal e para-fiscal que onera em mais de 40 por cento o preço de cada habitação e as restrições ao crédito para a aquisição de casa própria".

A Associação considera que "há soluções para este problema, caso o Governo revele vontade política", referindo que as propostas nesse sentido serem divulgadas na citada conferência de Imprensa.»

(«Correio da Manhã», 12 de Julho)

O «cerco» pela esquerda

«Durou cerca de duas horas o encontro de ontem entre delegações do PS e PCP, na sede central dos comunistas, na Soeiro Pereira Gomes. As duas partes fizeram como que um pacto de silêncio em torno das negociações, "para que as coisas andem", conforme sublinhou Ferro Rodrigues, do PS, aos jornalistas. O "segredo" é, nesta fase, a alma da coligação formal que o PS já admitiu como possível e que o PCP exige para o seu apoio à candidatura de Jorge Sampaio.

Optimismo e continuidade das negociações foram as ideias chave transmitidas pelas duas delegações à Informação. Os negociadores do PS remetem uma declaração mais conclusiva para depois da Comissão Nacional do partido, no próximo dia 22. O PCP vai, entretanto, manter as negociações com os restantes partidos de esquerda.

É o "cerco" da esquerda à principal câmara do país.»

(«Europeu», 12 de Julho)

2500 dormem nas ruas de Lisboa

«Em Lisboa, capital de um dos doze países membros da CEE, em pleno limiar do século XXI, "cerca de 2500 pessoas dormem diariamente na rua, nos jardins, nos corredores do metropolitano e em condições análogas», revela um estudo elaborado pela Comissão Nacional Justiça e Paz.

O documento, que aborda com bastante detalhe alguns dos principais aspectos da realidade portuguesa, assinala designadamente que perto de "350 mil homens e mulheres adultos procuram sem resultado emprego" e que "proporção mais elevada encontra ocupação apenas em regime de precariedade".

A Comissão Nacional Justiça e Paz é um órgão da Igreja Católica, dependendo directamente da Conferência Espiscopal Portuguesa.»

(«o diário», 12 de Julho)

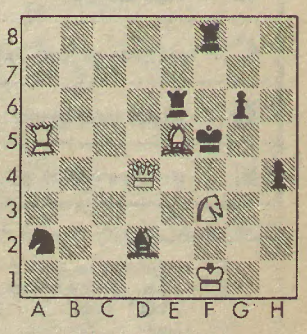
O actor morreu

«Para todos aqueles que se interessam pela arte de representar, em todo o mundo, a notícia podia ser dada assim: "Morreu o gigante!". Lawrence Olivier não era bem um grande actor: era um actor lendário, um ser de excepção. Pertencia a uma geração que deu glória ao teatro inglês e que incluía nomes como John Gielgud, Ralph Attenborough, entre outros. Foi uma geração de actores enormes, mas Lawrence Olivier brilhou nela como um símbolo e uma referência. Morreu tranquilamente, durante o sono, aos 82 anos, o homem que encarnou e viveu os vendavais de um século agitado. "A arte de representar é agonia e êxtase" — disse ele. Foi o êxtase que ele nos legou.»

(«o diário», 12 de Julho)

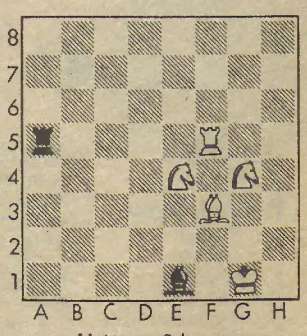
Xadrez

CCX – 13 de Julho de 1989
Proposição N.º 210/A
Por: Josef Pospišil
«Českè Listy Sáchové», 1897
Pr.: [7]: Ps. g6, h4-Ca2-Bd2--Ts.é6, f8-Rf5
Br.: [5]: Cd3;Bé5-Ta5-Dd4-Rf1



Mate em 2 lances

Proposição N.º 210/B
Por: Georg Dehler
«Deutsches Heim», 1906
Pr.: [3]: Pg2-Ta5-Ré1
Br.: [5]: Cs.é4,g4-Bf3-Tf5-Rg1



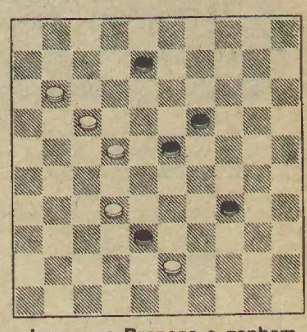
Mate em 3 lances

Soluções do N.º CCX
Proposição N.º 210/A (JP):
Chave: 1 Ch2 (2. Dg4++)
1...., Rg5+; 2. Bf4++
1...., g5; 2. Dd3++
Proposição N.º 210/B (GD): 1. Tç5!, T:ç5; 2. Cé3, Tç2; 3. C:ç2++

A. de M.M.

Damas

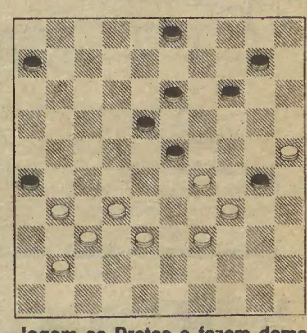
CCX-13 de Julho de 1989
Proposição N.º 210
Por: E.G. Dettmeijer
– 1870 ±
Pr.: [5]: 8-19-23-34-38
Br.: [5]: 11-17-22-32-43



Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 210
Por: Reptto (Le Cannet)
Campeonato de França, 1980

Pr.: [9] 3-6-10-13-14-18-23-26-30
Br.: [9] 25-29-31-32-34-37-38-39--41



Jogam as Pretas e fazem dama

***

Soluções do N.º CCX
Miniatura N.º 210 (EGD): 32-27 (38x49=D); 17-12! (49x18); 22x2=D+
Golpe N.º 120 (R.) (23-28): 32x12 (3-8); 12x3=D (10-15); 3x2((15x42); 37x48 (26x46=D)+

A. de M.M

A festa! / Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO **N.º 2**
13 de Julho de 1989
Não pode ser vendido separadamente

LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

- **KASSAV**
- **RAY LEMA**
- **SALIF KEÏTA**
- **MAHLATHINI AND THE MAHOTELLA QUEEN'S**
- **TSHALA-MWANA**

4 grupos

SEPTEMBER	1ST BRUSSELS
SEPTEMBER	2ND LONDON
SEPTEMBER	3RD KOLN
SEPTEMBER	5TH BERLIN
SEPTEMBER	6TH MUNICH
SEPTEMBER	8TH LAUSANNE
SEPTEMBER	9TH LISBON
SEPTEMBER	10TH BARCELONE
SEPTEMBER	12TH NIMES
	TH BESANÇON
	TH LA HAYE

80 participantes
5 horas de espectáculo

AFRICAN MUSIC SAFARI

A tournée **African Music Safari** deve-se acima de tudo ao trabalho de um produtor francês, Olivier Jouan, um dos agentes que tem feito de Paris local privilegiado da divulgação da música africana na Europa.

É toda uma história para contar a da forma como a capital francesa acolheu as manifestações musicais da África francófona, de forma substancialmente diferente ao tratamento dado nomeadamente na Grã-Bretanha aos sons provenientes da África de expressão inglesa.

Algumas razões dessa diferença podem encontrar-se na resistência que apesar de tudo a França conseguiu opor à ofensiva musical e discográfica anglo-americana residem. É reconhecido que os compositores e intérpretes franceses criaram uma música *pop* e um *rock* nacionais, distanciados da chanson tradicional, mas que à concorrência britânica e americana contrapunham a vantagem de serem *cantado em francês*. Mas há, contudo, que admitir que a qualidade geral desta produção — nomeadamente no campo rítmico — é polémica e a ausência de uma influência directa das raízes negras se faz sentir.

É assim conmpreensível que quer o público, quer os próprios meios musicais *pop* e *rock* de França tenham acolhido com entusiasmo as expressões musicais dos «seus» negros, a música vinda de África mas, também ela, *cantada em francês*.

Acrescendo que, comparativamente com a música popular da África anglófona (o *township pop* sul-africano por exemplo) onde se reflectem mais proximamente as influências de retorno da música negra norte-americana, a tradição musical dos países do golfo da Guiné (Mali, Guiné, Senegal), onde se associam elementos de origem puramente africana e animista com a cultura muçulmana, permitiram uma evolução autónoma e com um elevado grau de originalidade e personalidade.

Este interesse inclui contudo artistas de países de língua inglesa — como foi nomeadamente o caso dos nigerianos Fela Anikulapo-Kuli e Sunny Ade, primeiro conhecidos em França e só mais tarde em Inglaterra e EUA. Aliás, as atribuladas tournées de Fela lançaram simultaneamente um dos homens-chave da promoção europeia dos músicos africanos, o francês Martin Meissonier. Jovem proprietário de uma agência artística parisiense vocacionada para o jazz (foi através dele que em 1978 a Festa do «Avante!» trouxe a Portugal o baixista Charlie Haden), Meissonier transformar-se-ia a breve prazo num ponto de referência para quantos vinham de Bamako, de Dakar, de Abidjan ou de Lagos tentar a sua sorte nos palcos e estúdios europeus.

Quanto a Olivier Jouan, o seu trabalho com músicos de África começou com um nome fulcral: o saxofonista Manu Dibango (que actuou na Festa do «Avante!» em 1982) de quem foi agente por largos anos. O trabalho de Manu Dibango durante largos anos à frente da ORTI, a Orquestra da Rádio e da Televisão da Costa do Marfim, fizeram dele um esteio da carreira de numerosos compositores africanos e por seu intermédio a ligação de Olivier Jouan ao meio foi bastante rápida. Foi já através dele que o ano passado foi possível apresentar em Loures Mory Kanté, na altura disputado em toda a Europa após o gigantesco êxito de «Iéké Iéké»

A *tournée* **African Music Safari** é a maior digressão de músicos africanos já organizada na Europa. Envolve um total de mais de oito dezenas de pessoas entre músicos, técnicos e organização e fornece um panorama muito completo das várias expressões da música popular actual de várias regiões de África e mesmo o resultado já de aculturações a interinfluências na emigração para a Europa como é o caso dos Kassav. De sublinhar a diversidade da origem dos nomes principais: Mahalatini e as Mahotela Queens, nomes maiores do *towship pop* sul-africano; Ray Lema, congolês; Salif Keita, por muitos considerados como o mais importante nome da música do Mali e a multidão de referências dos Kassav.

Os Kassav surgem na verdade neste leque como uma curiosa sugestão. Eles foram igualmente uma «resposta francesa» a um outro fenómeno musical dominante na cena anglo-saxónica: o *reggae*. Vindo igualmente da zona das Caraíbas, afinal com as mesmas origens musicais africanas da Jamaica, foram os sons de Guadalupe e Martinica – mas, uma vez mais, *cantados em francês* — que os Kassav foram buscar, cantando entretanto com o determinante apoio de músicos rodados na mais dinâmica cena afro-parisiense.

A aposta de **African Music Safari** é tanto mais interessante quanto os seus organizadores se lançaram abertamente à conquista de públicos novos: mais do que fazer espectáculos em Paris — onde os grupos são já conhecidos — é na Grã-Bretanha, na Alemanha, na Suíça, em Portugal, em Espanha que se faz força.

De referir finalmente que o nível e número de participantes, meios requeridos e tempo de espectáculo previsto (5 horas ininterruptas) fazem do **African Music Safari** uma das maiores realizações no campo dos espectáculos de música popular realizados em Portugal ■

SALIF KEITA

Salif Keita, figura destacada da música africana contemporânea, é classificado por um auditório cada vez mais vasto como a «voz do Mali». Intérprete de eleição do reportório mandinga – já divulgado entre nós graças às memoráveis actuações de Mory Kanté, a primeira das quais na Festa do «Avante!» do ano passado – Salif Keita é considerado, a par do célebre cantor da Guiné-Conakry, uma expressão exemplar do êxito que pode conseguir a música tradicional africana dialongando com sonoridades modernas.
Consequência da receptividade ocidental aos sons tropicais que, na viragem da década, regenerou o mercado discográfico internacional inundando as discotecas de Paris, Amesterdão e algumas praias dos Estados Unidos, o triunfo deste *griot* de quarenta anos culminou com a edição, em 1987, do álbum «Soro» e, já este ano, para a Island Records, «Kó-Yan».
Apontado como um estandarte da sedução das baladas mandingas, cujo poder parece irrecusável para o mais céptico dos ouvintes, «Soro» visou polir a rigidez que antes remetia este tipo de música a um contexto regional.
Para isso contribuíram largamente os arranjos do francês François Bréant que ousou recorrer às mais sofisticadas técnicas de produção e orquestração sem perder o rasto da pureza das melodias originais. Bréant continua aliás a trabalhar com Keita no último álbum onde, à semelhança de «Soro», trompetes, saxofones, congas, guitarras, sintetizadores e balofons (uma espécie de xilofone tocado em toda a África), são utilizados em cada registo para sublinhar o lirismo que Salif Keita imprime às suas interpretações.
Dois anos volvidos sobre a sua primeira edição, «Soro» permanece em lugar de relevo nos catálogos discográficos e «Kó-Yan» tem merecido as mais elogiosas críticas desde o seu recentíssimo lançamento.
Detentor de uma voz que ele próprio define como «um tiro recém-disparado», Salif Keita, descendente do lendário imperador Sunjdata eita, fundador, em 1240, de um império cuja influência persiste em todos os países da África Ocidental, foi o primeiro membro da família a cantar em público. Segundo os rígidos preceitos da hierarquia social mandinga, os aristocratas Keita comunicam com a comunidade pela voz dos *griots*. Estes, além de mensageiros musicais, compositores, divulgadores de notícias e transmissores do passado mandinga às novas gerações, tem ainda a missão de divulgar ao mundo as glórias históricas dos seus heróis.
O estatuto voluntário de *griot* que Salif Keita, apesar das censuras dos seus conterrâneos insistentemente teimou em obter consilidou-se nos princípios dos anos 70 e integra, lado a lado com o balafon de Mory Kanté, os célebres *Rail Band*. Em 1973 o cantor torna-se vocalista dos *Ambassadeurs Internationaux* com os quais gravaria, cinco anos mais tarde, nos estúdios de Abidjan, animada cidade da Costa do Marfim, uma composição que ficaria famosa: «Mandjou».
Hoje, este homem outrora repudiado pelo estigma de ser albino ou adulado pelo presidente Sekou Touré que com ele insistia para que cantasse a sua vida, detém «um poder irresistível de comunicação, um estilo impossível de descrever», causa «um êxtase quase insuportável e uma festa sempre renovada» – palavras dos críticos do «Le Monde».

Alguns factos e números

A *tournée* **African Music Safari** envolve cerca de 80 pessoas. Cada um dos quatro grupos que a integram inclui, além dos músicos, os técnicos de som e luz respectivos. Assim, a banda de Ray Lema é composta por um total de 15 elementos, a de Mahalathini and The Mahotella Queens por 16, a Salif Keita por 17 e os Kassav são no total 25.

A *tournée* terá o seu primeiro espectáculo a 1 de Setembro em Bruxelas, percorrendo depois dum duro percurso que a levará a Londres, Colónia, Berlim, Lausanne, Lisboa, Barcelona, Nimes e Besançon em duas semanas.

Os artistas e o respectivo equipamento serão transportados num avião especialmente fretado para a *tournée*.

O espectáculo dura cerca de 5 horas *non stop* prevendo-se que se inicie com a actuação dos Kassav, a que se Ray Lema, Mahlathino and The Mahotella Queens, encerrando-se o *show* com Salif Keita.

Está em preparação diverso *merchandising*, produtos vários ligados à *tournée* como T-shirts, emblemas, etc. Para a promoção do **African Music Safari** foi criado um logotipo e cartaz próprio pela agência parisiense **Alinea 92** utilizado em todas as apresentações. A **Alinea 92** é uma empresa particularmente ligada ao mercado musical — cartazes, capas de discos, etc.

As exigências técnicas da *tournée* (aparelhagens de som e luz, apoios operacionais, etc.) são bastante complexas. É de sublinhar que ao serem estabelecidos os contactos para inclusão da Festa do «Avante!» na *tournée* os promotores informaram não haver da sua parte exigências de especial a fazer para além do equipamento que era do seu conhecimento (mercê das anteriores actuações) existir habitualmente nos palcos da Festa.

RAY LEMA

Ray Lema, o «intelectual» do som zairense, é uma das vozes menos ortodoxas da música africana contemporânea e uma das mais polémicas. Admitindo apenas a palavra *músico* para que o classifiquem, Ray Lema recusa honras de embaixador musical do seu país, denuncia as armadilhas do regionalismo, vira costas ao exotismo «para turista ver» e, no passado Verão, impôs nos escaparates franceses «Bwana Zoulou Gang», um trabalho que, como tudo o que faz, o levou a andar de um lado para o outro.

«Bwana Zoulou Gang» acumula a função de título do referido álbum com o nome de uma banda (o *Gang*) composta por músicos brancos (os *bwanas*) e os negros (os *zoulous*), reunidos a convite de Ray Lema para produzirem um êxito estrondoso. Enquanto Lema se dedica às percussões e ao étnico *derbouka*, desenvolvimento um ritmo habilmente indolente, os restantes contribuem com a sua voz e os seus textos: Charlélie Couture, Tom Novembre, Jacques Higelin, Alain Ashung e...

Manu Dibango! O projecto não exigiu, porém, quantias astronómicas para cobrir os cachets dos *bwanas* (Bashung, Couture, Higelin e Novembre) ou de Manu Dibango, o *zoulou* mais carismático dos Camarões: os *Bwanas Zoulous Gang* têm, de acordo com o que eles próprios afirmam, uma causa profundamente humana a defenderem – o prazer de tocar juntos. Cada um dos membros ofereceu, pura e simplesmente, a sua participação.

Por vezes classificado de meloso, açucarado, suave como um *cocktail* tropical, o álbum é acima de tudo uma longa toada que embala irresistivelmente o mais exigente dos auditórios e para o seu autor a síntese de um longo percurso com provas dadas.

Outrora jovem marginal recolhido por um colono branco de Kinshasa que o fez entrar para um seminário onde se preparava para seguir o sacerdócio e onde aprendeu piano clássico, Ray Lema, hoje com 40 anos, não conseguiu afastar-se da sedução das sonoridades populares, das rumbas que animavam as noites quentes da capital zairense. Após vicissitudes sem conta, acaba sendo encarregue pelo governo do Zaire de proceder à recolha de ritmos tradicionais do país, trabalho de que resultam quilómetros de fita magnética contendo um precioso acervo dos sons das duzentas etnias do Zaire.
Deixando o país em clima de entusiasmo perante a companhia nacional de bailado que dirigiu, em 1970 Ray Lema parte para os EUA para estudar técnicas ligadas ao som, da gravação à amplificação, passando por todas as novas possibilidades instrumentais que se abrem aos músicos. Dois anos mais tarde fixa residência em Paris e ali regista dois discos impregnados das marcas do seu nomadismo, desde reminiscências do malogra do Marvin Gaye até às canções para crianças tradicionais, passando pelo *reggae* e pelas múltiplas técnicas saharianas de tocar berimbau. A tudo isto acrescenta ainda Lema prosaicos diálogos de amor, provérbios de antiga sabedoria ou o ambiente nocturno de um bar.
Para Ray Lema a Europa não descobriu agora, no presente boom, a música africana: discerniu apenas a ponta de um iceberg que, se de todo emergir, lançará por terra a colonização musical anglo-saxónica, «esse monstro que nos ameaça», conforme diz.
É este zairense compositor, cantor, arranjador, percussionista, trombonista, homem dos sete instrumentos, é o som branco e negro de Ray Lema que estará na Festa do «Avante!».

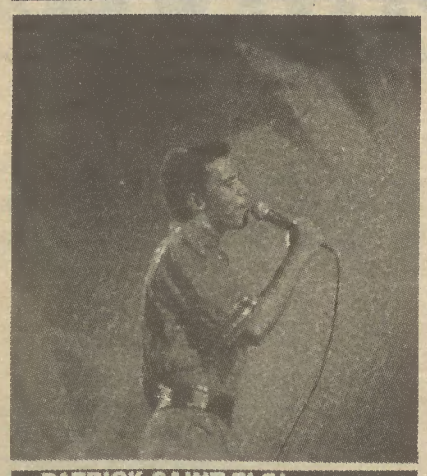
Mahlathini and the Mahotella Queens

Mahlathini, Mahotella Queens e Makgina Tsole Band são, respectivamente, o Leão do Soweto, as Supremes da África do Sul e os Beatles zulus. Todos vivem e são alma da *mbaqanga*, ritmo pop sul-africano que surgiu em 1962 pela mão (ou melhor, pelo sopro!) do saxofonista West Nkosi, então leader dos Makgina Tsole Band. Resultado de uma mescla de ritmos tradicionais com a música de Soweto, passando pela pop internacional e pelo *reggae*, a mbaqanga não só se popularizou na África do Sul, mas também nos vizinhos Suazilândia, Lesotho, Botswana, Malawi, Moçambique.
Literalmente, mbaqanga designa uma espécie de guisado quotidianamente consumido pelos pobres e foi com evidente ironia chamado a designar o novo ritmo, ele próprio uma mistura consumida pelas camadas exploradas — pelos negros sul-africanos.
Na viragem da década de 60, Mahlathini, o «rei dos rugidos», influenciou com os seus timbres guturais a maneira de cantar de toda uma geração de intérpretes sul-africanos. Por seu lado, as Mahotella Queens, três vozes que criaram um entendimento perfeito, participaram na criação da *mgqashiyo*, um derivado da mbaqanga. Durante os anos 60 porém, as companhias discográficas (dominadas em geral por brancos!) preferem os sons negros nacionais em detrimento do *disco* internacional e do *soul* de importação. Igualmente a televisão participa nesta segregação. É um período de apagamento para Mahlathini que se recusa a modificar o seu estilo próprio, tal como para as Queens — que se casam e têm filhos — e para os Tsole Band que sobrevivem como músicos de estúdio.
Até que em 1983 estas três forças motrizes da mbaqanga se reúnem, regressam à estrada com êxito que garante a gravação em 1986 do álbum «Thokozile» que assinala com estrondo e renascer do êxito popular.
Internacionalmente, é outra bomba. O público europeu descobre fascinado um tão inteiramente negro como inteiramente contemporâneo. Em cima do palco, é a longa experiência de músicos e intérpretes que conhecem as tábuas dos palcos e os espectáculos ao vivo como as palmas das mãos (as Mahotella Queens escolheram o seu nome como referência aos hotéis onde as tornées as obrigavam a passar a maior parte da sua vida!). Por detrás destas vozes, uma dezena de instrumentistas de uma das escolas mais férteis da música actual: a vigorosa cultura negra da África dos Sul.

JOCELYNE BEROARD et JEAN PHILIPPE MARTHELY

GEORGES DECIMUS et JACOB F. DESVARIEUX

JEAN CLAUDE NAIMRO


PATRICK SAINT ELOI

JOCELYNE BEROARD avec CATHERINE LAUPA et MARIE JOSE GIBON

CESAR DURCIN

Kassav

Espécie de galinha dos ovos de ouro em apogeu, o *zouk*, ritmo popular das Antilhas, está vertiginosamente a ganhar adeptos em todo o planeta pela voz dos seus mais proeminentes divulgadores: os Kassav. Fenómeno comparável ao reggae da vizinha Jamaica, o *zouk* congrega um punhado largo de músicos, cantores, empresários e dançarinos das mais diversas origens — Martinica, Guadalupe, Paris — que há uma década não param de acumular êxitos: três discos de ouro em França, digressões sucessivas pela rota triangular dos três continentes de que eles são um produto, e a consagração em 88 pelo matutino norte-americano «New York Times» que os considerou autores do melhor disco do ano.

Originalmente *kassav* é o nome de um bolo açucarado à base de noz de coco que faz a felicidade dos gulosos e cujo segredo reside na correcta proporção dos seus diversos elementos. A alusão é evidente pois os Kassav procuram associar na medida certa as novidades electrónicas musicais importadas dos EUA e do Japão com a ancestralidade dos ritmos natais das suas ilhas de origem e das mais remotas raízes africanas.

Para compreender o «fenómeno» Kassav é necessário conhecer o seu passado. Tudo teve início em 1976 quando o guadalupense Pierre Elouard Decimus propõe ao seu irmão, o baixista George Decimus, e ao guitarrista Jacob Descariaux «conceber uma música baseada na tradição, mas mais elaborada, susceptível de ser captada e entendida para além do auditório das Antilhas».

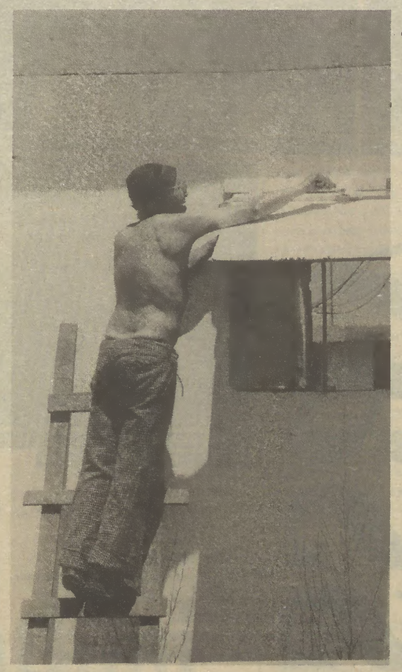
Fiel a este projecto de «suavizar» o zouk, Décimus começou a contactar diversos músicos. Para além de Descarieux, nascido em Paris, onde lida de perto com os segredos dos estúdios de gravação, o fundador dos Kassav contacta o pianista Jean Claude Naimro que já tinha tocado com nomes tão sonantes como os de Miriam Makeba, Barry White e Manu Dibango. Progressivamente a banda completa-se: Patrick Saint-Eloi (um fã de Georges Brassens!) e Jean-Philippe Marthély asseguram vozes, Claude Valmur trará a bateria e, finalmente, Jocelyne Éroard, que já cantara com Alpha Blondy e Manu Dibango.

Estava assegurada a formação base que concretizará em 1980 o projecto de Decimus com saída em Janeiro do álbum «Love and Ka Dance» e, em Dezembro do mesmo ano, de «Laghe Mwen» e «Soleil».

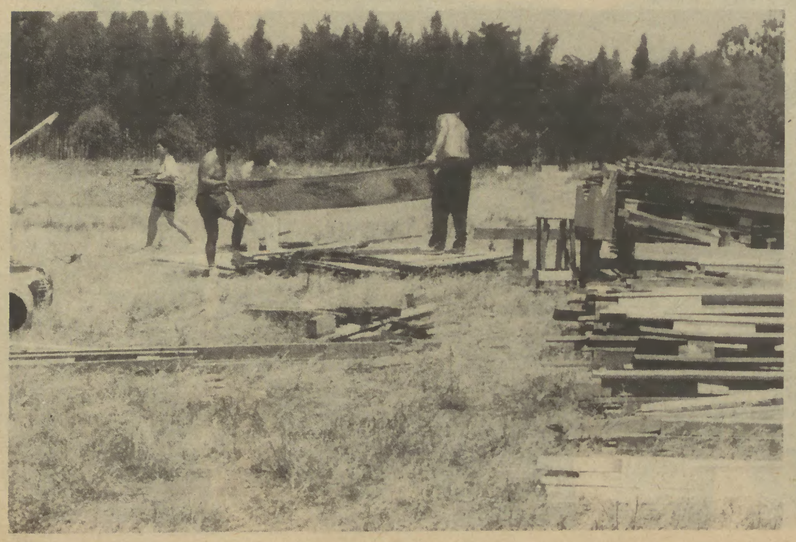
Foi nos três anos que se seguiram que os Kassav lograram impor a sua música no mercado, beneficiando do interesse geralizado em França pela música de raiz africana. «Zouk La Ce Sel Medicament Nou Ni» é o complicado nome do álbum gravado em 1984, mas a complicação não constituiu obstáculo a que o registo vendesse cem mil cópias! Em Junho de 1985 o grupo apresentava-se ao vivo no Zénith, regista ali um duplo álbum ao vivo e parte para uma triunfal digressão pelas Antilhas e pelo continente africano. ■

Implantação em contagem decrescente

No Infantado trabalha-se (e convive-se) assim:



Organizados em grupos de camaradas e amigos ou chegando individualmente ao terreno, os construtores da Festa do «Avante!» deram mais um avanço ao trabalho no passado fim-de-semana. Tubos e painéis começam a povoar o vasto recinto da Festa. A contagem decrescente já começou...



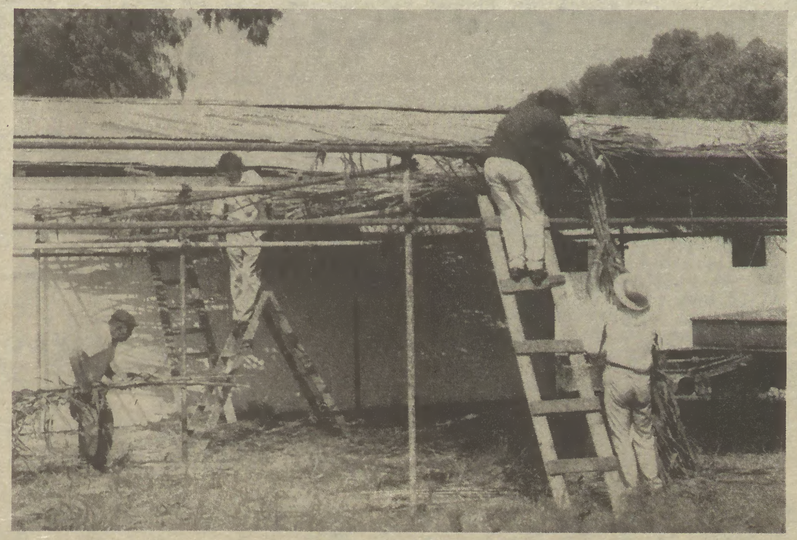
A Festa do «Avante!» aproxima-se... E lá para as bandas do Infantado, em Loures, já começou a contagem decrescente. Dia após dia, fim-de-semana após fim-de-semana, a face da lezíria na antiga Quinta do Infantado vai mudando. É a Festa que cresce. Erguida com o trabalho, a imaginação, o empenhamento e a vontade dos militantes comunistas e de muitos amigos da Festa sem filiação partidária.

A Festa cresce. Com o trabalho especializado e a mão-de-obra indiferenciada dos que participam nas jornadas de fim-de-semana e mesmo durante os outros dias.

Esforço, criatividade e convívio dão as mãos. A pouco e pouco, a Festa ganha contornos.

Carpinteiros, montadores de andaimes e electricistas – são ofícios em foco na lezíria. No entanto, a Festa necessita de colaboração de todos.

Vamos a Loures, a Festa não é só em Setembro...



Imagens do último domingo, no Infantado

Sem trabalho não há festa. Mas a festa – aquela que começa mesmo antes da data... – é também convívio e amizade, confraternização, encontro de amigos. Nas jornadas de trabalho voluntário aos fins-de-semana isso tem acontecido. Ao trabalho e à vontade de erguer a Festa, junta-se o petisco e também uma futebolada para animar... Amigo leitor: não perca a Festa que já começou no Infantado!

a festa

RONDA pelas organizações regionais do PCP

SETÚBAL

Uma outra face do distrito no coração da Festa

Ir ao encontro do futuro, apreciando uma interessante exposição sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, elaborado pela respectiva Associação de Municípios; percorrer uma animada feira da ladra; saborear o mel genuíno, oriundo, por exemplo, do sul do distrito; comodamente sentado numa esplanada, assistir a um espectáculo de música popular; ou, já agora, provar uma caldeirada a sério, bem ao jeito dos especialistas de Sines...

Segredos. Os mestres da cozinha e dos petiscos têm, naturalmente, os seus segredos especiais. No distrito de Setúbal, com incidência para os concelhos do sul, há um jeito especial de temperar o frango assado na brasa. Bem guarnecido, ele será, a par do caldo verde e da canja, o prato forte do restaurante central da Festa entregue à responsabilidade da ORS.

Tarefas. Para além das iniciativas dentro da sua representação, a OR de Setúbal assume normalmente outras tarefas de envergadura no quadro geral da Festa do Avante! Vejamos alguns dos «petiscos» que couberam aos camaradas de Setúbal: gestão do acampamento, bares do desporto e do parque de diversões mecânicas, «sai-sempre» gigante e um restaurante central, como já referimos. Milhares de camaradas da ORS dão um contributo directo ao trabalho na Festa.

Divulgação e propaganda. Presente nas feiras e festas populares e também nos convívios promovidos pelas organizações do Partido no Verão, a Festa do Avante! vai conhecer muito brevemente uma intensa campanha de divulgação nas praias do distrito de setúbal, aos sábados e domingos, com a deslocação de uma roulotte de propaganda. Também para os próximos dias está prevista a saída de documentação com apelos à venda militante da EP, recolha de géneros e jornadas de trabalho em Loures.

Um Executivo e uma Coordenadora. Sete camaradas constituem o Executivo Distrital da Festa do Avante! em Setúbal, organismo que acompanha directamente as várias frentes de trabalho, desde o projecto à implantação, passando pela administração e o «recheio» político-cultural da presença da ORS. Funciona ainda uma Coordenadora Distrital, que engloba o Executivo mais os responsáveis pela Festa nos 13 concelhos do distrito. No próximo sábado já vão reunir no terreno, em Loures. Em ligação com o Executivo funciona uma equipa de projectistas constituída por dois arquitectos e um experiente desenhador. ■

Ora bem, amigo leitor: tudo isto e muito mais estará à disposição do visitante da Festa do «Avante!», entre 8 e 10 de Setembro próximo, em Loures. Basta entrar no recinto e descobrir a zona da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP, «ali» junto ao pavilhão central. Um outro ponto de referência será a torre de 13 metros, elemento destacado de uma criativa decoração assente na ideia de um castelo, mensagem do valioso património histórico-cultural da região setubalense.

Jorge Pires, membro suplente do Comité Central do PCP, do Executivo desta Direcção Regional (DORS) e responsável da Comissão da Festa do «Avante!» no distrito de Setúbal, explica-nos a opção pelo castelo: «Setúbal é uma região de grande concentração industrial. Mas desta vez queremos levar ao visitante da Festa uma outra face do nosso distrito: a sua riqueza ao nível do património cultural, histórico e natural».

Espaço aberto

O castelo que vamos encontrar no Infantado não tem muralhas — faz questão de sublinhar Jorge Pires. «Não se terá a ideia de um espaço fechado. Bem pelo contrário. Dentro e à volta do castelo, aproveitando o perímetro das arcadas para a instalação de *stands* e restaurantes, a zona da ORS proporcionará agradáveis momentos de vivência na Festa, com convidativos locais de descanso e confraternização».

O pátio central terá cerca de 400 metros quadrados.

Depois de montada a estrutura de tubos, terá lugar um trabalho especializado de carpintaria. Lá para meados de Agosto será semeada uma relva especial, que introduzirá, sem dúvida, mais cor e beleza à representação da ORS.

Da enguia ao moscatel

Qualidade, conforto, higiene e respeito intrínseco pelo que é a verdadeira gastronomia regional são pontos de primeiro plano quanto à presença dos «comes-e-bebes». Já falámos da caldeirada de Sines, mas atenção à marisqueira de Sesimbra, ao arroz de tamboril de Setúbal, à caldeirada de enguias e à enguia frita do Seixal.

Para além de um grande balcão só para imperial, encontraremos também um naipe de bares com petiscos, onde não faltará o churrasco, as espetadas ou o choco frito. O tradicional moscatel e as tortas de Azeitão não foram esquecidas. E como a diversidade é importante, a ORS apresentará também uma leitaria!

O artesanato de qualidade é outra aposta dos comunistas da região de Setúbal para a Festa do «Avante!» que se aproxima. Prosseguem os contactos e as necessárias iniciativas para levar a Loures uma amostragem significativa dos barros, das peles e dos cabedais, instrumentos musicais e artigos do mar (confecção com búzios, conchas, etc.). Está prevista a colaboração de artesãos para trabalho e demonstração ao vivo.

Na zona da ORS destaque ainda para o Café da Fraternidade, ao jeito dum café-concerto, dentro do castelo, e para a esplanada num recinto polivalente, onde poderá acontecer animação variada: dos ranchos à música popular, passando pelo bailarico nocturno. Para além da exposição dedicada ao Plano de Desenvolvimento, o visitante encontrará uma outra sobre a riqueza do património natural da região de Setúbal. ■

Artes e trastes, que é como quem diz *feira da ladra*, surgirá na zona da Organização Regional de Setúbal no páteo central do «castelo». Ali poderá encontrar de tudo um pouco...